



Plano Plurianual 2012–2015

**Estado de Santa Catarina - O Contexto Socioeconômico e
as Estratégias de Desenvolvimento**

*“As Pessoas em Primeiro Lugar, uma Agenda para o
Desenvolvimento Catarinense”.*

Florianópolis
2011

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
CAPÍTULO I – O ESTADO DE SANTA CATARINA E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO	6
CONTEXTO SOCIAL DE SANTA CATARINA	6
Aspectos Demográficos	6
Aspectos da Saúde.....	10
Aspectos da Educação	12
Pesquisa e Inovação Tecnológica	16
CONTEXTO ECONÔMICO DE SANTA CATARINA	17
Aspectos Econômicos	17
Empresas e Emprego	28
Renda dos Domicílios	29
INFRAESTRUTURA.....	31
Social	31
Abastecimento de Água e Saneamento	31
Energia Elétrica	32
Transportes.....	34
CAPÍTULO II – AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	38
Eixos de Desenvolvimento e Diretrizes	39
Eixo 1 – Social	40
Eixo 2 – Empreendedorismo.....	40
Eixo 3 - Infraestrutura.....	41
Eixo 4 - Conhecimento, Inovação e Tecnologia	41
Eixo 5 – Sustentabilidade Ambiental	41
Eixo 6 - Gestão Pública	42
CAPÍTULO III – AS ÁREAS DE RESULTADO	44
Programas.....	44
Áreas de Resultado do Eixo 1 – Social	45
Assistência e Desenvolvimento Social	45
Cultura	47

Direitos Humanos e Cidadania	48
Educação	50
Esporte	51
Habitação.....	52
Saúde	53
Segurança Pública.....	57
Áreas de Resultado do Eixo 2 – Empreendedorismo.....	59
Agricultura e Pesca	59
Indústria	62
Emprego e Renda	63
Turismo.....	64
Áreas de Resultado do Eixo 3 - Infraestrutura.....	65
Energia Elétrica	65
Gás Natural	66
Transportes.....	67
Sociedade da Informação	68
Infraestrutura de Mobilidade	68
Saneamento Básico	69
Áreas de Resultado do Eixo 4 - Conhecimento, Inovação e Tecnologia	70
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	70
Áreas de Resultado do Eixo 5 – Sustentabilidade Ambiental	71
Educação Ambiental.....	71
Gestão Ambiental	72
Controle de Desastres	73
Áreas de Resultado do Eixo 6 - Gestão Pública	73
Comunicação	73
Descentralização.....	74
Governo Eletrônico.....	74
Gestão da Informação	74
Gestão de Pessoas	75
Planejamento e Gestão	75
Gestão Fiscal.....	76
Encargos Especiais.....	77
CAPÍTULO IV - OS DEMAIS PODERES	78

Legislativo	78
Judiciário.....	78
Ministério Público Estadual.....	79
CAPÍTULO V – O FINANCIAMENTO DO PPA.....	80
Previsão de Fontes de Financiamento do PPA 2012-2015	80
CAPÍTULO VI – O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	82
PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PPA	82
Base Legal	82
Amplitude da Avaliação.....	82
Atributo Essencial da Avaliação.....	83
Sistemática de Avaliação	83

APRESENTAÇÃO

Os objetivos estratégicos das políticas públicas do Estado de Santa Catarina consistem em reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população.

A despeito do desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina, as condições sociais de sua população ainda apresentam disparidades: enquanto uma parcela apresenta condições socioeconômicas equiparáveis às de países desenvolvidos, há grupos vulneráveis em termos econômicos e sociais. A superação dessas disparidades demanda que o Estado trabalhe na busca da equidade e da ampliação das oportunidades, como se expressa nos programas e ações do PPA 2012-2015. Neste sentido, os programas governamentais visam: Promover a melhoria da qualidade na educação e na saúde públicas; Garantir mais segurança e tranquilidade às pessoas; Melhorar as condições de moradia e saneamento ambiental; Ampliar as oportunidades de inclusão dos segmentos sociais mais pobres e vulneráveis; Integrar e expandir a rede de transporte; Ampliar a infraestrutura física e capacitar pessoas para que a economia catarinense possa potencializar as oportunidades de crescimento, aumentando sua competitividade, gerando maior equilíbrio entre as regiões do Estado e entre as pessoas, acelerando a geração de emprego e renda.

Estes são os grandes desafios que o governo do Estado de Santa Catarina se propõe a enfrentar no quadriênio de 2012 a 2015, contemplado por este Plano Plurianual.

Complementarmente, o governo catarinense buscará também, neste período, aprimorar a gestão pública, através das ferramentas e tecnologias mais modernas de gestão.

Para alcançar esses objetivos prioritários e complementares, o PPA 2012-2015 se baseia numa visão de futuro de desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina. Projetando sua atuação em 6 (seis) eixos de desenvolvimento, com maior ênfase para o eixo social, representado pela área da educação em seus 3 (três) níveis e pelo ensino técnico de qualidade; pela área da saúde, cujo mote é ampliar o acesso da população aos serviços prestados, promovendo a qualidade, integralidade, equidade e a humanização; pela área da segurança pública, com vistas a proporcionar condições de proteção à vida. O eixo social é complementado ainda pelas áreas da justiça e cidadania, esporte, cultura, desenvolvimento urbano e habitacional e assistência e desenvolvimento social. Áreas necessárias para atender à crescente demanda por serviços típicos das modernas economias e sociedades da informação.

Já o eixo do empreendedorismo é representado por diversas áreas de resultado. A da agricultura visa incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos das cadeias produtivas do agronegócio catarinense e o desenvolvimento da agricultura familiar. Outra área de resultado é a da indústria e comércio com o objetivo de melhorar o padrão tecnológico da produção de bens e serviços catarinenses com base na tecnologia e inovação, seguido ainda pelas áreas de resultado de emprego e renda e turismo. Áreas consideradas estratégicas e de suma importância para ampliar a competitividade da economia catarinense diante do mercado nacional e internacional.

Quanto ao eixo da infraestrutura, as áreas de resultados são: logística de transportes, com a finalidade de conservar e modernizar os sistemas modais de transporte rodoviário, aéreo, marítimo e ferroviário; a área de infraestrutura de mobilidade visa integrar os diversos modos de transporte, levando-se em consideração as características e as potencialidades regionais. Esse eixo contempla ainda as áreas de resultado do saneamento básico, energia e infraestrutura de telecomunicações. Áreas determinantes para o desenvolvimento econômico e para a manutenção e melhoria da qualidade de vida.

O eixo conhecimento, inovação e tecnologia é representado pela área de resultado de ciência, tecnologia e inovação, cujo mote é propiciar a integração entre universidades e empresas, aliando os princípios da coopera-

ção e da inovação por meio de incubadoras de base tecnológica, com o intuito de gerar condições favoráveis de acesso da economia catarinense ao cenário econômico global.

O quinto eixo é o de sustentabilidade ambiental, representado pela área de resultado de gestão ambiental que visa garantir o equilíbrio ambiental no processo de desenvolvimento social e econômico. A integração de políticas visa fortalecer a qualidade dos recursos hídricos, do solo, do ar e das florestas, através da integração setorial (ciências, tecnologia, infraestrutura, educação, agricultura e meio ambiente) com a gestão ambiental. Outra área de resultado inerente ao eixo é o de controle de desastres que visa prevenir e minimizar seus efeitos, através da análise de risco, de implementação de medidas estruturais e não estruturais, como o sistema de monitoramento alerta e alarme, otimizando as ações preventivas.

Enfim, o último eixo de atuação refere-se à governança e ao desenvolvimento institucional, representado pela área de resultado de planejamento e gestão com a finalidade de modernizar a administração pública por meio da integração das funções de planejamento, orçamento e gestão. Outra área de resultado é a de governo eletrônico, com o objetivo de facilitar a comunicação entre os níveis de governo, permitindo a integração de sistemas e bases de dados, possibilitando a prestação de melhores serviços e informações à sociedade; esse eixo ainda contempla as áreas de resultado de gestão de pessoas e gestão fiscal.

Ações previstas no PPA 2012-2015 visam também mapear empreendedores do Estado e estimular o pleno aproveitamento de suas potencialidades. As ações prioritárias se concentrarão em: investir nos sistemas modais rodoviários, aquaviário e aeroviário; estimular a tecnologia e inovação nos Arranjos Produtivos Locais, nas micro e pequenas empresas, nos Parques Tecnológicos e na formação de mão de obra; e ampliar e aprimorar a rede de Escolas Profissionalizantes - Centros de Educação Profissional – CEDUPs e a interiorização da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, de acordo com as vocações regionais e as peculiaridades dos arranjos produtivos locais.

A elaboração do PPA 2012-2015 teve por base dados e informações atualizados e as tendências observadas em Santa Catarina. Buscou-se assim, uma visão integrada das mudanças recentes na economia e na sociedade.

Também se apropriou do conhecimento acumulado por centenas de gestores públicos, técnicos e especialistas que participaram da elaboração deste PPA, assim como das contribuições recebidas dos mais diversos setores da sociedade catarinense que participaram das 36 (trinta e seis) audiências públicas realizadas para colher subsídios para a elaboração dos programas e subações do PPA.

O PPA 2012-2015 apresenta em seus 6 eixos e 27 áreas, 82 programas e 2440 subações.

Sendo assim, a estrutura desse documento apresenta-se em capítulos conforme segue abaixo:

Capítulo I: Apresenta, em linhas gerais, o Estado de Santa Catarina e o Contexto Socioeconômico;

Capítulo II: Detalha as Estratégias de Desenvolvimento do Estado em missão, visão, valores, eixos de atuação e suas respectivas áreas de resultado;

Capítulo III: Explicita As Áreas de Resultado, os desafios a serem superados nos vários campos de atuação do Estado, detalham as diretrizes setoriais e os programas de governo;

Capítulo IV: Relaciona os programas dos demais poderes;

Capítulo V: Detalha as fontes de financiamento do PPA 2012-2015;

Capítulo VI: Apresenta o Sistema de Acompanhamento e Avaliação.

ANEXO ÚNICO: Apresenta o detalhamento físico e financeiro de todos os Programas e Subações do Plano Plurianual 2012-2015.

CAPÍTULO I – O ESTADO DE SANTA CATARINA E O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO

CONTEXTO SOCIAL DE SANTA CATARINA

Nesta seção estão apresentados dados populacionais de Santa Catarina, com recortes para a evolução populacional, taxa média de crescimento, densidade demográfica e sua distribuição segundo gênero, localização e faixa etária.

Aspectos Demográficos

População Total

A população de Santa Catarina em 2010 foi estimada pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 6.248.436 habitantes, equivalente a 3,27% da população nacional. Em relação ao censo de 2000 a população cresceu 16,68%. A taxa bruta de natalidade, dada pelo número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano, era de 12,54 em Santa Catarina, em 2009, enquanto no Brasil era de 15,77.

De acordo com o IBGE, o crescimento demográfico médio anual em Santa Catarina foi o maior do Sul do país, estimado em 1,55% nos últimos dez anos, ante 1,64% na década anterior. Nos anos 60, era de 2,89%. A taxa de crescimento da população do Estado deve continuar a *crescer* por mais duas décadas, depois *estacionar* ou até *diminuir*. O número médio de filhos por mulher no Estado vem caindo anualmente, passando de 2,04, em 2000, para 1,71 em 2006.

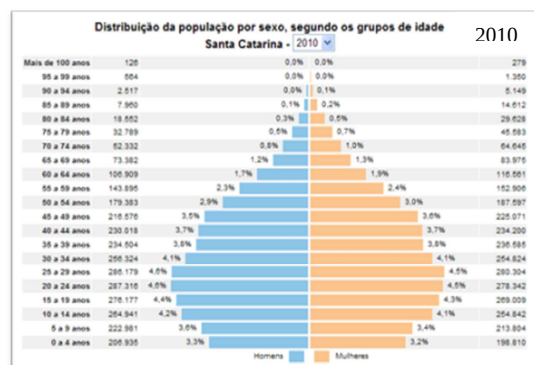
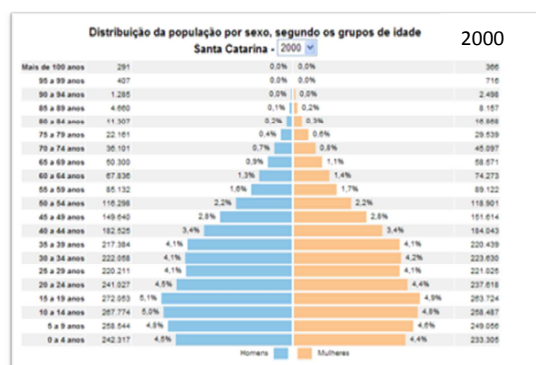
As variações da população deverão passar, no entanto, a estarem condicionadas à evolução dos fluxos migratórios. Santa Catarina está, atualmente, entre os principais estados receptores de população do país.

Distribuição Populacional Segundo o Gênero e Localização

A distribuição populacional por gênero segundo dados do IBGE extraídos do Censo 2010, aponta que, no Estado, os homens representavam 49,6% da população e as mulheres, 50,4%.

Faixa Etária da População

Nos últimos anos, o Estado vem apresentando um novo padrão demográfico que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações profundas na composição de sua estrutura etária, com crescimento mais lento do número de crianças e adolescentes, paralelamente a um aumento da população em idade ativa e de pessoas idosas. Essas transformações correspondem a uma das mais importantes modificações estruturais verificadas na sociedade e deverão produzir alterações significativas sobre as políticas sociais e públicas destinadas às crianças, aos jovens e aos idosos. As mudanças estruturais da população podem ser observadas nas pirâmides populacionais de 2000 e 2010, conforme apresentadas nas pirâmides populacionais 2000 e 2010 na tabela 1, a seguir.



Observa-se que o número de pessoas com idade potencialmente ativa está em pleno processo de ascensão, e a razão de dependência total da população vem declinando em consequência da diminuição da participação das crianças de 0 a 14 anos sobre a população de 15 a 64 anos de idade. Além disso, a população com idades de ingresso no mercado de trabalho (15 a 24 anos) tende a diminuir nos próximos anos.

Tabela 1: Santa Catarina. População por faixa etária, 1980 e 2010

Faixa Etária	1980		2010	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 4 anos	467 311	12,9	405 745	6,5
5 a 9 anos	441 175	12,2	436 785	7,0
10 a 14 anos	456 737	12,6	519 783	8,3
15 a 19 anos	455 333	12,6	545 186	8,7
20 a 24 anos	374 860	10,3	565 658	9,1
25 a 29 anos	299 994	8,3	566 483	9,1
30 a 34 anos	236 791	6,5	511 148	8,2
35 a 39 anos	187 084	5,2	471 089	7,5
40 a 44 anos	163 817	4,5	464 218	7,4
45 a 49 anos	134 660	3,7	441 647	7,1
50 a 54 anos	117 160	3,2	366 980	5,9
55 a 59 anos	92 112	2,5	296 801	4,8
60 a 64 anos	71 291	2,0	223 470	3,6
65 a 69 anos	54 915	1,5	157 357	2,5
70 a 74 anos	71 065 (1)	2,0	116 977	1,9
75 a 79 anos	-	-	78 372	1,3
80 anos ou mais	-	-	80 737	1,3
Idade ignorada	3 628	0,1	-	-
Total	3 627 933		6 248 436	100,0

(1) Refere-se à população com 70 anos ou mais

Distribuição Geográfica da População

Dos 293 municípios catarinenses, 58,7% tinham população menor de 10.000 habitantes, os quais acumulavam 12,9% da população estadual. Somente 12 deles contavam com mais de 100.000 residentes, concentrando 42,7% da população do Estado. Destes, apenas 4 tinham mais de 200.000 residentes e concentravam 23,3% da população (Tabela 2).

Tabela 2: Santa Catarina. Municípios e população de acordo com seu porte populacional, 2010

Classes de tamanho (habitantes)	Municípios			População		
	Número	(%)	% Acumulado	Hab.	(%)	% Acumulado
Menos de 2000	12	4,1	4,1	20.989	0,3	0,30
De 2001 a 5000	96	32,8	36,9	320.271	5,1	5,40
De 5001 a 10.000	64	21,8	58,7	467.560	7,5	12,90
De 10.001 a 20.000	60	20,5	79,2	819.028	13,1	26,00
De 20.001 a 50.001	34	11,6	90,8	1.011.301	16,2	42,20
De 50.001 a 100.000	15	5,1	95,9	943.957	15,1	57,30
De 100.001 a 200.000	8	2,7	98,6	1.209.987	19,4	76,70
Mais de 200.000	4	1,4	100	1.455.343	23,3	100,00
Total	293	100	-	6.248.436	100	-

Fonte: Censo Demográfico 2010 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O grupo dos 5 maiores municípios reunia 1,647 milhões de pessoas em 2010, ou 26,3% da população estadual, destacando-se o fato de a capital não ser o município mais populoso (Tabela 3). Outra característica está no fato de todos os municípios estarem concentrados na faixa litorânea ou muito próximos a ela (Blumenau).

Tabela 3: Santa Catarina. Os cinco municípios mais populosos, 2010

Município	População	%
Joinville	515.288	8,2
Florianópolis	421.240	6,7
Blumenau	309.011	4,9
São José	209.804	3,4
Criciúma	192.308	3,1
Total	1.647.651	26,3

Fonte: Censo Demográfico 2010

No último período intercensitário, 2000-2010, o crescimento populacional não se deu de maneira uniforme entre as regiões e os municípios catarinenses.

As maiores taxas foram observadas nas regiões de Itajaí (3,56%), Brusque (3,29%), Jaraguá do Sul (2,86%), Timbó (2,20%), Grande Florianópolis (2,10%) e Joinville (2,00%), onde o fluxo migratório contribuiu significativamente para esse crescimento.

Os 10 municípios que mais aumentaram suas populações em termos relativos foram Itapema (5,9%), São João Batista (5,9%), Itapoá (5,3%), Bombinhas (5,1%), Balneário Arroio do Silva (4,7%), Balneário Piçarras (4,6%), Navegantes (4,4%), Balneário Gaivota (4,2%), Passo de Torres (4,2%), Camboriú (4,2%) e Porto Belo (4,2%).

Outra mudança importante no perfil demográfico do Estado está na situação do domicílio da população. Observa-se um rápido processo de urbanização, que passa de 31,8% da população vivendo nas cidades em 1960, para 84% em 2010 (Tabela 4). Apesar disso, a taxa de urbanização da Região Sul e do país é maior que a catarinense, de 84,9 e 84,3%, respectivamente.

Em Santa Catarina, é na década de 1970 que se dá o início do decréscimo da população rural; após, se reduz sistematicamente a sua participação na população total. Isso decorre não apenas da sua redução, mas também do grande crescimento da população urbana catarinense, o que é parcialmente explicado por Santa Catarina ter um balanço positivo no fluxo migratório interestadual: mais pessoas imigram para o Estado do que emigram do Estado.

Santa Catarina está entre os estados brasileiros que apresentam as maiores taxas de crescimento populacional do país, ficando à frente da grande maioria dos estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Essa diferença é explicada, sobretudo, pelos movimentos populacionais, já que o crescimento vegetativo da população catarinense é parecido ao de vários estados.

Tabela 4: SANTA CATARINA. População residente, por situação do domicílio - 1960-2010

Anos	Total	Urbana	(% S/Total)	Rural	(% S/Total)
1960	2.118.116	673.981	31,8	1.444.135	68,2
1970	2.901.734	1.246.043	42,9	1.655.691	57,1
1980	3.627.933	2.154.238	59,4	1.473.695	40,6
1991	4.541.994	3.208.537	70,6	1.333.457	29,4
2000	5.356.360	4.217.931	78,7	1.138.429	21,3
2010	6 248 436	5 247 913	84,0	1 000 523	16,0

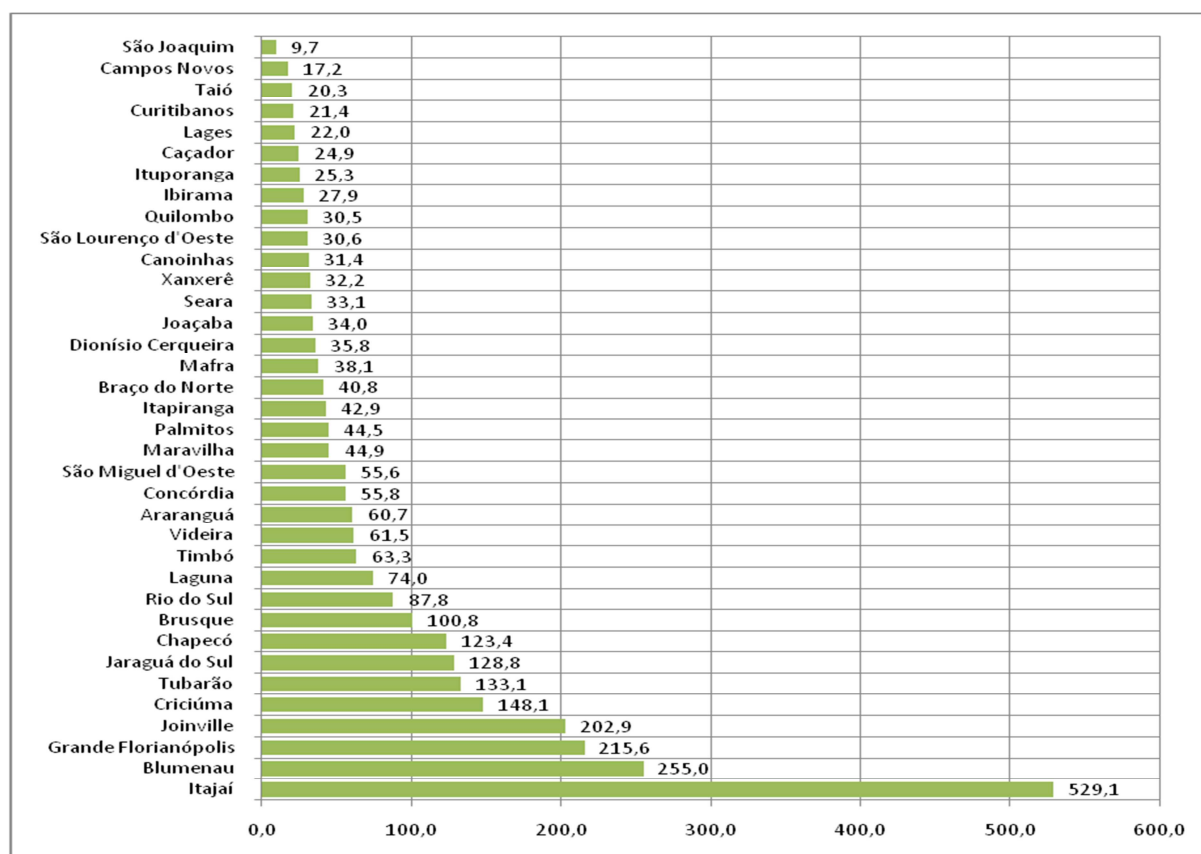
Fonte: Fundação IBGE: Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

Assim, entre 1991 e 2007, por exemplo, a população total de Santa Catarina aumentou quase 30%, taxa menor apenas que as do Amapá, Roraima, Acre, Distrito Federal, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Pará, Tocantins e Sergipe. Várias destas unidades da federação têm os seus aumentos populacionais mais em razão dos movimentos populacionais do que dos seus crescimentos vegetativos.

Densidade Demográfica

Santa Catarina apresenta uma densidade demográfica de 65,5 hab./km², índice bastante superior à média brasileira que é de 22,3 hab./km². Com base em dados do censo de 2010, o gráfico 1 apresenta a densidade demográfica das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional - SDRs. O gráfico evidencia o crescente adensamento no sentido Oeste-Litoral, onde se destacam o Vale do Itajaí e a Grande Florianópolis.

Gráfico 1: Santa Catarina. Densidade Demográfica nas regiões das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs), 2010 (em hab/km²)



Fonte: Fundação IBGE: Censo Demográfico 2010

Os dados populacionais apresentados trazem um perfil das mudanças demográficas e de ocupação do território estadual e permitem inferir sobre as possíveis mudanças e adaptações das políticas e estratégias que precisarão ser adotadas nos próximos anos.

Aspectos da Saúde

A avaliação do desempenho estadual em relação aos aspectos ligados à saúde foi associada ao acompanhamento de indicadores de natalidade e mortalidade, bem como à análise da estrutura de oferta de serviços disponíveis na área da saúde.

Principais Indicadores de Saúde

Santa Catarina, assim como o restante do país, vem apresentando um acelerado processo de envelhecimento da sua população, com transformações profundas na composição etária de sua população.

A expectativa de vida da população estadual tem aumentado de forma contínua e gradual a cada ano e desde 1980 é a maior da Região Sul do Brasil. Em Santa Catarina evolui de 72,6 anos de idade, em 1997, para 75,7 anos, em 2009, ou seja, mais 3,1 anos de vida, em apenas 12 anos. Apresenta, no entanto, variações quanto ao gênero, sendo de 72,6 anos para os homens e de 79,1 anos para as mulheres.

O Estado deverá continuar galgando anos na vida média de sua população, já que ainda está distante das médias de países como Islândia (81,80), Hong Kong, China (82,20) e Japão (82,60).

No caso do Brasil como um todo, houve um aumento de 10,6 anos na esperança de vida desde 1980. Na média nacional, a expectativa de vida chegou a 73,1 anos.

Além das modificações populacionais e na expectativa de vida, o Estado tem experimentado mudanças no perfil epidemiológico da população, com alterações relevantes no quadro de morbimortalidade. As doenças infectocontagiosas, que já foram a principal causa das mortes registradas no Estado em meados do século XX, hoje são responsáveis por cerca de 4%, ocorrendo o oposto em relação às doenças cardiovasculares, atualmente responsáveis por pouco menos de 1/3 dos óbitos. As neoplasias e doenças do aparelho circulatório também figuram como as principais causas de mortalidade dos catarinenses (Tabela 5).

Em menos de 50 anos, o Estado passou de um perfil de mortalidade típico de uma população jovem para um desenho caracterizado por enfermidades complexas e mais onerosas, próprias das faixas etárias mais avançadas.

Tabela 5: Santa Catarina, Região Sul e Brasil. Indicadores de mortalidade, 2007

Indicador	SC	Região Sul	Brasil
Taxa de mortalidade infantil (óbitos de menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos)	12,8	12,9	20
Taxa de mortalidade em menores de 5 anos (óbitos por 1000 nascidos vivos)	14,6	15,1	24,1
Mortalidade proporcional (óbitos (%)) por grupo de causas definidas			
Doenças do aparelho circulatório	31,1	32,1	31,9
Neoplasias (tumores)	20,4	20,1	16,7
Demais causas definidas	17,6	18,0	19,6
Causas externas (homicídios, suicídios e acidentes)	13,5	12,6	13,5
Doenças do aparelho respiratório	11,2	11,7	10,8
Doenças infecciosas e parasitárias	4,2	3,9	4,8
Afecções originadas no período perinatal	2,1	1,7	2,8
Mortalidade proporcional por causas mal definidas (%)	8,6	5,5	7,7
Mortalidade proporcional por óbitos sem assistência médica (%)	3,3	1,6	2,7
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (óbitos por 100 mil habitantes)	150,9	185,5	162,9
Taxa de mortalidade por causas externas (óbitos por 100 mil habitantes)	65,3	72,6	69,2
Taxa de mortalidade por neoplasias malignas (óbitos por 100 mil habitantes)	97,8	115,2	84
Taxa de mortalidade específica por acidente de trabalho (óbitos por 100 mil habitantes)	9,8	8,6	8,8
Taxa de mortalidade por diabetes melito (óbitos por 100 mil habitantes)	21,1	25,9	25,2
Taxa de mortalidade por AIDS (óbitos por 100 mil habitantes)	9,1	8,9	6
Taxa de mortalidade por afecções originadas no período perinatal (óbitos por 100 mil habitantes)	7,4	7,4	11,8
Taxa de mortalidade por doenças transmissíveis (óbitos por 100 mil habitantes)	38,2	44,7	48,9

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Ainda, as mortes associadas às causas externas (acidentes de qualquer natureza e violência) passaram a desempenhar um papel de destaque, onde Santa Catarina exibe uma taxa acima da nacional. No caso de acidentes de trânsito, os registros apontam uma incidência maior, particularmente dos adultos jovens do sexo masculino. No caso das mortes por violência, os números são ascendentes e preocupantes, mas, abaixo da taxa nacional.

Segundo dados do Mapa da Violência, divulgados pelo Ministério da Justiça, entre 1998 e 2008, o número de assassinatos em Santa Catarina aumentou 98% (No Brasil cresceu 19,5% no mesmo período). Entre os jovens de 15 a 24 anos, esse mesmo índice cresceu 158% no mesmo período. Em 2008, 77% da mortalidade dos jovens estava relacionada a causas externas (no Brasil, era 73,6%).

O número de óbitos por acidentes de trânsito no Estado cresceu 30% entre 1998 e 2008, atingindo 1.857 óbitos em 2008. No Sul do país cresceu 21% e no Brasil 26,5%.

Toda esta transição, entretanto, vem ocorrendo de forma muito desigual, fato associado, em grande parte, às diferentes condições sociais observadas no Estado, que apesar de se diferenciar no país por seus melhores indicadores de bem-estar social, apresenta, ainda assim, um setor econômico concentrado e muitas desigualdades sociais. Uma análise mais específica sobre temas como fecundidade, nascimentos, mortalidade e envelhecimento, mostra sempre expressivos diferenciais por sexo, idade, educação e renda, e por muitos outros aspectos sociodemográficos. Os diferenciais são, também, bastante significativos, mostrando desigualdades no acesso aos serviços de saúde e na distribuição dos recursos e dos equipamentos.

Estrutura da Oferta de Serviços de Saúde

Os avanços da medicina e das condições de acesso e as melhorias nas condições gerais de vida da população vêm repercutindo no sentido de elevar a média de vida da população.

O aumento da escolaridade feminina, a elevação do percentual de domicílios com saneamento básico adequado (esgotamento sanitário, água potável e coleta de lixo) e o acesso aos serviços de saúde contribuíram para a queda da taxa de mortalidade infantil em todo o Estado. Contudo, ainda há muito a ser feito, uma vez que a mortalidade infantil em Santa Catarina, estimada, em 2007, em 12,8 óbitos de menores de 1 ano para cada 1.000 mil nascidos vivos é alta quando comparada com os indicadores correspondentes de países vizinhos do Mercosul ou dos países desenvolvidos do Hemisfério Norte. No entanto, se comparado com a taxa nacional, o Estado estava melhor posicionado. Em 2000, essa taxa era de 15,7.

Na tabela 6 pode-se observar a evolução do número de profissionais de saúde selecionados por grupo de 1.000 habitantes. Observa-se que para todos os casos há um importante aumento da densidade desses profissionais e é um indicativo do avanço das condições de saúde no Estado.

Tabela 6: Santa Catarina. Profissionais da saúde p/1.000 habitantes, 1990-2000-2008

Ano	Médicos	Dentistas	Enfermeiros	Nutricionistas	Veterinários	Farmacêuticos	Técnicos de Enfermagem	Auxiliar de Enfermagem
2008	1,77	1,36	0,98	1,23	0,41	0,93	2,84	2,39
2000	1,09	0,81	0,46	0,09	0,3	-	0,48	1,71
1990	0,78	-	0,24	-	-	-	0,17	0,31

Fonte: Ministério da Saúde/SGTES/DEGERTS/CONPROF - Conselhos profissionais

Da mesma forma, o aumento da oferta de equipamentos de saúde é outro indicativo das melhorias das condições de acesso aos mais variados serviços à disposição da população. A evolução da tipologia dos estabelecimentos de saúde presentes no Estado é apresentada na tabela.

Tabela 7: Santa Catarina. Estabelecimentos de saúde por tipo - 2005-2011

Tipo de Estabelecimento	2005	2011
Central de Regulação de Serviços de Saúde	2	9
Centro de Atenção Psicossocial	0	78
Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde	1.311	1.356
Clínica Especializada/Ambulatório Especializado	825	1.861
Consultório Isolado	3.120	6.307
Farmácia Medic. Excepcional e Prog. Farmácia Popular	5	36
Hospital Dia	11	23
Hospital Especializado	23	22
Hospital Geral	205	206
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	0	2
Policlínica	203	181
Posto de Saúde	416	387
Pronto Atendimento	0	19
Pronto Socorro Geral	17	11
Secretaria de Saúde	...	331
Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	635	949
Unidade de Vigilância em Saúde	78	30
Unidade Móvel Pré-Hospitalar - Urgência/Emergência	38	91
Unidade Móvel Terrestre	42	33

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES

Apesar desses avanços, são grandes os desafios a serem enfrentados no setor de saúde. Grande parcela da população ainda não tem acesso adequado aos serviços de saúde, nem em quantidade, tampouco em qualidade. Os hospitais e centros de saúde carecem de equipamentos e profissionais, e, por vezes, estão muito distantes dos usuários, principalmente no que se refere aos atendimentos básicos e preventivos.

Da mesma forma, as mudanças no padrão demográfico e no perfil do quadro de morbidade exigem constantes adaptações e investimentos, seja para acompanhar essas mudanças como para alinhar-se à evolução técnica.

Aspectos da Educação

A educação é uma prioridade fundamental para Santa Catarina. O fortalecimento de um sistema educacional adequado e eficiente, que atenda às exigências da economia global é uma condição sem a qual o Estado não poderá manter seu padrão de desenvolvimento social, nem manter-se economicamente competitivo, tanto em âmbito nacional como internacional.

Educação Básica

Segundo o PNAD, o percentual da população catarinense de 15 anos ou mais não alfabetizada em 2010 era de 4,9%, enquanto a média da Região Sul era de 5,4%. Os índices pioram a performance quando calculados separadamente na zona rural, entre o sexo feminino ou entre afrodescendentes.

A duração média de escolaridade para maiores de 15 anos é de aproximadamente 8 anos (Tabela 8), mas também existem variações entre as diferentes categorias da população. Os padrões de frequência escolar mudam em função da renda familiar. Para a faixa etária entre 15 e 17 anos, as famílias classificadas no 1º quintil de renda têm 69% de presença, enquanto as do 5º quintil têm 84%.

Tabela 8: Santa Catarina. Taxa de escolaridade: população de 15 anos ou mais segundo a escolaridade, 1992 e 2008 (em %)

Anos de estudo	1992	2008
Menos de 1 ano	10,44	6,99
1 a 3 anos	15,74	8,56
4 a 7 anos	43,49	24,41
8 anos e mais	30,33	60,04

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD

Apesar do bom desempenho do Estado na maioria dos indicadores educacionais quando comparado aos demais estados da federação, muitos são os desafios a serem enfrentados pelo Estado nos próximos anos.

Desde a década de 1990, após a taxa de natalidade ter caído pela metade em menos de 20 anos, diminuíram as pressões quantitativas sobre o sistema educativo. Tanto o número total de matrículas como o de escolas vem caindo, com algumas variações nas redes, devido às mudanças de competências. Em virtude dessas mudanças o Estado passa a concentrar esforços prioritariamente na qualidade do ensino.

A valorização da educação como área prioritária reflete-se no padrão da alocação de recursos. Da sua receita total de 2009, Santa Catarina destinou para a educação a maior das parcelas dentre todas as áreas, ultrapassando inclusive a saúde e a previdência social. Isso também se observa no fato de que, embora a Constituição Federal determine que o mínimo que cada Estado deve aplicar na educação é de 25%, Santa Catarina destinou 29,5% do seu orçamento total para essa área em 2009. O ensino fundamental recebeu a maior parcela (62,6%) do orçamento total da educação. A seguir, vem o ensino médio, com 18,2%. Em contrapartida, à educação infantil e à educação de jovens e adultos coube apenas 2,3% e 3,2%, respectivamente.

Tabela 9: Santa Catarina. Número de estabelecimentos de ensino e de matrículas na Educação Básica, 2005-2007-2009

Ano		2005	2007	2009
Total (*)	Escolas	6.660	6.699	6.357
	Matrículas	1.696.248	1.574.212	1.547.005
Rede Federal	Escolas	10	13	14
	Matrículas	8.095	7.250	9.441
Rede Estadual	Escolas	1.281	1.417	1.335
	Matrículas	832.950	738.642	679.528
Rede Municipal	Escolas	4.361	4.218	4.115
	Matrículas	636.954	640.965	658.603
Rede Privada	Escolas	1.008	1.051	893
	Matrículas	218.240	187.355	199.433

Fonte: MEC/INEP/DEED

Nota: (*) Inclui todos os estabelecimentos de ensino - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula

O padrão de atendimento escolar, no entanto, é complexo, já que existem 3 tipos de escola pública – federal, estadual e municipal – e uma rede de escolas privadas. (Tabela 9). Cada tipo de escola opera independentemente um do outro, com gestão e legislação distintas. Ao Ministério da Educação (MEC) cabe definir a matriz curricular, implementar avaliações de aprendizagem padronizadas, efetuar a compra de livros didáticos e fornecer transporte e merenda para as escolas públicas, além de decidir as principais questões atinentes à educação superior. A Secretaria de Estado da Educação, que trabalha juntamente com as autoridades federais, é responsável por muitos aspectos da educação específicos do Estado. Embora, de acordo com a política nacional atual, seja da competência dos municípios a gestão de todas as escolas de educação infantil e de ensino fundamental, esse processo ainda não foi integralmente implantado em Santa Catarina.

O Estado conta com 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), cada uma delas com um escritório que auxilia as escolas no trabalho administrativo. A fim de acomodar o grande contingente de alunos, a maioria das escolas adota um sistema de 3 turnos diários. Tal prática tem um impacto negativo no período de permanência dos alunos em sala de aula, no tempo ideal de dedicação dos alunos à escola, além de outros inconvenientes de ordem qualitativa, inclusive o nível do trabalho dos professores.

Embora a Secretaria de Estado da Educação esteja bem estruturada para exercer o seu compromisso seguindo os princípios de liderança e pensamento estratégico para o setor e gerir a qualidade do ensino, a fragmentação da estrutura do sistema acaba limitando a sua ação. Apesar das vantagens que podem advir dessa descentralização, existem também problemas potenciais que ameaçam a qualidade do ensino oferecido.

Segundo recente avaliação do Sistema Educacional em Santa Catarina, liderado pela equipe da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, o funcionamento adequado das interações do

Estado com a rede municipal e com os estabelecimentos privados são primordiais para o bom monitoramento da qualidade do ensino, assim como para a abordagem do sistema como um todo. A fragmentação do sistema prejudica a gestão da qualidade desse sistema. Tal situação compromete a confiabilidade do monitoramento e da identificação rápida das suas necessidades.

O mesmo estudo constatou que a imagem da profissão de professor precisa ser melhorada, portanto, concluiu ser necessária uma reformulação dessa imagem a fim de resgatar seu valor, autoestima e sua importância para o bem-estar da sociedade. O sistema de turnos e o número de alunos em sala de aula afetam de maneira significativa o tempo de que dispõe o professor para planejamento, avaliação e troca com os alunos. De acordo com observações e pesquisas, o ensino ministrado seguiria um modelo tradicional, centrado no professor, em vez de ser centrado na criança, voltado para a resolução dos problemas e para a promoção de um aprendizado ativo. Também foi comprovado que a qualidade do ensino e do aprendizado é afetada pelo ambiente das salas de aula. Os altos índices de absenteísmo dos professores também afetam a qualidade do ensino.

Em decorrência desses problemas e apesar dos esforços e do montante de recursos despendidos, o resultado das avaliações nacionais e internacionais com alunos catarinenses tem apontado falhas no sistema educacional. Portanto, o sistema não está dotando esses alunos das capacidades e competências de que precisam para participarem ativamente da sociedade como cidadãos e contribuir para a sua evolução.

Tabela 10: Brasil, Região Sul e Santa Catarina. Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) – Resultados/Nacional, 2006

Região/Estado	Ciências	Matemática	Leitura
Brasil	390	370	393
Região Sul	424	405	419
Santa Catarina	427	413	431

Fonte: INEP - Relatório Nacional PISA, 2006

O desempenho dos alunos em leitura, matemática e ciências segue sendo comparativamente baixo, em relação a outros países com nível semelhante de desenvolvimento. A tabela 10 demonstra que os jovens com 15 anos de idade que compuseram a amostra de Santa Catarina obtiveram melhores resultados que os de outros estados da Região Sul e até muito melhores que o desempenho global do Brasil nas 3 áreas avaliadas pelo PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos, OCDE). Caso Santa Catarina tivesse participado em separado do Brasil no PISA 2006, teria ficado no 44º ou 45º lugar em relação aos 57 países participantes, posição decepcionante, considerando que os jovens catarinenses tiveram um desempenho consideravelmente inferior a seus pares originários dos demais 44 países.

Observando a média nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que monitora o desempenho dos alunos e os fluxos de progresso no ensino fundamental do país, atribuindo uma nota global, compreendida entre 0 e 10, a pontuação global de Santa Catarina em 2009 também foi relativamente melhor, com média de 5,2 para séries iniciais, de 4,5 para as séries finais (5ª a 8ª série) e de 3,9 para o ensino médio. No primeiro índice, Santa Catarina ficou em 4ª posição e no segundo e terceiro em 3ª posição entre os estados brasileiros.

No entanto, o desempenho registrado por Santa Catarina, a despeito da posição destacada, apenas confirma a baixa qualidade do sistema educativo brasileiro como um todo.

Outro dado preocupante é o fato de apenas 67% dos jovens entre 15-17 anos estarem atendendo as classes do ensino médio (Tabela 11). Isso vem na contramão das necessidades do mercado, excluindo oportunidades de crescimento e prosperidade para uma grande fatia da população. Preocupante o fato de o indicador apresentar piora em relação ao ano de 2000.

Também se considerarmos a baixa participação na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, temos que a maior parte dos egressos do ensino médio participa no mercado de trabalho sem qualquer preparo profissional específico e demonstra a necessidade de políticas específicas para esse público.

Tabela 11: Santa Catarina. Matrículas no ensino médio por rede e percentual da faixa etária dos 15 aos 17 anos matriculada, 2000 e 2009

Ano	Rede	População total da Faixa 15-17	Matrículas	% da faixa 15-17 anos
2000	Federal	319 694	4.763	1,49
	Estadual		205.543	64,29
	Municipal		1.242	0,39
	Privada		38.163	11,94
	Total		249.711	78,11
2009	Federal	346 000	1.351	0,39
	Estadual		194.503	56,21
	Municipal		1.105	0,32
	Privada		35.397	10,23
	Total		232.356	67,15

Fonte: MEC/INEP/DEED

Os indicadores de ensino demonstram, portanto, que o Estado precisará, nos próximos anos, mobilizar esforços, por meio de diversas iniciativas, a fim de otimizar os recursos e promover um sistema educacional compatível com o inestimável valor e importância que a educação tem para a sociedade. O alcance desses esforços terá uma influência decisiva sobre a formação e o crescimento do mais importante recurso de Santa Catarina: os jovens.

Educação Superior

Santa Catarina contava, em 2009, com 96 instituições de ensino superior (INEP, 2010), sendo que 80 delas situavam-se no interior do Estado. A rede privada tinha o maior número de instituições. Em 2009, essas instituições tinham 198.724 alunos matriculados, dos quais 36% estavam na rede pública de ensino, sendo que 5% na rede estadual (Tabela 12). Outros 55.790 alunos estavam matriculados em cursos de graduação a distância; 3,6% administrados pelo Estado.

Tabela 12: Número de instituições e de cursos de graduação presenciais de Educação Superior, por localização (capital e interior), segundo a categoria administrativa das IES, 2009

Categoria Administrativa	Instituições			Cursos de Graduação		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Santa Catarina	96	16	80	1336	179	1157
Pública	10	3	7	423	116	307
Federal	3	2	1	101	90	11
Estadual	1	1	.	48	26	22
Municipal	6	.	6	274	.	274
Privada	86	13	73	913	63	850
Particular	66	11	55	340	36	304
Comunitária	20	2	18	573	27	546

Fonte: MEC/INEP/DEED

A taxa de frequência dos alunos na educação superior em Santa Catarina era, em 2008, de 26% para a faixa etária de 18 a 26 anos, ligeiramente acima da média no resto do Brasil (25%), mas abaixo da média de 30,3% na América do Sul.

A tabela 13 apresenta o número de matrículas em cursos presenciais e a distância da educação superior no Estado. Segundo estimativas, o crescimento do número de matrículas dobra no período de apenas 7 anos e destaca-se o grande crescimento das universidades e faculdades particulares.

Tabela 13: Santa Catarina. Matrículas em cursos de graduação presenciais e número de polos, ingressos, matrículas e concluintes na graduação a distância, segundo a categoria administrativa, 2009

Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais			Graduação a Distância			
	Total	Capital	Interior	Nº	Ingressos	Matrículas	Concluintes
Santa Catarina	198.724	33.522	165.202	296	16.832	55.790	14.408
Pública	71.493	24.700	46.793	49	1.743	4.529	594
Federal	21.377	20.543	834	26	1.295	2.415	0
Estadual	10.312	4.157	6.155	19	386	2.059	594
Municipal	39.804	.	39.804	4	62	55	0
Privada	127.231	8.822	118.409	247	15.089	51.261	13.814
Particular	47.761	5.997	41.764	197	12.494	46.265	13.095
Comunitária	79.470	2.825	76.645	50	2.595	4.996	719

Fonte: MEC/INEP/DEED

O ensino de pós-graduação conta com cerca de 150 cursos de mestrado, a maioria na UFSC. Além dessa, destaca-se a relevância da FURB, UDESC e UNIVILLE e a grande expansão e capilaridade dessas instituições. Também a criação da Universidade Federal da Fronteira Oeste e a transformação e expansão do Instituto Federal de Santa Catarina (IFETSC), que conta hoje com 19 unidades dispersas em várias regiões do Estado, deverá causar importante impacto na qualidade e natureza do conhecimento.

Embora os níveis de acesso ao ensino superior ainda precisem ser ampliados e a sua qualidade melhorada, os avanços já conquistados deverão continuar exercendo mudanças significativas na qualidade dos serviços prestados em Santa Catarina.

Pesquisa e Inovação Tecnológica

Além de uma educação básica universal de qualidade e de instituições de ensino superior sólidas e integradas às necessidades da sociedade, tornou-se condição fundamental, os investimentos em pesquisa e inovação tecnológica. Para Santa Catarina assegurar uma inserção competitiva na economia brasileira e internacional, diante do atual contexto de desenvolvimento capitalista, o conhecimento e a inovação adquirem papel essencial nesse processo.

A política científica e tecnológica do Estado é basicamente promovida pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica (FAPESC), estando alinhada com a Política Nacional de Ciência e Tecnologia.

O Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação adotou 4 eixos estratégicos:

I - Expansão e consolidação do Sistema Catarinense de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) buscando a institucionalização, a articulação e a cooperação nacional e internacional, assim como a implementação da Lei Catarinense de Inovação, que visa a capacitação em CT&I, o equilíbrio regional e o desenvolvimento econômico sustentável.

II - Pesquisa científica e tecnológica através de suporte financeiro a projetos de pesquisa em novas tecnologias e sobre temas diversos, inclusive sobre políticas públicas; pesquisas em ciências agrárias e meio ambiente; na área de recursos energéticos e fontes alternativas de energia, mudanças climáticas e prevenção de desastres naturais.

III - Inovação e empreendedorismo com apoio ao avanço tecnológico e às inovações nas empresas e outras organizações públicas e privadas, por meio de subvenção a projetos de P&D, capacitação de recursos humanos para a inovação e estímulos à constituição, consolidação e expansão de incubadoras de empresas inovadoras e de parques tecnológicos.

IV - Desenvolvimento social e regional sustentável mediante CT&I, através da priorização de pesquisas relacionadas a temáticas regionais.

A política de fomento à CT&I implementada pela FAPESC tem sido executada por intermédio de parcerias estabelecidas principalmente com o MCT/CNPq e FINEP. Em nível estadual, os recursos são originados com base na Lei Estadual de Inovação que impõe um gasto mínimo de 1% da arrecadação tributária (deduzidas as parcelas dos municípios) para pesquisa tecnológica e mais 1% para pesquisa agropecuária.

Os principais editais foram dirigidos para programas de ciências agrárias, infraestrutura para a pesquisa científica e tecnológica e para a produção. Deve-se mencionar o esforço de consolidação e expansão da Rede Catarinense de CT&I, que conta com 1.941 conexões, como um componente relevante dos programas estaduais.

As 44 unidades de incubadoras e parques tecnológicos (2009) de Santa Catarina representam outro importante e dinâmico componente do sistema, em particular pela difusão de conhecimento e pela sua aplicação econômica. Outro agente do sistema é o setor de tecnologia da informação e comunicação, segmento-ponte importante para a inovação tecnológica em diferentes áreas do conhecimento e setores econômicos, por meio de seu Conselho de Entidades de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC).

A Fundação CERTI (Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras), localizada no campus da UFSC e gestora do Sapiens Parque é um destacado agente do sistema.

O setor agrícola conta com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -EPAGRI, que possui 14 unidades de pesquisa, 4 centros especializados e 2 campos experimentais. Estas unidades estão distribuídas pelo Estado conforme características edafoclimática. Nessas Estações Experimentais há 40 laboratórios para desenvolver trabalhos nas áreas de sementes, solos, água, entomologia, fitopatologia, fisiologia, nutrição animal e vegetal, genética e melhoramento, cultura de tecidos, tecnologia e aplicação de defensivos, enologia, apicultura, imunologia, microbiologia, biologia molecular, sanidade animal, produção de larvas e alevinos e na produção de inseticida biológico.

O SENAI, com mais de 30 unidades de ensino técnico (vários níveis) e extensão tecnológica, constitui-se em outro componente importante do sistema.

Finalmente, entre os entraves do Sistema Catarinense de CT&I, cabe destacar a reduzida quantidade de projetos de longo prazo; a concentração do montante em projetos de demanda espontânea, dispersando recursos; a reduzida oferta de recursos por meio de chamadas públicas destinadas às micro e empresas de pequeno porte; e a ausência de foco em pesquisas nas áreas de ciências sociais e humanas.

CONTEXTO ECONÔMICO DE SANTA CATARINA

Aspectos Econômicos

Nesta seção é apresentada uma visão geral de Santa Catarina sob o ponto de vista de seu desempenho econômico nos últimos anos. Deste modo, foram observados aspectos como produto interno bruto (PIB), balança comercial, volume de empresas e empregos, renda da população, finanças públicas e movimentações realizadas pelo setor primário. Neste capítulo também são apresentados levantamentos de setores tradicionais, emergentes e com tendências de crescimento e participação na movimentação econômica estadual.

Produto Interno Bruto Total e Per Capita

De acordo com o IBGE, a economia catarinense produziu o equivalente a R\$ 123,28 bilhões em 2008 (tabela 16), o que correspondeu a 4,1% do PIB nacional – que alcançou pouco mais de R\$ 3 trilhões. A economia estadual aumenta a participação no PIB nacional na série iniciada em 2000, evoluindo de 3,7% para 4,1%, com pequenos e constantes ganhos ao longo da série.

O PIB per capita de Santa Catarina, em 2008, de R\$ 20.369, era o 4º maior do país, atrás do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. O PIB per capita nacional era de R\$ 15.989. No período 1995-2008, esse indicador cresceu acima da média, tanto nacional como na média da Região Sul. Em 1995, o Estado ocupava a 6ª posição neste indicador. Vale lembrar que o Estado conta com apenas 1,1% do território nacional e com 3,2% da população (11º colocado entre os Estados).

Tabela 16: Santa Catarina. PIB a preço de mercado corrente e per capita e variação anual, 2005-2008

Ano	R\$ Milhão	Per Capita (R\$)	Variação Anual (%)
2005	85.316	14.543	1,56
2006	93.147	15.633	2,56
2007	104.623	17.834	6,00
2008	123.283	20.369	3,00

Fonte: IBGE, SPG/DEGE/Gerência de Estatística e EPAGRI

Economia Catarinense no Panorama Nacional

O PIB de Santa Catarina cresceu a uma taxa média de 3,0% ao ano entre 2000 e 2008, acumulando crescimento de 42,1% nesse período (Tabela 17). Esse foi tão somente o 21º maior crescimento entre as Unidades da Federação. Todavia, deve-se levar em conta que, em geral, no período retratado, os estados com as maiores economias foram os que apresentaram as menores taxas de crescimento médio.

Tabela 17: Brasil e Santa Catarina. Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado corrente, 2000-2008

(Milhões R\$)

Ano	Brasil	Santa Catarina	Participação SC / Brasil (%)
2000	1.179.482	43.312	3,7
2005	2.147.239	85.316	4,0
2006	2.369.484	93.147	3,9
2007	2.661.345	104.623	3,9
2008	3.031.864	123.283	4,1

Fonte: CONAC/DPE/IBGE e SPG/DEGE/Gerência de Estatística

Santa Catarina, em 2008, era a 6ª economia do país. À frente, estavam na ordem, as economias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. A tabela 18 mostra a evolução da participação do PIB em Santa Catarina e no Brasil.

Os dados ilustram a posição que o Estado ocupa no cenário nacional, dando alguns indicativos do seu nível de desenvolvimento econômico, em relação aos demais estados da federação. Vale lembrar que, na comparação, é importante considerar seu tamanho e o de sua população e, sobretudo, a forte concentração da produção no Sudeste do país.

Tabela 18: Unidades da Federação. Produto Interno Bruto (PIB) a preço corrente, 2000-2008

(em %)

Unidades da Federação	2000	2005	2008
São Paulo	36,0	33,9	33,1
Rio de Janeiro	11,8	11,5	11,3
Minas Gerais	8,5	9,0	9,3
Rio Grande do Sul	6,9	6,7	6,6
Paraná	5,9	5,9	5,9
Santa Catarina	3,7	4,0	4,1
Bahia	3,9	4,2	4,0
Distrito Federal	3,9	3,8	3,9
Demais Estados	19,5	21,0	21,6
Brasil	100,1	100,0	99,8

Fonte: CONAC/DPE/IBGE e SPG/DEGE/Gerência de Estatística

A tabela mostra também a evolução da participação do PIB dos principais estados brasileiros, onde se destaca o crescimento da participação de Santa Catarina no PIB nacional.

Nas seções seguintes estão apresentadas as características setoriais da produção econômica do Estado, onde se destacam a diversidade produtiva e a dispersão produtiva no território catarinense.

Produto Interno Bruto Setorial

O setor de serviços (comércio, intermediação financeira, administração pública e outras) era, em 2008 responsável por mais de 57% do PIB catarinense. A indústria participava com 34,4% e a agropecuária com 8%. Esta última vem perdendo participação na economia estadual (Tabela 19). Nestas últimas décadas, essa tendência vem ocorrendo também em nível nacional e nas demais economias avançadas, onde os setores mais dinâmicos tendem a adicionar mais valor, destacando-se, neste caso, o setor de serviços.

Tabela 19: Santa Catarina. Participação percentual das atividades econômicas no PIB, 2003-2008

Atividades Econômicas	2003	2005	2008
Total	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	10,82	8,35	8,04
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	7,63	5,23	4,97
Pecuária e pesca	3,20	3,12	3,07
Indústria	32,88	33,94	34,43
Indústria extrativa mineral	0,32	0,35	0,40
Indústria de transformação	24,19	24,54	23,26
Construção	4,84	4,70	5,10
Prod. e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,54	4,35	5,67
Serviços	56,30	57,71	57,54
Comércio e serviços de manutenção e reparação	13,07	14,84	16,35
Serviços de alojamento e alimentação	1,90	1,33	1,79
Transportes, armazenagem e correio	5,16	5,26	4,54
Serviços de informação	3,05	3,24	2,76
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	3,97	4,24	4,12
Serviços prestados às famílias e associativos	2,35	2,30	1,86
Serviços prestados às empresas	3,18	3,48	3,69
Atividades imobiliárias e aluguel	9,64	9,22	8,49
Administração, saúde e educação públicas	10,69	10,63	11,10
Saúde e educação mercantis	2,37	2,27	1,95
Serviços domésticos	0,91	0,91	0,87

Fonte: CONAC/DPE/IBGE e SPG/DEGE/Gerência de Estatística

Agropecuária e o Meio Rural

Apesar de a produção agropecuária catarinense estar crescendo, melhorando seu nível técnico e de sua grande importância nas economias municipais, ela tem perdido, nas últimas décadas, participação não somente no PIB estadual, como também, em relação à agropecuária nacional.

Tabela 20: Santa Catarina no Brasil. Posição na produção agropecuária, 2010

Principais Produtos	Posição SC/BR	Part. SC/BR (%)
Alho	4º	15,13
Arroz	2º	9,46
Banana	3º	9,1
Batata	7º	3,01
Cebola	1º	35,96
Feijão	7º	5,31
Fumo	2º	32,58
Maçã	1º	50,1
Mandioca	13º	2,11
Milho	7º	6,42
Soja	9º	1,83
Tomate	8º	3,37
Trigo	3º	5,63
Uva	6º	4,38
Aves	2º	16,6
Suíno	1º	23,9
Leite (2009)	5º	7,7

Fonte: IBGE e EPAGRI/CEPA

Entre as 100 maiores economias agropecuárias do país, o Estado incluiu apenas o município de Campos Novos (62º).

Portanto, no período observado, a agropecuária estadual cresceu num ritmo inferior ao da agropecuária nacional. A indústria e o setor de serviços, ao contrário, cresceram mais rapidamente.

Apesar dessa retração, observa-se uma maior importância relativa da agropecuária catarinense em relação a nacional, já que a participação da agricultura no PIB de Santa Catarina é maior do que a participação da agricultura no PIB nacional.

O grupo de atividades que mais vem adicionando valor dentro da agropecuária é o da “criação de bovinos e outros animais”, onde o leite é o produto principal. Essa atividade está em franca expansão no Estado. O segundo grupo em tamanho é composto pelos “outros produtos da lavoura temporária” onde se destaca a produção de fumo, cebola, feijão e tomate. Depois desses, seguem na ordem de importância os grupos de cereais (principalmente o milho); da silvicultura (madeiras em toras para celulose); da suinocultura; além do de “outros produtos da lavoura permanente” (maçã e banana); o grupo da soja e derivados, da pesca e o da criação de aves.

A tabela 20 demonstra a posição e a participação dos principais produtos agropecuários na produção nacional. Além de ser o maior produtor nacional de maçãs e cebolas e o segundo maior de arroz e fumo, um dos destaques está na produção de carne suína. Em 2010, o Estado produziu o equivalente a 23,9% da produção nacional, sendo o maior produtor brasileiro.

A produção de frango também continua competitiva no Estado. No entanto, o Estado vem perdendo a participação para o estado do Paraná e sendo ameaçado pelos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Uma das causas é atribuída aos custos com os insumos de produção, o que faz com que grandes indústrias migrem para esses e outros estados.

Outro produto que Santa Catarina possui competitividade é o de pescados. Em 2009 produziu 207.505 toneladas contra 188.811 toneladas em 2008, ou seja, um aumento de 9,9%. Em 2009 Santa Catarina representou 16,7% do total de produção de pescados do Brasil e é o maior produtor nacional. Também a produção de ostras e mexilhões tem se consolidado como uma importante atividade econômica no litoral.

O meio rural catarinense passa por mudanças estruturais. Os censos mostram que o número e a área dos estabelecimentos agropecuários de Santa Catarina sofreram mudanças sensíveis ao longo dos anos. De 1985 para 2006 houve um decréscimo de 17,6% no número (41.310 unidades) e de 18,6% na área (1.379.407 hectares).

O detalhamento dos dados censitários permite constatar mudanças importantes na forma de utilização da área desses estabelecimentos (Tabela 21). De 1985 para 2006, por exemplo, se observa que houve reduções nas áreas de lavouras e pastagens e crescimento na área de matas. O principal decréscimo se deu na área de pastagens, principalmente de pastagens naturais.

A redução na área ocupada com lavouras ocorreu apenas para as lavouras temporárias, já que houve ampliação na área ocupada com lavouras permanentes. Ao comparar o ano de 2006 com 1995, entretanto, observa-se uma tendência contrária, com pequena recuperação na área ocupada com as lavouras temporárias.

Tabela 21: Santa Catarina. Utilização da área dos estabelecimentos agropecuários, 1970-2006

Utilização	Mil hectares			
	1970	1980	1995	2006
Lavouras permanentes	70,3	74,8	126,6	219,6
Lavouras temporárias	1.261,40	1.729,00	1.443,8	1.498,50
Total de lavouras	1.331,70	1.803,80	1.570,4	1.718,00
Pastagens naturais	2.088,70	1.903,10	1.778,8	1.256,00
Pastagens plantadas	379,3	587,8	560,1	445,5
Total de pastagens	2.468,00	2.490,90	2.338,9	1.701,50
Matas naturais	1.623,20	1.408,10	1.348,6	1.607,40
Matas plantadas	128,3	374	561,5	621,1
Total de matas	1.751,60	1.782,20	1.910,2	2.228,60
Outras áreas	1.474,10	1.396,90	793,4	392,0
Total	7.025,30	7.473,80	6.612,8	6.040,10

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários

Esta recuperação na área de lavouras temporárias se explica, especialmente, pelo fato de, entre os censos de 1995 e 2006, aumentarem as áreas plantadas com milho, soja, fumo e arroz. Entretanto, considerando a área atualmente plantada com as principais lavouras temporárias, conclui-se que essa recuperação foi parcialmente revertida, já que nos anos recentes diminuiu bastante a área plantada com milho, o que foi compensado apenas parcialmente com o crescimento na área plantada com soja.

O decréscimo na área de pastagens e de lavouras temporárias não provocou redução da produção total, já que foi mais do que compensado pelos crescimentos de produtividade da agropecuária catarinense, seja animal ou vegetal.

No caso da produção vegetal, por exemplo, tomando apenas os 5 principais grãos produzidos, se observa que o rendimento médio de todas as culturas foi no mínimo multiplicado por 2; com isso, a produção catarinense saltou de 2,93 milhões em 1980 para 5,95 milhões de toneladas em 2006.

Ainda que parte desse crescimento se explique pela “substituição” da área de arroz de sequeiro pela de irrigado, e por se deixar de plantar uma grande área de soja associada com milho (as duas lavouras utilizando simultaneamente a mesma área), é inegável que o crescimento da produção de grãos no Estado se deu pelo aumento da produtividade das lavouras em geral.

Na pecuária também são encontrados exemplos de como o aumento de produtividade evitou que a redução de área fosse acompanhada pela redução na produção; dois deles são os comportamentos do efetivo do rebanho e o da produção de leite de vaca. Entre 1980 e 2006, mesmo com uma redução da área de pastagens, houve um aumento de quase 407 mil cabeças das principais espécies de animais que se alimentam de pasto. Houve, portanto, um sensível aumento na lotação de animais por hectare. No mesmo período, a produção de leite de vaca cresceu 161%, o que é explicado especialmente pelo aumento de 95% na produtividade em litros/vaca/ano.

Essas transformações ocorridas nessas últimas décadas vêm sendo acompanhadas de uma concentração da produção de carnes e grãos e de uma expansão da produção empresarial em algumas cadeias produtivas. Paralelo a isso, vem se observando uma contínua migração rural urbana com redução da população rural, envelhecimento populacional e redução do número de jovens no meio rural. Isso tem ocasionado sérios problemas sucessórios na agricultura e de mão de obra, tanto em termos quantitativos, como qualitativos.

Por outro lado, a degradação ambiental, a redução da biodiversidade e a escassez e qualidade da água no meio rural também são grandes desafios a serem tratados nos próximos anos.

A diversidade produtiva, a topografia, bem como as características da ocupação urbana trazem também preocupação frente aos possíveis impactos ocasionados com as mudanças climáticas. A necessidade de adaptação de espécies e culturas se soma aos prejuízos recorrentes causados pelos extremos do clima.

Santa Catarina, historicamente tem sido atingida por desastres ambientais, mas as ocorrências parecem aumentar. O número de enchentes, deslizamentos, secas e vendavais estão tornando-se muito frequentes, o que leva a necessidade de a população assumir uma mudança cultural para minimizar os riscos desses desastres. A solução passa por projetos preventivos e ações conjuntas de curto, médio e longo prazo.

O Setor Industrial

Santa Catarina possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A sua indústria de transformação é a 4ª do país em quantidade de empresas e a 5ª em número de trabalhadores. O setor cresceu à taxa de 2,4% a.a. entre 2000 e 2008. Os segmentos de artigos do vestuário e alimentar são os que mais empregam, seguindo-se ao dos artigos têxteis.

A indústria está concentrada em diversos polos, conferindo um padrão de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro na região Serrana e tecnológico na Capital. Embora haja essa especialização regional, muitos municípios estão desenvolvendo vocações diferenciadas, fortalecendo vários segmentos de atividade.

O Estado lidera na América Latina a produção de cerâmica e porcelanas de mesa; copos e taças de cristal; elementos de fixação (parafusos, porcas); blocos e cabeçotes para motor; máquinas para desdobramento de madeira; impulsores de partida; mancais e polias para veículos; matrizes e pulsões para indústria cerâmica; compressores de pistão, fitas elásticas e fitas rígidas; motores, geradores e transformadores elétricos; portas de madeira e camisetas de malha.

Lidera no mercado nacional a fabricação de cerâmica para revestimento; eletroferragens galvanizadas a fogo para distribuição de energia elétrica, telefonia e televisão a cabo; centrais telefônicas e telefones (convencionais e sem fio); softwares para o segmento de projetos prediais, gestão (ERP), soluções para o setor têxtil, soluções para gerenciamento de filas em bancos; embalagens para adubo, fertilizante, calcário e argamassa, chapéus femininos linha praia, atalhados, dentre outros.

Dentre os setores industriais, vale ainda destacar a indústria de alimentos que é a maior do país. Na produção de carne suína é líder e a 2ª de frangos. Lidera também a produção de pescados. Tem também importância na produção de cerveja e vinhos.

A indústria de compressores e eletrodomésticos (linha branca) se destaca nacionalmente. O setor têxtil e de vestuário é o segundo maior polo empregador têxtil e do vestuário do país. Sedia a maior fundição independente da América Latina e a quinta em nível mundial, especializada na fabricação de produtos fundidos para a indústria automotiva. O polo cerâmico é líder na América Latina em produção de cerâmica de mesa. Destaca-se ainda na produção de tubos e conexões de PVC, embalagens, descartáveis plásticos (copos, pratos etc.), utili-

dades domésticas. Na produção de autopeças, é possível citar ainda a produção de carrocerias para caminhões e ônibus, blocos de cilindros e cabeçotes para motor diesel, sendo o maior exportador do país nesse item.

A indústria de celulose e papel é a maior exportadora de papel/cartão kraftliner para cobertura do Brasil. É líder nos mercados de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais.

A indústria naval catarinense é a 2ª do país em número de trabalhadores e a previsão é de que esse número aumente em curto prazo. É um segmento industrial com boas perspectivas de crescimento, sendo que em Navegantes e Itajaí se concentra o maior número de empresas construtoras de embarcações.

Apesar de toda essa diversidade e liderança e de certo otimismo captado no meio empresarial, o setor industrial tem demonstrado muitas preocupações em relação ao futuro e tem muitos desafios que precisam ser enfrentados com vistas à elevação da competitividade.

Há bastante tempo as empresas vêm reivindicando redução da carga tributária e da taxa de juros. Outra dificuldade enfrentada se refere à forte valorização do real, que ao tempo que dificulta as exportações, facilita importações de produtos que concorrem com o produto catarinense, não raro em condições vantajosas. Importantes segmentos industriais lotados no Estado são altamente sensíveis a uma maior exposição de seus produtos frente a similares importados.

A falta de trabalhadores qualificados e a alta rotatividade em alguns segmentos industriais também tem sido obstáculo em muitas regiões. Busca de soluções para os problemas logísticos como a infraestrutura portuária e de rodovias e os custos elevados dos fretes deverão continuar na agenda de trabalho dos empresários catarinenses nos próximos anos.

Serviços

A participação dos serviços no valor adicionado bruto de Santa Catarina vem aumentando na série iniciada em 2002, atingindo 57,5% em 2008, destacando-se como a principal atividade econômica do Estado. Dentre as atividades de serviços, destaca-se, no Estado, o segmento do comércio e serviços de manutenção e reparo, com 16,4%; o de administração, saúde e educação públicas e seguridade social, com 11,1% e o de atividades imobiliárias e aluguéis, com 8,5%. Todas essas atividades cresceram acima da média nacional no período 2002-2008. Além das atividades, vale destacar o crescimento acima da média nacional do segmento de serviços de alojamento e alimentação e o de transportes, armazenagem e correios. (Tabela 22 e 23).

Tabela 22: Santa Catarina. Movimento estimado de turistas, 2000-2009

Indicadores de Turismo	2000	2005	2009(*)
Turistas nacionais	2.255.860	2.570.651	3.836.294
Estrangeiros	464.994	202.211	518.318
Total de turistas	2.720.854	2.772.862	4.354.612
Taxa ocupação rede hoteleira (%)	76	61	60
Permanência média hotéis (dias)	5	5	4

Fonte: SANTUR/SC - Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria Econômica

Por outro lado, observou-se crescimento abaixo do nacional nos setores de intermediação financeira, serviços de informação, serviços prestados às famílias e associativas; serviços prestados às empresas; serviços domésticos, saúde e educação mercantis.

Tabela 23: Santa Catarina. Série encadeada do volume do valor adicionado bruto dos serviços a preços básicos, por atividade econômica, 2008 (2002=100)

Atividade Econômica	SC	Brasil
Comércio e serv. de manutenção e reparação	138,00	134,40
Serviços de alojamento e alimentação	135,10	134,50
Transportes, armazenagem e correio	127,40	121,80
Serviços de informação	124,10	136,00
Serviços prestados às famílias e associativas	102,40	121,00
Serviços prestados às empresas	132,80	137,90
Atividades imobiliárias e aluguéis	126,40	123,60
Administ., saúde e educação públicas e seguridade social	118,70	115,30
Saúde e educação mercantis	105,90	118,00
Serviços domésticos	107,10	110,60

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil, 2004-2008

Os desafios do setor de serviços do Estado são complexos e diversos, já que o setor envolve um grande número de atividades econômicas, cuja abrangência, interesses e áreas de atuação são bastante distintas.

Além de sua crescente importância econômica, o setor emprega o maior contingente de trabalhadores. Sua dinâmica, no entanto, está altamente atrelada a tendências concentradoras e modernizantes do sistema capitalista, especialmente os setores do comércio e da intermediação financeira. Fusões e aquisições estão transformando empresas e suas relações, tanto com seus funcionários quanto com o mercado. Novos perfis e qualificações passam a ser demandados.

Os investimentos na modernização e ampliação de portos, ferrovias e, sobretudo, dos transportes terrestres têm sido considerados fundamentais para a ampliação da produção e melhoria da competitividade das empresas locais. Investimentos nesses segmentos deverão mudar o perfil de muitas cidades catarinenses.

Os serviços voltados ao desenvolvimento do capital humano, especialmente a educação pública de base e com orientação técnica, também deverão ganhar incremento nos investimentos, já que constituem-se em demandas latentes da sociedade e são condição para que a economia do Estado possa manter-se e crescer diante das dinâmicas competitivas e cada vez mais exigentes dos mercados globais.

Da mesma forma, os serviços de lazer e turismo, de grande potencial de desenvolvimento no Estado e com forte ligação com diversos segmentos do setor de serviços deverão receber investimentos em profissionalização e melhorias de infraestrutura, já que estão diante de um mercado crescente, onde o Estado tem forte aptidão.

PIB Regional

No âmbito das regiões das 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs), destaca-se a importância das regiões do litoral na formação do PIB estadual. Assim, as 6 maiores SDRs estão localizadas na faixa litorânea, produziam 56% do PIB estadual e abrigavam 48% da população estadual. Essas mesmas regiões, concentravam também os 3 maiores PIBs per capita do Estado. As regiões serranas têm as menores produções per capita. (Tabela 24).

Tabela 24: Santa Catarina. PIB, população e PIB per capita, segundo as SDRs, 2008

SDR	PIB (R\$ mil)	Participação no PIB	População (Hab.)	PIB Per capita (R\$)	Rank
Jaraguá do Sul	6.529.832	5,30	208.754	31.280	1
Itajaí	13.941.668	11,31	480.575	29.010	2
Joinville	17.467.861	14,17	609.694	28.650	3
Seara	1.360.202	1,10	48.820	27.862	4
Joaçaba	2.992.443	2,43	116.771	25.627	5
Blumenau	9.421.319	7,64	398.596	23.636	6
Videira	2.467.115	2,00	104.572	23.593	7
Chapecó	5.081.095	4,12	215.772	23.548	8
Itapiranga	1.076.381	0,87	47.156	22.826	9
Rio do Sul	1.978.986	1,61	96.163	20.579	10
Concórdia	1.959.436	1,59	95.686	20.478	11
Brusque	3.793.803	3,08	198.602	19.103	12
Xanxerê	2.650.381	2,15	142.254	18.631	13
São Lourenço d'Oeste	865.096	0,7	46.442	18.627	14
Grande Florianópolis	15.519.676	12,59	848.305	18.295	15
Timbó	2.279.391	1,85	126.523	18.016	16
Palmitos	1.037.776	0,84	58.137	17.851	17
Quilombo	393.952	0,32	22.444	17.553	18
Criciúma	6.491.440	5,27	381.154	17.031	19
Campos Novos	909.641	0,74	55.070	16.518	20
Mafra	3.689.965	2,99	230.351	16.019	21
Maravilha	1.182.284	0,96	75.881	15.581	22
Braço do Norte	987.090	0,80	63.483	15.549	23
Dionísio Cerqueira	805.706	0,65	51.854	15.538	24
Caçador	1.597.084	1,30	104.523	15.280	25
Ituporanga	985.937	0,80	65.020	15.164	26
São Miguel d'Oeste	1.009.898	0,82	67.074	15.056	27
Taió	830.952	0,67	57.514	14.448	28
Ibirama	1.036.050	0,84	72.057	14.378	29
Canoinhas	1.867.079	1,51	130.656	14.290	30
Lages	3.526.584	2,86	247.041	14.275	31
Tubarão	2.330.143	1,89	165.882	14.047	32
Curitibanos	855.803	0,69	66.012	12.964	33
Laguna	1.605.061	1,30	125.478	12.792	34
Araranguá	2.162.414	1,75	174.574	12.387	35
São Joaquim	593.436	0,48	53.697	11.052	36
Total	123.282.982	100	6.052.587	20.369	...

Maiores Economias Municipais

Santa Catarina em 2008 tinha 6 municípios entre os 100 maiores municípios brasileiros em relação ao PIB: Joinville (30º); Itajaí (39º); Florianópolis (50º); Blumenau (56º) e Jaraguá do Sul (92º).

A tabela 25 apresenta essas 5 maiores economias. Observa-se que são economias industriais ou prestadoras de serviços, aí incluída a capital, Florianópolis. Estes municípios respondem, juntos, por 35% do PIB estadual, sendo a menor concentração entre os estados brasileiros. Esses mesmos municípios concentravam 24,7% da população estadual.

Tabela 25: Santa Catarina. Participação relativa da população, PIB total e participação relativa e acumulada dos cinco principais municípios, 2008

Municípios	PIB		
	Total (R\$ mil)	Participações	
		Relativa (%)	Acumulada (%)
Joinville	13.220.312	10,7	10,7
Itajaí	10.183.448	8,3	19,0
Florianópolis	8.120.985	6,6	25,6
Blumenau	7.391.534	6,0	31,6
Jaraguá do Sul	4.800.617	3,9	35,5

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto Municipal, 2008

A tipologia dos municípios é uma forma de classificação de acordo com seu perfil produtivo. Neste sentido, caracteriza-se um município com predominância no valor adicionado (VA) para determinado setor (da agropecuária, indústria ou serviços), quando sua participação relativa no VA fosse igual ou superior a 70% do total. O município com maioria em algum setor, quando sua participação relativa no VA de alguma dessas atividades estivesse entre 40% (inclusive) e 70% (exclusive) do total. Em alguns municípios observa-se uma economia mais diversificada, tanto que não há como definir a predominância de apenas um setor de atividade.

Desta forma, pode-se observar uma grande dispersão da agropecuária (na comparação com os demais setores), evidenciando-se sua importância para a grande maioria dos municípios catarinenses. A atividade, no entanto, está mais concentrada naqueles que se estendem do Planalto ao Extremo Oeste.

A atividade industrial concentra-se no Norte, no Vale do Itajaí e no Sul do Estado, com algumas “manchas” espalhadas pelo território. Merecem destaque, ainda, os municípios agroindustriais do Oeste, cuja produção industrial está voltada ao processamento de produtos da suinocultura e da avicultura. Os serviços estão mais presentes na faixa litorânea, com destaque para a Grande Florianópolis e o Litoral Norte.

Cabe destacar que o setor de serviços poderá, num curto prazo, expandir-se e predominar em diversos polos estaduais, já que esta atividade tem crescido num ritmo maior que o da indústria. Na esteira das tendências mundiais, o segmento da agropecuária também deverá perder importância relativa à medida que a economia crescer e se tornar mais complexa.

Balança Comercial

As empresas exportadoras de Santa Catarina vêm sofrendo continuamente com o acirramento da concorrência internacional e com a constante desvalorização do dólar frente ao real, o que se reflete diretamente na redução do potencial das exportações, da lucratividade das vendas ao exterior e, em casos mais extremos, na perda de mercados importadores. Com isso, o Estado vem caindo no ranking nacional dos estados exportadores. Assim, na última década até o ano de 2008, vinha apresentando constantes superávits comerciais, passando a partir de então a inverter essa tendência, atingindo um déficit superior a US\$ 4 bilhões em 2010.

Outra forte tendência que se observa nos cenários nacional e mundial e que vem influenciando o poder de competitividade das empresas catarinenses é o forte movimento de aquisições e fusões de empresas nacionais por corporações estrangeiras. Verifica-se, por isso, o crescente número de empresas estrangeiras na participação acionária, ainda que em diferentes níveis. O ingresso de capital estrangeiro em determinadas empresas catarinenses tornou-se elemento estratégico para a expansão de seus negócios, tanto no mercado doméstico quanto no mercado externo.

Exportações e Importações

Em 2010, as exportações catarinenses alcançaram o valor acumulado de US\$ 7,5 bilhões (Tabela 26), o que significou um crescimento de 17,9 % em relação ao ano anterior. Neste mesmo período as exportações brasileiras cresceram 32%. Ocupamos, em 2010, a 10ª colocação no ranking nacional, com 3,76% do total exportado pelo país. Em 1999, essa participação era de 5,35% e o Estado era o 5º maior exportador brasileiro.

Tabela 26: Santa Catarina. Balança comercial, 1993-2010

US\$ 1.000 FOB

Ano/Mês	Exportação		Importação		Saldo (A)-(B)
	Valor (A)	Var. % (*)	Valor (B)	Var. % (*)	
1993	2.198.136	22,81	491.469	20,19	1.706.667
2000	2.712.493	5,65	957.170	8,32	1.755.323
2005	5.594.239	15,05	2.188.540	45,04	3.405.699
2010	7.582.027	17,96	11.974.291	64,3	-4.392.264

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/DEPLA

Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria Econômica

Obs.: (*) Var.% => critério de cálculo: anual = sobre o ano anterior na mesma proporção mensal/mensal = sobre o mês anterior

No tocante às importações, ao contrário, Santa Catarina obteve um incremento maior que o brasileiro. As importações desembarcadas em território catarinense aumentaram 64,3% em 2010, ante os 42,22% de acréscimo das importações brasileiras, comparativamente a 2009.

A tabela 27 apresenta o perfil das exportações catarinenses por fator agregado. Os resultados demonstram a participação crescente dos produtos básicos ao longo da série, que respondiam por 35% das exportações em 1991, atingindo 43% em 2010. Os produtos manufaturados, ao contrário, perdem participação no período analisado, passando de 64% em 1991, para 55% em 2010. A indústria catarinense está, portanto, perdendo competitividade nas exportações e o Estado passa a exportar produtos de menor valor agregado.

Tabela 27: Santa Catarina. Exportações totais por fator agregado, 1993-2010

(US\$ mil)

Ano/Mês	Básicos	Industrializados (a+b)	Semimanufaturados (a)	Manufaturados (b)	Operações Especiais	Total
1991	523.341	985.774	23.075	962.699	669	1.509.784
2000	694.713	2.017.188	133.826	1.883.362	592	2.712.493
2005	1.838.040	3.754.120	145.870	3.608.250	2.079	5.594.239
2010	3.266.632	4.309.038	132.765	4.176.273	6.357	7.582.027

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio/DEPLA

Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria Econômica

A tabela 28 apresenta as exportações catarinenses por bloco econômico. Destaca-se a importância da União Europeia como destino das exportações estaduais, mas também um certo equilíbrio nas vendas para os diversos destinos no mundo.

Os principais países de destino dos produtos catarinenses em 2010 foram Estados Unidos (11,9%), Países Baixos-Holanda (8,4%), Argentina (7,2%), Japão (6,3) e Alemanha (4%). No período, os países que registraram maiores aumentos nas exportações catarinenses foram a China (145,79%), o México (84%) e o Japão (52,01%).

Tabela 28: Santa Catarina. Exportações por principais blocos econômicos de destino, 2010

Principais Blocos Econômicos	2010 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B	PART.%
Total da Área	7.582.026.804	100,00
União Europeia - UE	2.089.344.778	27,56
Ásia (exclusivo Oriente Médio)	1.314.718.804	17,34
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	925.922.471	12,21
Mercado Comum do Sul - MERCOSUL	843.820.011	11,13
Aladi (exclusivo MERCOSUL)	764.246.127	10,08
Demais Blocos	1.643.974.613	21,68

Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio/DEPLA

Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria Econômica

Para os empresários catarinenses, a tendência de valorização da moeda brasileira deverá continuar impulsionando as importações, que também estão sendo estimuladas pelo incremento da demanda interna.

Também os preços têm sido considerados o principal fator de crescimento previsto para as exportações, sobretudo, dos produtos básicos, já que as quantidades exportadas de manufaturados deverão continuar com desempenho fraco. Observa-se, desta forma, uma ameaça de desindustrialização do setor exportador do Estado.

Esse cenário torna-se preocupante. Ainda que tenha uma pauta de produtos bastante diversificada, a maior parte das exportações ainda é de produtos industrializados. Esses produtos, além de apresentarem tendências de queda nas exportações, têm sofrido o maior impacto do acirramento da concorrência no mercado internacional.

Diante dessas tendências o empresariado tem sugerido ações visando fortalecer o associativismo para a busca da excelência e da redução do custo Brasil. Busca-se soluções para redução das taxas de juros e dos encargos sociais, para resolver os gargalos logísticos através de investimentos em infraestrutura e para realizar as reformas brasileiras nas esferas política, administrativa e tributária. Sugerem também a continuidade de políticas governamentais de fortalecimento e expansão de acordos comerciais com outros países e o fortalecimento da promoção das exportações brasileiras no estrangeiro.

Empresas e Emprego

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2010 Santa Catarina possuía um total de 198.129 empresas formalmente estabelecidas. Essas empresas, tomando como referência o mês de dezembro de 2010, foram responsáveis por 1.969.654 empregos com carteira assinada.

O porte das empresas foi definido utilizando-se como critério a classificação por número de funcionários, utilizada pelo Sistema SEBRAE. Segundo esse critério, as microempresas e pequenas empresas representam juntas 98,8% dos estabelecimentos do Estado. Essas mesmas empresas geraram 55,6% dos postos de trabalho.

A tabela 29 ainda demonstra a importância do comércio e dos serviços com o maior número de empresas, sobretudo, das micro e pequenas. As grandes empresas estão concentradas nas áreas dos serviços e na indústria de transformação (alimentos, têxteis e vestuário, principalmente).

Tabela 29: Santa Catarina. Número de estabelecimentos*, por atividade e tamanho, 2 010

Atividade	Micro	Peq.	Médio	Grande	Total
Agricultura, pecuária, serviços relacionados e produção florestal	7.800	290	37	5	8.132
Pesca e aquicultura	384	25	5	0	414
Indústrias extrativas	315	58	6	2	381
Indústria de transformação	25.868	3.901	756	138	30.663
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água ¹	678	141	37	3	859
Construção	9.294	994	91	4	10.383
Comércio	71.314	2.749	257	7	74.327
Serviços	63.422	3.641	717	190	67.970
Total	179.075	11.799	1.906	349	193.129

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS 2010 - CNAE 2.0

Micro: 0 a 19 empregados; Pequena: 20 a 99 empregados; Média: 100 a 499 empregados; Grande: 500 empregados ou mais

*Estabelecimentos que realizaram alguma movimentação de pessoal durante o ano (admitiram ou demitiram) = Rais Positiva

¹Inclui atividades de gestão de resíduos e descontaminação e esgoto

Empregos Formais por Setor de Atividade

O número de empregos formais no Estado alcançou 1.969.654 em dezembro de 2010, representando um crescimento de 7,1% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2009. Em valores absolutos, essa performance decorreu do acréscimo de 131.320 postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.

Os setores que apresentaram os melhores desempenhos no período, tanto em números absolutos como relativos, foram a Indústria de Transformação, com um saldo de 44,8 mil postos (+7,6%), seguido pelos Serviços 37,8 mil postos, Comércio, com mais 29,9 mil postos e Construção Civil, com mais 12,9 mil postos de trabalho.

Os únicos balanços negativos ocorreram no setor da Agropecuária, com perda de 1,2 mil postos de trabalho (2,6%) e serviços industriais de utilidade pública, com perda de 83 postos de trabalho.

Santa Catarina é destaque nacional no indicador de emprego com carteira assinada por habitante. Em 2010, apresentou 26% de sua população com carteira assinada, enquanto a média nacional foi de 16,6%. São Paulo é o estado que mais se aproxima, com 25,2% da população trabalhando com carteira assinada, enquanto no Paraná foi de 20% e no Rio Grande do Sul, 19,6%.

TABELA 30: Santa Catarina - Número de trabalhadores, por atividade e tamanho do estabelecimento, 2010

Atividade	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Total
Agricultura, pecuária, serviços relacionados e produção florestal	20.310	11.280	6.260	4.121	41.971
Pesca e aquicultura	1.709	981	541	0	3.231
Indústrias Extrativas	1.756	2.462	1.468	1.691	7.377
Indústria de Transformação	126.406	157.522	153.804	176.131	613.863
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água ¹	3.163	6.201	7.699	3.047	20.110
Construção	35.686	38.205	16.803	3.833	94.527
Comércio	240.092	98.572	48.999	4.367	392.030
Serviços	211.890	139.414	145.985	299.256	796.545
Total	641.012	454.637	381.559	492.446	1.969.654

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS 2010 - CNAE 2.0

Micro: 0 a 19 empregados; Pequena: 20 a 99 empregados; Média: 100 a 499 empregados; Grande: 500 empregados ou mais

¹ Inclui atividades de gestão de resíduos e descontaminação e esgoto

A tabela 30 apresenta o número de trabalhadores formais por atividade e tamanho do estabelecimento. Observa-se a predominância dos serviços da indústria de transformação e do comércio, respectivamente, na oferta de serviços formais. Entre as micro e pequenas empresas destaca-se o comércio, os serviços e a indústria de transformação como os maiores empregadores absolutos.

Renda dos Domicílios

A tabela 31 apresenta o número de domicílios particulares por valor do rendimento médio mensal, em Santa Catarina e no Brasil, entre 2001 e 2009. Observa-se que nos extratos inferiores, de rendimento de até 3 salários mínimos, Santa Catarina perde participação quando comparado com o país, já que o número de domicílios nesses extratos cresce menos. Já nos extratos médios de rendimento, de 3 a 10 SM, o Estado ganha participação na comparação com o país. Entre 10 e mais de 20 SM, observa-se que o Estado também ganha participação em relação ao Brasil, no entanto, o número absoluto de domicílios nessas faixas diminui, tanto no Estado como no país. Por outro lado, o número de domicílios sem rendimento cresce em Santa Catarina, enquanto no Brasil diminui.

Tabela 31 - Brasil e Santa Catarina. Domicílios particulares e valor do rendimento médio mensal domiciliar, por classes de rendimento mensal domiciliar, 2001-2009

Classes de Rendimento em Salários Mínimos (SM)	Ano	Domicílios (mil unidades)		Variação (%) 2009/2001	
		Brasil	SC	Brasil	SC
Total	2001	46.995	1.610		
	2009	58.646	1.971	24,79	22,42
Até 1 SM	2001	5.503	68		
	2009	7.451	82	35,4	20,59
Mais de 1 a 2 SM	2001	8.694	201		
	2009	12.946	271	48,91	34,83
Mais de 2 a 3 SM	2001	6.934	218		
	2009	10.015	286	44,43	31,19
Mais de 3 a 5 SM	2001	8.983	373		
	2009	11.846	518	31,87	38,87
Mais de 5 a 10 SM	2001	8.505	445		
	2009	8.879	502	4,4	12,81
Mais de 10 a 20 SM	2001	4.209	194		
	2009	3.527	192	-16,2	-1,03
Mais de 20 SM	2001	2.317	75		
	2009	1.404	57	-39,4	-24
Sem rendimento	2001	821	13		
	2009	766	16	-6,7	23,08
Sem declaração	2001	1.029	22		
	2009	1.812	46	76,09	109,09

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

1 - A categoria Sem rendimento inclui os domicílios cujos moradores receberam somente em benefícios

2 - Os dados desta tabela foram reponderados pelo peso definido pela Contagem da População de 2007

Para delimitar as condições de extrema pobreza, o governo utilizou dados preliminares do Censo Demográfico de 2010. A linha de pobreza foi estabelecida em R\$ 70 per capita, considerando o rendimento nominal mensal domiciliar.

Desse modo, qualquer pessoa residente em domicílios com rendimento menor ou igual a esse valor é considerada extremamente pobre. Há, no entanto, integrantes de uma família que, apesar de não terem qualquer rendimento, não se encaixam na linha de extrema pobreza.

Para calcular as pessoas sem rendimento que, de fato, se incluem na linha de miséria, o IBGE realizou um recorte que considerou os seguintes critérios: residência sem banheiro ou com uso exclusivo; sem ligação de rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica; em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; sem energia elétrica; com pelo menos 1 morador de 15 anos ou mais de idade e analfabeto; com pelo menos 3 moradores de até 14 anos de idade; com pelo menos 1 morador de 65 anos ou mais de idade.

Segundo esse levantamento, no Sul do país 2,6%, ou uma população de 715.961 habitantes foi classificada em situação de extrema pobreza, sendo que 61% viviam no meio urbano e 38,9 no meio rural. Ainda 51,3% eram mulheres; 62% brancos; 6,9% negros; 0,8% amarelos; 28% pardos e 2,6% indígenas.

Santa Catarina possuía 102.672 habitantes nessa condição, apesar de constituir uma das menores concentrações absolutas e relativas de pessoas em situação de miséria do país.

Os dados foram produzidos para subsidiar o programa “Brasil sem Miséria” do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Outro estudo do IBGE, publicado no estudo da FIESC “Santa Catarina em Dados 2010”, mostra que entre 1995 e 2008, Santa Catarina apresentou o menor índice de desigualdade de renda do país, passando de 0,54 em 1995 para 0,46 em 2008. Sobre o índice demonstrado, importante destacar que quanto mais perto de 1 maior é a desigualdade de renda.

Se analisarmos o estado do Paraná, observa-se que este passou de 0,58 em 1995 para 0,50 em 2008. Já o Rio Grande do Sul passou de 0,56 para 0,50, enquanto a média brasileira passou de 0,60 para 0,54. Neste item Santa Catarina só ficou atrás do Amapá, que conseguiu reduzir sua desigualdade de 0,53 para 0,45.

INFRAESTRUTURA

Nesta seção apresenta-se uma visão geral do Estado de Santa Catarina no que se refere a indicadores do bem-estar, como o abastecimento de água, saneamento básico, acesso à energia elétrica e às telecomunicações. Também traz informações sobre o sistema viário e suas principais características.

Social

Um levantamento sobre o Índice de Desenvolvimento Humano nas 33 Regiões Metropolitanas reconhecidas pelo IBGE, elaborado a partir de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro, de Minas Gerais, mostra que as 3 primeiras Regiões Metropolitanas colocadas no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) ficam em Santa Catarina. Na relação das 100 maiores cidades brasileiras com melhor IDH, 27 – mais de 1/4 do total – estão em Santa Catarina.

Além dos dados que compõem o IDH - PIB per capita, expectativa de vida e a educação dos catarinenses, já vistos anteriormente, outros dados do bem-estar social são fundamentais por impactarem nesses indicadores. A tabela 32, apresenta dados de saneamento básico, abastecimento da água e coleta de lixo. Além desses, traz outros indicadores de conforto e bem-estar, como o acesso à energia elétrica e às telecomunicações.

Tabela 32: Domicílios catarinenses segundo características de bem-estar, 2001 e 2009

	Número (mil unidades)		Variação (%)	Partic. % no total de domicílios em 2009
	2001	2009		
Domicílios particulares permanentes	1.609	1.968	22,30	100,0
Com canalização interna de água	1.585	1.950	23,00	99,1
Com rede geral	1.207	1.560	29,25	79,3
Com outra forma	378	390	3,17	19,8
Sem canalização interna de água	25	19	(24,00)	1,0
Sem canalização interna - com rede geral	4	5	25,00	0,3
Sem canalização interna - com outra forma	21	13	(38,10)	0,7
Com esgoto sanitário e rede coletora	188	488	159,60	24,8
Com coleta de lixo diretamente	1.254	1.730	38,00	87,9
Com coleta de lixo indiretamente	108	87	(19,40)	4,4
Outro destino	247	152	(38,50)	7,7
Com iluminação elétrica	1.595	1.967	23,30	99,9
Com telefone	1.070	1.785	66,80	90,7
Com microcomputador	338	933	176	47,4
Com acesso à internet	255	719	182	36,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria Econômica

Abastecimento de Água e Saneamento

Em Santa Catarina, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é a principal concessionária de água e esgoto do Estado. A CASAN atende 196 municípios catarinenses e 1 paranaense, Barracão, considerando a prestação de serviços em suas sedes municipais e mais 4 distritos, totalizando 201 municípios. Os demais

municípios possuem seus próprios sistemas municipais de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto e o recolhimento de resíduos sólidos.

Segundo dados do IBGE relativos a 2009, Santa Catarina possuía 1.560 mil domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, representando 79,3% do total de domicílios existentes no Estado. Outros 19,8% dos domicílios recebiam água através da canalização de poços e nascentes. Cerca de 19 mil domicílios ainda não tinham canalização interna de água.

Apesar dos investimentos em saneamento básico, a parcela de domicílios com acesso à rede coletora de saneamento é muito baixa, com apenas 25% dos domicílios atendidos por esse serviço.

A coleta de lixo apresentou melhorias na década passada e chegou a 88% dos domicílios em 2009. O acesso à energia elétrica está muito próxima da universalização, com apenas cerca de 2.000 unidades sem acesso ao serviço. O acesso às telecomunicações também é bastante difuso no Estado, principalmente ao telefone fixo. Em 2009, 47,4% dos domicílios tinham pelo menos 1 microcomputador, enquanto 36% tinham acesso à internet.

Energia Elétrica

A principal fonte energética de Santa Catarina é oriunda da energia elétrica, embora a energia termelétrica tenha uma participação importante. O Estado de Santa Catarina possui no total 92 empreendimentos em operação, gerando 5.452.990 kW de potência, divididos conforme apresentado na tabela 33.

Tabela 33: Santa Catarina. Empreendimentos em operação, 2011

Tipo	Quantidade	Potência (kW)	%
CGH - Central Geradora Hidrelétrica	37	20.085	0,37
EOL - Central Geradora Eólica	3	14.400	0,26
PCH - Pequena Central Hidrelétrica	23	81.897	1,50
UHE - Usina Hidrelétrica	7	4.329.352	79,39
UTE - Usina Termelétrica	22	1.007.256	18,47
Total	92	5.452.990	100,00

Fonte: ANEEL

Elaboração: FIESCnet

A capacidade instalada e a produção de energia elétrica das usinas integrantes da Tractebel Energia S.A. está apresentada na tabela 34 conforme a capacidade instalada e a geração bruta das usinas instaladas no Estado.

Tabela 34: Capacidade instalada e produção de energia elétrica das usinas integrantes da Tractebel – 2009-2010

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Geração Bruta (GWh)	
		2009	2010
Usina Hidrelétrica Itá – UHIT ⁽¹⁾	1.450 (5 x 290)	6.777	7.483
Usina Hidrelétrica Machadinho – UHMA ⁽²⁾	1.140 (3 x 380)	4.799	5.419
Usina Termelétrica Jorge Lacerda A – UTLA	232 (2 x 50 + 2 x 66)	574	812
Usina Termelétrica Jorge Lacerda B – UTLB	262 (2 x 131)	1.178	1.328
Usina Termelétrica Jorge Lacerda C – UTLC	363 (1 x 363)	2.166	1.861
Unidade de Cogeração Lages – UCLA	28 (1 x 28)	58	56

Fonte: Tractebel Energia S.A.

Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria Econômica

(1) Participação em Consórcio / Potência da Tractebel Energia S.A. = 1.090 MW.

(2) Participação em Consórcio / Potência da Tractebel Energia S.A. = 382 MW.

A Celesc Distribuição S.A. é uma das subsidiárias integrais das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, sociedade de economia mista, transformada em holding em outubro de 2006, da qual o Governo do Estado detém 50,18% das ações ordinárias, correspondendo a 20,20% do capital social total.

Nesse formato, a Celesc S.A. controla duas subsidiárias integrais, com 100% de participação do capital total, nas áreas de distribuição e de geração de energia elétrica: a Celesc Distribuição S.A. e Celesc Geração S.A.. Ainda possui 51% das ações da SC Gás, 30,88% do capital social da Empresa de Transmissão de Energia Elétrica – ECTE, 23,03% da Dona Francisca – DFESA, além de outras pequenas participações acionárias.

A Celesc Distribuição S.A. presta serviços de distribuição de energia elétrica, sob regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), conforme Contrato de Concessão nº 56/99, que fixa anualmente as tarifas praticadas bem como os recursos para aplicação em investimentos e despesas operacionais.

Sua área de concessão corresponde a 92% do território catarinense, isto é, está presente em 262 dos 293 municípios catarinenses, sendo que, em 241 desses, a concessão é exclusiva e, nos demais municípios, mantém parcerias com cooperativas de eletrificação rural e outras concessionárias, além do atendimento ao município de Rio Negro, no Paraná.

Com presença consolidada entre as melhores do setor elétrico do país, a Celesc Distribuição S.A. possui o mérito de ter a qualidade de seus serviços reconhecida em nível nacional e internacional. A Empresa é a terceiro maior arrecadadora de ICMS de Santa Catarina e a sexto maior empresa pública de distribuição de energia elétrica do país.

No final de 2010, atendia 2.345.162 milhões unidades consumidoras, com consumo médio geral de 686 kwh/mês. O consumo residencial médio chega a 197 kwh/mês; o maior índice da Região Sul e o 9º maior do país, de acordo com os dados da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica – ABRADEE (2009). Em Santa Catarina, o número de unidades consumidoras de energia elétrica apresentou um aumento de 13,1% no período de 2004 a 2008. A evolução do consumo de energia no mesmo período foi de 25,9%.

A Empresa distribui, ao ano, mais de 19 bilhões de kWh (1,6 bilhões/mês), correspondendo a 26,8% do consumo da Região Sul. Seu faturamento bruto médio está na casa dos R\$4,9 bilhões anuais.

Tabela 35: Santa Catarina. Consumo de energia elétrica por classe, 2009-2010 (MWh)

Classes	2009	2010	2010/2009 (%)
Residencial	4.155.252	4.292.753	3,3
Industrial	7.809.679	8.299.772	6,3
Comercial	2.686.353	2.832.186	5,4
Rural	1.263.265	1.185.231	-6,2
Poder público	316.022	357.263	13,1
Iluminação pública	447.173	468.955	4,9
Serviço público	255.227	262.809	3,0
Próprio	12.645	12.365	-2,2
Revenda	1.028.864	1.237.733	20,3
Total	17.974.481	18.949.068	5,4

Fonte: CELESC

Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria Econômica

O Estado possui 3 Parques de Geração Eólica, 1 em Bom Jardim da Serra com capacidade de 600 kW, e 2 em Água Doce, com capacidade de 4.800 kW e 9.000 kW, respectivamente.

A SC Gás (Companhia de Gás de Santa Catarina) é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Celesc, Gaspetro, Mitsui Gás e Infragás. A rede de distribuição da SC Gás possuía, em 2007, uma extensão de 685 Km, abrangendo 35 municípios. O número de clientes era de 283 (128 indústrias, 77 Postos GNV- Gás Natural Veicular, 76 segmentos comerciais e 2 segmentos residenciais). A rede atravessa o Estado no sentido norte/sul, mostrando-se com uma alternativa energética para a frota catarinense e à indústria, sobretudo, para os setores metalmeccânico e têxtil no norte e o cerâmico no sul.

A produção de carvão mineral bruto em Santa Catarina, em 2005, foi de 7,8 milhões de toneladas, representando 63% da produção nacional. A produção do carvão beneficiado, para o mesmo ano, foi na ordem de 2,7

milhões de toneladas, participando com 45,5% da produção nacional. A Usina Termelétrica Jorge Lacerda, localizada no município de Capivari de Baixo, utiliza o carvão mineral para gerar 857 MW.

O Estado conta com 2 Subestações Elétricas (SÉS) 500/230 kV, a SE Blumenau (3 x 672 MVA) suprida por 2 linhas de 500 kV, provenientes de Campos Novos e Curitiba, e a SE Campos Novos (672 + 336 MVA). Nesta subestação, que é ponto de confluência das usinas do Rio Uruguai estão conectadas 4 linhas em 500 kV, provenientes de Machadinho, Areia, Gravataí e Blumenau.

A potência instalada no período 2006-2015 apresenta um crescimento de cerca de 24%, com uma participação média de 64 % no montante total da região durante o período. Esse acréscimo de geração se dá em função de novas usinas como: UHE Baixo Iguaçu (340 MW) e UHE Mauá (382 MW).

A carga do Estado de Santa Catarina prevista para o período 2006-2015 apresenta um crescimento médio de 4% ao ano e representa, em média, 25% do total da Região Sul, naquele período.

A matriz energética catarinense é composta por 4 combustíveis principais: combustíveis fósseis e derivados de cana-de-açúcar; gás natural, carvão mineral e energia elétrica gerada por usinas hidrelétricas, termelétricas e 3 parques eólicos (2 no município de Água Doce e 1 em Bom Jardim da Serra).

O Estado possui 83 empreendimentos de geração de energia elétrica em operação e há outras 19 obras previstas no Plano Decenal do Ministério de Minas e Energia, das quais 9 já estão autorizadas ou licitadas. Essas obras assegurarão a autossuficiência da oferta em Santa Catarina, pelo menos até 2015.

Transportes

Rodovias

Por suas características geomorfológicas, de desenvolvimento econômico e peculiaridades de ocupação do território, o Estado de Santa Catarina tem suas atividades socioeconômicas fortemente dependentes da infraestrutura de transporte rodoviário.

Essas características levaram o Estado a investir não somente na implantação e pavimentação de novas rodovias, mas também, e de forma cada vez mais intensiva, na reabilitação de rodovias degradadas pelo uso contínuo, na sua operação e na melhoria das condições de segurança para seus usuários, além dos investimentos na conservação de rotina e cuidados ambientais cada vez mais exigentes.

A política de investimentos em infraestrutura, baseada no programa de descentralização das decisões e ações do Governo do Estado, é traduzida em números bastante significativos, implementados na ampliação e qualidade do sistema rodoviário estadual, no projeto de acesso pavimentado a todos os municípios, além de aeroportos, estradas, avenidas e ruas por toda Santa Catarina.

A infraestrutura de transporte rodoviário implantada e melhorada tem viabilizado não somente a realização das atividades econômicas de interesse regional e estadual, mas também, e principalmente, a efetiva integração territorial, social e econômica de Santa Catarina como um Estado socialmente e economicamente equilibrado.

A tabela 36 apresenta o sistema rodoviário estadual por tipo de rodovia e sua condição entre 2004 e 2008.

Tabela 36: Santa Catarina. Extensão, em quilômetros, das rodovias federais, estaduais transitórias (estaduais coincidentes), estaduais e municipais pavimentadas e não-pavimentadas, 2004-2008

Ano	Pavimentadas				Não-Pavimentadas			
	FED	ESTT	EST	MUN	FED	ESTT	EST	MUN
2004	2.121	716	3.279	915	112	278	2.412	52.977
2005	2.130	713,7	3.279	914,6	111,8	278,3	2.412	52.977
2006	2.130	714	3.279	915	112	278	2.412	52.977
2007	2.144	715	3.812	915	142	245,2	1.774	52.977
2008	2.248	718	3.921	915	39	245	1.553	52.977

Fonte: DNIT.

Nota: (*) A Resolução nº 08/2006, de 02 de maio de 2006, do Conselho de Administração do DNIT, extingue a denominação "Rodovias Estaduais Transitórias", passando a Rodovias Estaduais Existentes, coincidentes com Rodovias Federais Planejadas, a serem denominadas de "Rodovias Estaduais Coincidentes"

A tabela 37 apresenta a evolução da frota de veículos no Estado e no país, na última década, onde pode-se observar a forte expansão do número de veículos em Santa Catarina, inclusive acima do crescimento, em nível nacional. A frota de automóveis, que dobra no período, explica o crescimento da demanda por ampliação de rodovias e de soluções urbanas de infraestrutura viária. Também o forte crescimento da frota de motocicletas está associada ao próprio modelo de mobilidade urbana, baseado no transporte individual, como também no crescimento econômico, que tem demandado serviços supridos por esse tipo de transporte.

O crescimento elevado da frota de veículos tem impactado diretamente a mobilidade urbana, principalmente nas grandes cidades do Estado, haja vista que o Poder Público não consegue investir em obras e melhorias em ritmo compatível com este crescimento.

Tabela 37: Santa Catarina e Brasil. Frota de veículos, por tipo, 2000-2010

Tipo de Veículo	Ano	Brasil	Santa Catarina
Total	2.000	29.722.950	1.466.882
	2.010	64.817.974	3.414.195
	Var.(%)	118,1	132,8
Automóvel	2.000	19.972.690	966.016
	2.010	37.188.341	1.982.129
	Var.(%)	186,2	205,2
Caminhão	2.000	1.397.247	78311,0
	2.010	2.143.467	123.496
	Var.(%)	153,4	157,7
Motocicleta	2.000	3.550.177	204.888
	2.010	13.950.448	659.428
	Var.(%)	393,0	321,8
Ônibus	2.000	261.633	9.468
	2.010	451.989	15.271
	Var.(%)	172,8	161,3

Fonte: Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAN / DENATRAN
Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria Econômica

Ferrovias

O baixo custo e a alta funcionalidade no escoamento da produção interna é a grande vantagem do transporte ferroviário.

Santa Catarina possui 1365 Km de ferrovias, em bitola de 1 metro. A malha ferroviária catarinense está ligada com a malha principal brasileira (Portos de Paranaguá e Rio Grande); com as malhas Argentina e Uruguiaia, com o Porto de São Francisco do Sul e possui uma ligação da região carbonífera até o Porto de Imbituba.

Duas empresas possuem a concessão ferroviária no Estado; a Ferrovia Tereza Cristina e empresa América Latina Logística. A primeira tem sede no município de Tubarão, no Sul do Estado e interliga a região carbonífera de Santa Catarina ao Porto de Imbituba, com 164 km, passando pelo município de Capivari de Baixo, onde se situa

a usina termelétrica Jorge Lacerda, da Tractebel Energia S.A.. Os principais produtos transportados pela ferrovia são: carvão mineral (região carbonífera até termelétrica) e produtos cerâmicos (região até Porto de Imbituba, para exportação).

A América Latina Logística - ALL é concessionária da malha Sul da Rede Ferroviária Federal. Opera a malha nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Sul de São Paulo. Opera, também, malhas ferroviárias na Argentina. Atualmente é a maior operadora logística da América Latina. Atuando nas principais cidades do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, oferecendo uma gama completa de serviços logísticos, como movimentação nacional e internacional door-to-door, distribuição urbana, coletas milk run, gestão completa de armazéns, centros de distribuição e estoques. Os segmentos de atuação são commodities agrícolas e fertilizantes, combustíveis, construção, madeira, papel, celulose, siderúrgicos, higiene e limpeza, eletroeletrônicos, automotivos e autopeças, embalagens, químicos e petroquímicos, bebidas, entre outros. No Estado de Santa Catarina, encontra-se uma Unidade de Serviço, uma área para Distribuição Urbana e um Terminal Intermodal localizado no Porto de São Francisco do Sul. (FIESC). O serviço ferroviário em Santa Catarina é de 1201 km.

Com o objetivo de ampliar a malha ferroviária, a Secretaria de Estado da Infraestrutura desenvolveu em 2003 o 'Estudo de Viabilidade do Sistema Ferroviário no Estado de Santa Catarina', o qual propõe 2 novas ferrovias: a Ferrovia Litorânea, com 236 km e a Ferrovia Leste-Oeste - 616 km.

O estudo da Ferrovia Litorânea indica um caminho que ligaria Imbituba a Araquari e conectaria as ferrovias ALL e FTC, além dos 4 portos catarinenses. Por sua vez, a Ferrovia Leste-Oeste prevê a ligação entre as cidades de Itajaí e Chapecó, conectando à ALL em Ponte Alta, no Planalto Serrano e em Herval d'Oeste, no Vale do Rio do Peixe.

A Secretaria de Estado da Infraestrutura, em convênio com o Ministério dos Transportes pretende realizar os projetos básicos das ferrovias planejadas.

Portos

O Estado possui uma forte estrutura portuária, por onde escoar grande parte da produção: portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Navegantes. O Porto de Laguna atua voltado à pesca. Além desses, está entrando em operação o Porto de Itapoá, agregando maior infraestrutura no Estado.

O Porto de Itajaí está localizado no município de Itajaí, distante em 87,8 Km de Florianópolis e 84,1 Km de Joinville. As principais mercadorias movimentadas são: madeira e derivados, frangos congelados, cerâmicas, papel Kraft, máquinas e acessórios, tabacos, veículos, têxteis, açúcar e motores diversos. Possui uma Estação Aduaneira de Interior (porto seco), totalmente alfandegada e sincronizada com o Porto, com 31.500 m² para armazenagem coberta e pátios de armazenagem de contêineres com mais de 120.000 m² de área. O Porto está certificado pela norma ISO 9001 – 2000. Disponibiliza o Terminal de Contêineres do Vale do Itajaí - TECONVI, que possui 2 guindastes com capacidade de 25 contêineres/hora e pátios para acomodação dos mesmos com 37.000 m² de área. Possui 1 cais de 740 metros com 4 berços e 1 calado de 9,90m (navios de até 230m).

O Porto de Imbituba localiza-se no litoral sul do Estado de Santa Catarina, na cidade de Imbituba, numa enseada aberta. Está distante em 90 Km de Florianópolis e 258 Km de Joinville. O Porto não possui barra de entrada nem canal de acesso, a tranquilidade das águas é obtida por um molhe de abrigo com 845 m de comprimento, sendo a profundidade mínima na área de 10,5 m. Os principais produtos movimentados são granel sólido, granel líquido, fertilizantes, açúcar, congelados, carvão, cerâmicos e carga geral em contêineres. Possui 1 cais de 577 metros com 4 berços e 1 calado de 9,50m (navios de até 230m).

O Porto de São Francisco do Sul localiza-se na baía da Babitonga, litoral norte do Estado de Santa Catarina, na Ilha de São Francisco do Sul. Está distante em 215 Km de Florianópolis e em 40 Km de Joinville. Composto por uma barra natural de proteção, possui um canal de acesso com 9,30 Km de extensão e 150 m de largura, com 11 m de calado. Possui um cais de 675 metros com 5 berços e com calado de 9,50 m. Sua bacia de

evolução tem aproximadamente 2 Km de largura, com profundidade média de 16 m. Os principais produtos movimentados são granel sólido: farelo de soja, fertilizantes, milho e outros; granel líquido: óleo de soja, petróleo e outros; carga geral: blocos de motor, compressores, eletroeletrônicos, carne congelada, artigos têxtil, cerâmica, ferro fundido, madeira bruta e manufaturada, papel Kraft e contêineres.

Tabela 38: Santa Catarina. Evolução da movimentação total de cargas nos portos organizados e terminais de uso privativo, 2005-2009.

Porto	2005			2009		
	Toneladas	%/Brasil	Posição	Toneladas	%	Posição
São Francisco do Sul	7.968.330	2,3	11	6.848.759	1,8	10
Imbituba	1.471.551	0,4	26	1.871.777	0,5	25
Itajaí	6.135.558	1,8	14	1.727.997	0,4	27
Total/BRASIL	340.320.564	100,0	...	391.159.000	100,0	...

Fonte: Anuário Estatístico Portuário - 2009 – ANTAQ

Aeroportos

O sistema aeroviário de Santa Catarina conta com uma rede de 18 aeroportos públicos distribuídos por todas as regiões do Estado. Quatro são de responsabilidade da Infraero e os demais são administrados pelos municípios por meio de convênio com o Governo do Estado.

Estão em construção dois grandes aeroportos, o Regional Sul, no município de Jaguaruna e o Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto. Eles irão proporcionar um considerável acréscimo de qualidade na infraestrutura aeroportuária do Estado.

Estão projetados ainda mais 2 aeroportos: um no município de São Joaquim e outro na região do Contestado, entre Joaçaba e Catanduvas.

O principal aeroporto de administração municipal em Santa Catarina é o de Chapecó, com uma pista de 2060 metros de comprimento e que **hoje** opera com voo regular de duas empresas: a Gol (Boeing 737) e a Ocean Air (Focker 100). As duas fazem a linha Chapecó – São Paulo – Chapecó, com escala em Florianópolis.

Tabela 39: Santa Catarina. Movimento operacional da Rede Infraero, 2010

Dependência	Destino	Aeroporto Internacional de Florianópolis	Aeroporto Internacional de Navegantes	Aeroporto de Joinville	Aeroporto de Criciúma /Forquilha
Aeronaves	Doméstico	39.796	15.952	8.285	3.645
	Internacional	3.603	142	30	4
	Total	43.399	16.094	8.315	3.649
Passageiros	Doméstico	2.478.905	852.311	289.129	23.203
	Internacional	193.345	176	32	10
	Total	2.672.250	852.487	289.161	23.213
Cargas (kg)	Doméstico	3.367.627	1.353.220	1.101.241	0
	Internacional	22.160	691	0	0
	Total	3.389.787	1.353.911	1.101.241	0
Mala Postal (kg)	Doméstico	4.253.641	154	0	0
	Internacional	0	0	0	0
	Total	4.253.641	154	0	0

Fonte: INFRAERO

Elaboração: SEF/DIAT/Assessoria

O principal aeroporto do Estado, o Hercílio Luz, localizado na Capital, está com sua capacidade esgotada. Um novo aeroporto com capacidade ampliada está planejado e deverá ficar pronto em 2013.

CAPÍTULO II – AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

A Estratégia de desenvolvimento é um instrumento com a finalidade de informar à sociedade catarinense os programas, as ações, os objetivos e as metas do Governo do Estado para o período de vigência do Plano Plurianual – PPA 2012-2015.

Neste capítulo, mediante a utilização de ferramenta apropriada de planejamento, foram definidas a Missão¹, a Visão de Futuro², Valores³, os Eixos de Desenvolvimento e as Diretrizes e Áreas de Resultado.



¹ Missão: corresponde à finalidade da organização (Governo do Estado), em face das suas atribuições legais e dos seus compromissos políticos. Deve refletir a função básica do Governo e o modo como será exercido, compatível com a linha política legitimada no processo eleitoral.

² Visão de Futuro: representa uma visão de longo prazo do processo de desenvolvimento de Santa Catarina, definindo a situação desejada para o horizonte de 10 a 20 anos. A visão de futuro será o ponto de partida para a formulação dos Objetivos Estratégicos de Governo.

³ Valores: são os princípios, normas tácitas ou padrões que norteiam a ação governamental.

EIXOS DE DESENVOLVIMENTO E DIRETRIZES

A estrutura analítica para o Plano Plurianual 2012-2015 deu origem a 6 Eixos de Desenvolvimento que se desdobram em 27 áreas de resultados. Fundamenta-se na ideia de que a Melhoria da Qualidade de Vida das Pessoas deve levar em consideração as questões sociais, o empreendedorismo, a infraestrutura, a tecnologia e inovação, a sustentabilidade ambiental e a qualidade e o desenvolvimento institucional.



Eixo 1 – Social

Diretriz

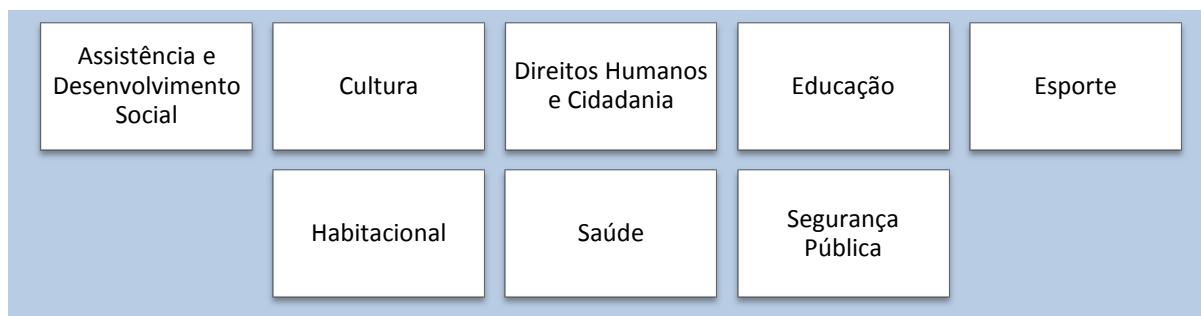
Assegurar a oferta dos serviços públicos de qualidade para todas as pessoas

A qualidade das políticas sociais e a garantia de acesso é condição necessária para o desenvolvimento de um Estado e sua importância o coloca no eixo prioritário do Plano Plurianual 2012-2015.

Santa Catarina é um Estado que valoriza as pessoas, a coesão social, a criatividade e a tolerância, para promover um ambiente atrativo e contemporâneo ao mesmo tempo cosmopolita e multicultural.

O desenvolvimento não pode ser compreendido apenas como o crescimento da produção de riquezas de um país ou região. Para ser sustentável deve promover uma distribuição mais equitativa das riquezas produzidas e favorecer a inclusão social de todos. Saúde, educação, cultura, segurança e assistência social, são áreas em que a forte atuação do Estado garante a valorização humana, o fortalecimento da cidadania e a garantia dos direitos fundamentais do ser humano.

Áreas de Resultado



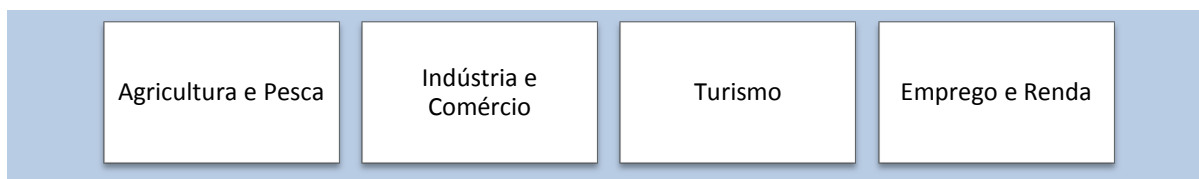
Eixo 2 – Empreendedorismo

Diretriz

Criar as condições para a formação, atração e consolidação das empresas no território catarinense

Pretende-se consolidar Santa Catarina como um Estado acolhedor das empresas e das organizações, promovendo o empreendedorismo e a incubação de empresas. As áreas de resultados visam a criação de riqueza em setores tradicionais da economia estadual (agricultura, agroindústria, têxtil, moveleiro, etc.), bem como em setores avançados, baseados na economia e no conhecimento ou nos setores emergentes, como o comércio e o turismo.

Áreas de Resultado



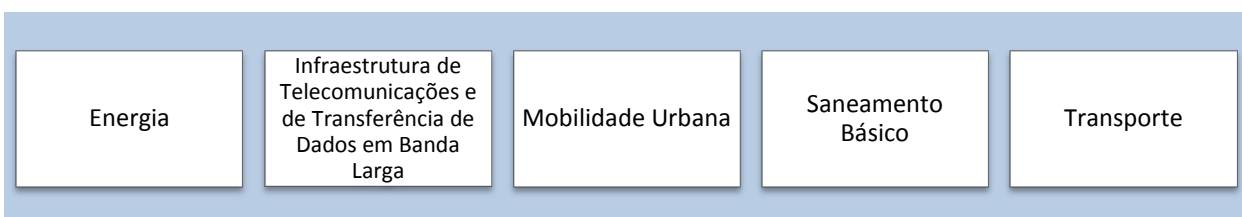
Eixo 3 - Infraestrutura

Diretriz

Assegurar uma infraestrutura suficiente, de qualidade e adequada às necessidades do Estado

Através deste eixo de desenvolvimento se propiciará as condições necessárias em direção a um Estado moderno e eficiente, por meio de investimentos na modernização da infraestrutura de mobilidade, de transportes e apoio logístico, da infraestrutura de telecomunicações e de transferência de dados em banda larga, das redes de infraestruturas básicas de abastecimento (energia elétrica, gás) e da infraestrutura de saneamento básico.

Áreas de Resultado



Eixo 4 - Conhecimento, Inovação e Tecnologia

Diretriz

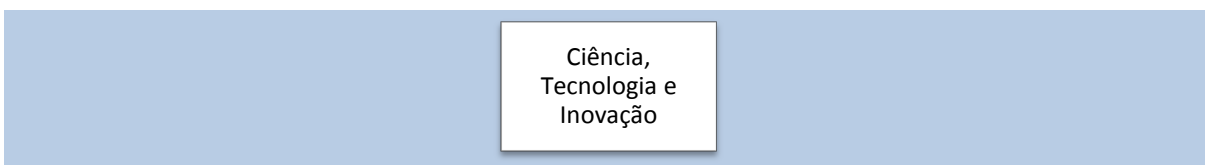
Responder a desafios estaduais com Ciência, Tecnologia e Inovação

É cada vez mais importante o papel do conhecimento na construção de uma sociedade. Em um mundo globalizado o domínio científico e tecnológico são fundamentais para garantir a inovação, a geração de empregos, o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida.

Este eixo é transversal a todos os outros e tem como fundamento a necessidade de modernizar Santa Catarina e introduzir a inovação na saúde, na educação, na agricultura, na indústria, no comércio e na gestão pública.

A ação do Estado é fundamental para estimular a concorrência ou promover o progresso técnico, quer na promoção de mudanças estruturais dos setores produtivos, na inserção em mercados internacionais e também na transformação das instituições. Os pilares das políticas de desenvolvimento de Santa Catarina são a integração entre políticas públicas setoriais, de inovação e comércio exterior, com o objetivo de gerar competitividade.

Áreas de Resultado



Eixo 5 – Sustentabilidade Ambiental

Diretriz

Promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais

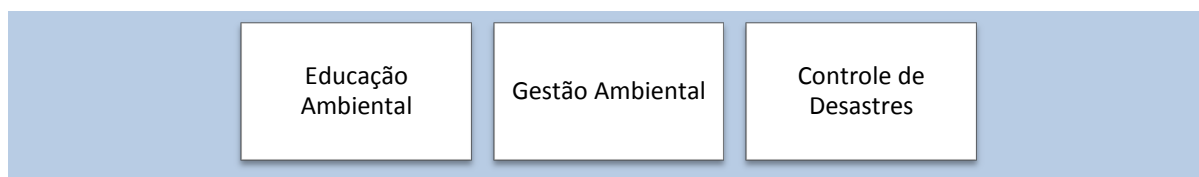
Elemento transversal em todas as políticas de governo, a dimensão ambiental orienta as escolhas para que o desenvolvimento se dê com justiça social, integrando as ações de forma a superar as situações de ameaça aos ecossistemas e reafirma o objetivo do Governo Estadual de promover o desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente.

A questão ambiental se impõe como um fator determinante na construção de novos padrões de desenvolvimento. Encontrar o equilíbrio entre as aspirações socioeconômicas da sociedade e a proteção do meio ambiente é algo que tende a crescer na preocupação e nas ações de todos.

Pelo alto nível de conscientização de sua população e por ainda possuir um território natural rico e diverso com importantes áreas preservadas, Santa Catarina pode se constituir num modelo de desenvolvimento econômico compatível com a preservação ambiental. Para isso, os mecanismos de planejamento serão instrumentos fundamentais para uma gestão ambiental eficiente.

A ação do governo do Estado na área de preservação ambiental objetiva reduzir o desperdício no consumo de recursos naturais (notadamente água e energia) e a geração de resíduos (de lixo e gases de efeito estufa), bem como no estímulo a boas práticas ambientais através da gestão do governo e na implementação das políticas públicas. Essas ações vão contribuir para a melhoria da competitividade do setor produtivo e desonerar o Estado, especialmente o sistema de saúde. Nesse sentido, a agenda para os próximos 4 anos concilia métodos de proteção ambiental, justiça social, eficiência econômica e geração de emprego e renda.

Área de Resultado



Eixo 6 - Gestão Pública

Diretriz

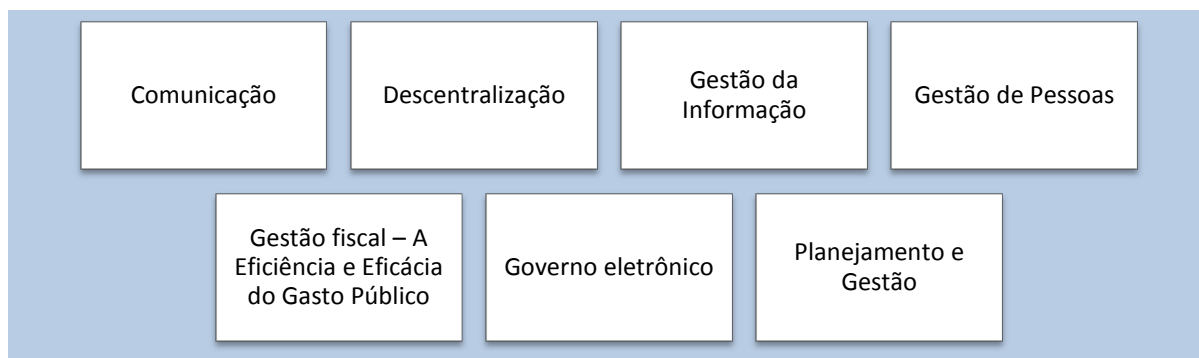
Consolidar a gestão pública ética baseada em resultados e comprometida com a qualidade dos serviços e com o bem público

Este eixo preconiza a modernização administrativa e gerencial dos serviços do Estado, tornando a administração pública mais transparente, moderna e descentralizada, ajustando-se às necessidades da população catarinense.

A eficiência na gestão pública e a qualidade do gasto público não representam objetivos em si, mas premissas para uma gestão moderna e responsável. Mediante o aperfeiçoamento da gestão e melhor eficiência no gasto, o governo estadual poderá alocar mais recursos para os investimentos sociais e para a infraestrutura, o que permitirá melhorar a qualidade de vida das pessoas e a competitividade da economia catarinense. A diretriz básica nessa área consistirá em consolidar uma mudança cultural na gestão do estado catarinense, deslocando o foco dos meios para os resultados.

O PPA se constituirá num instrumento de controle e informação do cidadão sobre as decisões do Governo, de promoção e de transparência nas ações e de acompanhamento do atendimento às prioridades e demandas dos diferentes segmentos da sociedade, nas diferentes regiões do Estado. A redução de custos da máquina governamental e o monitoramento e controle de indicadores de eficiência, de eficácia e de efetividade serão fundamentais para avaliar e aperfeiçoar o desempenho do setor público.

Áreas de Resultados



CAPÍTULO III – AS ÁREAS DE RESULTADO

As Áreas de Resultado explicitam os desafios a serem superados nos vários campos de atuação do Estado e detalham as diretrizes setoriais, as ações e os resultados finalísticos propostos pelo Poder Executivo.

A função das Áreas de Resultado é organizar a atuação do Estado e as transformações desejadas, de forma qualitativa e quantitativa, em relação aos principais indicadores de resultados e a estratégia de desenvolvimento proposta.

PROGRAMAS

O programa é o instrumento de organização da ação governamental com vistas ao enfrentamento de um problema. Articula um conjunto coerente de subações, necessárias e suficientes para enfrentar o problema, de modo a superar ou evitar as causas identificadas.

Um programa é implementado por meio da execução das subações que o compõem (projetos, atividades e operações especiais), que devem ocorrer e ser suficientes para a consecução do objetivo do programa, viabilizando a realização adequada das atribuições do órgão.

O resultado de um programa é medido por indicadores que dimensionam o alcance do objetivo proposto, por isso, a descrição do problema a ser resolvido ou da oportunidade identificada e o público-alvo do programa devem estar explicitados com a maior precisão possível.

O programa é o módulo comum integrador entre o PPA, LDO e a LOA. Em termos de estruturação programática, o plano termina no programa e o orçamento começa no programa, o que confere a esse instrumento uma integração com os orçamentos, desde a origem. O programa, como módulo integrador, e as subações, como instrumentos de realização dos programas.

A organização das ações do Governo sob a forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos, respeitando assim, o conceito de accountability.

Tipos de Programa

Os órgãos da administração pública realizam 2 (dois) tipos de trabalho essenciais: a sua própria gestão interna, para permitir seu adequado funcionamento, e a produção de bens e serviços para a qual o órgão foi criado, ou seja, as atividades fins ou finalísticas.

Tendo em vista esse conjunto de ações, o PPA 2012-2015 estrutura a programação setorial em 2 (dois) tipos de programas.

Programas Temáticos

Proporcionam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade, cujos resultados sejam passíveis de mensuração. Neste sentido, os Programas Temáticos retratam no Plano Plurianual a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade. Para isso, o Programa Temático se desdobra em ações e subações.

Para a construção de um Programa Temático, faz-se necessária a compreensão da lógica de organização estabelecida para a atuação do Governo do Estado, a qual se dá por eixos e áreas de resultado.

O Programa Temático articula um conjunto de objetivos e permite uma agregação de iniciativas governamentais mais aderentes à gestão pública e, desse modo, aprimora a coordenação das ações de governo. Além disso, incorpora os desafios governamentais e justifica a ação do governo por meio de ações consideradas determinantes para o desenvolvimento do Estado. Portanto, deve ser analisado em sua integralidade e complexidade, bem como nas interfaces com outros Programas.

Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

São aqueles voltados aos serviços característicos do Estado, ao planejamento, à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação ou à gestão dos programas temáticos, resultando em bens ou serviços ofertados ao próprio Estado, podendo ser composto, inclusive, por despesas de natureza tipicamente administrativas.

Os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado serão padronizados, compostos de ações referentes ao custeio da máquina estatal e às despesas com pessoal, sendo específicas para estes fins.

Estes programas terão também a padronização das subações, identificando quando uma mesma ação é realizada pelos diversos órgãos e unidades orçamentárias da administração pública estadual. Exemplo: Pagamento de Pessoal e Encargos Sociais - SEF.

ÁREAS DE RESULTADO DO EIXO 1 – SOCIAL

Assistência e Desenvolvimento Social

Diretriz Setorial

A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas públicas de cunho social, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia de condições mínimas para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

A implementação da política de assistência social articula os serviços públicos segundo dois tipos diferenciados de proteção social:

Serviços de Proteção Social Básica

Tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Serviços de Proteção Social Especial

É a modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de

substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. Essa modalidade de proteção subdivide-se em média e alta complexidade.

A proteção social de média complexidade compreende os serviços de atendimento a indivíduos e famílias com direitos violados, ou seja, casos em que os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, mas que necessitam de acompanhamento sistemático e monitorado.

A proteção social de alta complexidade refere-se ao atendimento de indivíduos e famílias que já se encontram em situação de ameaça, necessitando ser retirados do núcleo familiar e/ou comunitário.

O principal objetivo do governo do Estado nessa área é o de garantir direitos e acesso a bens e serviços aos cidadãos de grupos em situação de vulnerabilidade social e pessoal, em Santa Catarina.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Inclusão Social

Permitir acessibilidade às políticas setoriais na construção da cidadania, removendo obstáculos que impeçam grupos excluídos de se beneficiarem dos bens e serviços sociais já oferecidos a outras parcelas da população, de modo a reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população.

Fortalecer a capacidade de inserção econômica dos indivíduos e das famílias através de políticas voltadas à expansão do nível de ocupação, elevação da renda e melhoria das condições de trabalho.

b) Regionalização

As ações sociais direcionadas ao bem-estar dos indivíduos devem partir dos municípios, mobilizando recursos disponíveis no próprio local, por meio de parcerias entre município, governos estadual e federal e sociedade civil.

c) Ação Integrada com Diferentes Esferas de Governo

A política de assistência social será mais efetiva se a estratégia de inclusão social for integrada, coesa e complementar com os programas e ações desencadeadas por meio da rede de proteção social. A definição da base territorial de inserção – o município – constitui já uma decisão estratégica para o tratamento integrado das ações e programas, esforço que deve estender-se a todos os níveis de atuação do Estado e a todos os órgãos públicos.

d) Atuação por Meio de Parcerias

Fomentar a participação e a cooperação de parceiros, como empresas e organizações da sociedade civil, capazes de compartilhar a responsabilidade por ações sociais adequadas às necessidades específicas de cada grupo em situação de risco social. Só a parceria entre os setores público e privado é capaz de aumentar a eficiência das iniciativas que, ao atender aos mais vulneráveis, contribua para o desenvolvimento social.

e) Gestão da Assistência Social

A implantação definitiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS é medida fundamental para viabilizar a Diretriz de Desenvolvimento e Inclusão Social.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
510 - Proteção Social Básica e Especial	Conceder apoio técnico e financeiro a municípios, entidades e organizações de assistência social para a execução de ações de proteção social básica e especial aos segmentos da população em situação de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, garantindo-lhes condições mínimas de acesso a bens e serviços indispensáveis à sobrevivência.	65.410	196.143	261.553
550 - Erradicação da Fome em Santa Catarina	Reduzir e prevenir situações de insegurança alimentar dos indivíduos e/ou coletividades de Santa Catarina, principalmente os mais vulneráveis biológica, social e economicamente.	22.632	9.168	11.800

Cultura***Diretriz Setorial*****Fortalecer as identidades culturais locais valorizando as diversidades e assegurando o acesso à produção e ao consumo de bens culturais**

O fortalecimento das identidades culturais tem como pressuposto a promoção da diversidade cultural. Uma sociedade culturalmente diversa como a catarinense tem as condições para conviver melhor com as diferenças e de encontrar soluções criativas e inovadoras para superar os desafios.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Gestão da Política Cultural

Qualificar a gestão na área cultural.

b) Apoio à Proteção do Patrimônio Cultural

Atuar efetivamente na proteção de bens de valor histórico, artístico, paisagístico, cultural e científico, assegurando e resguardando a memória de nosso patrimônio cultural.

c) Preservação do Patrimônio Cultural

Incentivar a recuperação e a preservação do patrimônio cultural existente (museus, teatros, igrejas e outros monumentos), o fortalecimento de bibliotecas e arquivos, estimulando a visitação e o acesso público.

d) Difusão Cultural

Assegurar a transparência, o controle e a democratização quanto ao acesso à cultura e aos seus recursos. Ampliar os incentivos voltados para projetos de cultura popular, promoção de eventos, shows, peças de teatro, grupos folclóricos, e outras atividades culturais em espaços públicos, mapeando e difundindo a produção cultural do Estado.

e) Valorização das Criações Artísticas e dos Bens Culturais

Valorizar o produto cultural de Santa Catarina, expresso nas manifestações populares, que devem promover a empregabilidade e ocupação da população.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
660 - Pró-Cultura	Promover o desenvolvimento das atividades de interesse cultural em todas as regiões do Estado, incentivando projetos que visem à valorização da cultura catarinense, a promoção de eventos e a ampliação ou melhoria da infraestrutura do setor.	48.245	201.635	249.880

Direitos Humanos e Cidadania

Diretriz Setorial

Promover e articular políticas de igualdade e de direitos humanos

Estabelecer um processo continuado de promoção dos direitos humanos e da cidadania, em que Estado e a sociedade civil possam interagir de forma eficaz, rumo à construção de uma sociedade justa e solidária.

a) Assistência Jurídica às Pessoas

A Constituição Catarinense, ao regular como se faria a assistência jurídica ao cidadão, determinou que tal atividade fosse atribuída à “defensoria dativa e assistência judiciária”, não prevendo a criação de um órgão estatal encarregado desta tarefa.

Do modelo catarinense extraem-se as seguintes características:

Ampla Gratuidade

Não há cobrança de honorários advocatícios, taxas, custas ou emolumentos, quando a atuação for com base nesta lei.

Acesso Universal

Em qualquer uma das 113 comarcas do Estado e, em praticamente todos os seus 293 municípios, qualquer cidadão que demande serviços de assistência jurídica, encontra advogados inscritos em todas as áreas de especialidades.

Distribuição Equitativa de Processos

Através de moderno sistema de gestão informatizada, as solicitações são distribuídas a advogados inscritos para atuar neste serviço, mediante rigoroso rodízio, de molde que uma vez recebendo um caso para atender, o nome daquele advogado é deslocado imediatamente para o fim da lista de inscritos.

Rapidez

A indicação de advogado para atender ao usuário dos serviços não demanda mais do que alguns minutos, necessários ao preenchimento de um questionário socioeconômico. Não há notícias de filas ou sacrifícios de cidadãos que necessitem de indicação de um assistente técnico.

Transparência

Todos os dados relativos ao funcionamento deste serviço estão visíveis aos agentes, como advogados inscritos, OAB e Poder Judiciário.

Especialização

Em cada Comarca, os advogados se inscrevem apenas na(s) lista(s) de especialidade(s) que amehalharam na vida acadêmica ou experiência profissional, o que confere maior qualidade ao serviço.

Eficiência

Não há reclamações significativas protocoladas contra os Profissionais do Direito que atuam no serviço de Assistência Judiciária / Defensoria Dativa.

Tecnologia Avançada

Toda a gestão do serviço, desde o cadastramento dos advogados até a transmissão dos dados gerados pelo sistema é feita com a utilização das mais avançadas ferramentas da tecnologia da informação.

Economicidade

Os custos de funcionamento do modelo catarinense de acesso à justiça são absolutamente inferiores ao do serviço estatizado. Além disso, o Estado fica desobrigado de custos indiretos, como manutenção de estruturas administrativas auxiliares, aposentadorias e outras obrigações permanentes que incidem no modelo público.

b) Apoio aos Conselhos de Direitos

Propor, acompanhar e controlar políticas públicas integradas, garantidoras dos direitos humanos e sociais de populações vulneráveis, com articulação de ações no nível estadual e deste com o municipal e nacional.

c) Atendimento e Orientação aos Consumidores

Assegurar a prestação de serviços públicos pelos permissionários ou concessionários adequados, observando a qualidade, regularidade, continuidade, generalidade, segurança, eficiência e a aplicação de tarifas justas dos serviços prestados.

d) Gestão e Modernização do Sistema Penitenciário

Reduzir o deficit de vagas no sistema prisional, através da melhoria da gestão das unidades prisionais e das condições de segurança e ressocialização de detentos.

e) Ressocialização e Reintegração dos Apenados

Aperfeiçoar a gestão das unidades prisionais, com vistas à reintegração dos detentos à sociedade.

Relação de Programas		(Em mil R\$)		
Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
745 - Cidadania e Direitos Humanos	Estabelecer um processo continuado de promoção dos direitos humanos e da cidadania, em que Estado e sociedade civil interajam de forma eficaz, rumo à construção de uma sociedade justa e solidária.	28.600	85.800	114.400
950 – Defesa dos Interesses Sociais	Assegurar a prestação de serviços públicos pelos permissionários ou concessionários adequados, observando a qualidade, regularidade, continuidade, generalidade, segurança, eficiência e a aplicação de tarifas dos serviços prestados.	1.103	3.898	5.001
740 - Gestão do Sistema Prisional e Socioeducativo	Promover o desenvolvimento da gestão prisional e socioeducativa, assegurando condições dignas aos internos do sistema prisional e socioeducativo, com segurança à comunidade.	27.420	113.460	140.880
750 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional e Socioeducativo	Prover as unidades prisionais e socioeducativas de condições físicas e estruturais adequadas ao seu funcionamento.	172.000	548.200	720.200
760 - Ressocialização dos Apenados e dos Adolescentes Infratores	Desenvolver ações de educação, profissionalização, trabalho, saúde e assistência social que possibilitem a reintegração das pessoas privadas de liberdade.	9.450	35.250	44.700

Educação

Diretriz Setorial

Garantir o acesso à educação de qualidade e a permanência na escola

A grande prioridade estratégica de Santa Catarina na área social é a promoção da educação universal e de qualidade. Pretende-se, por meio de políticas públicas, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação, assegurar a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, favorecendo o desenvolvimento e a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e culturais. Através desta diretriz o governo desenvolverá ações voltadas também à expansão do ensino superior.

São prioridades, a elevação do desempenho escolar, a redução do atraso escolar, da evasão e da repetência; a redução do analfabetismo de jovens e adultos; a expansão do ensino médio com ênfase no ensino profissionalizante e da educação infantil, através do apoio aos municípios, por meio de articulações com o Governo Federal.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Gestão da Educação

Qualificar a gestão educacional através do uso eficiente de ferramentas e instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.

b) Formação e Valorização dos Profissionais de Educação

Promover a formação e a valorização dos professores e demais profissionais da educação. O processo de formação deverá garantir aos docentes o pleno domínio dos conteúdos que serão trabalhados e dos processos pedagógicos, assim como das condições adequadas para o exercício da profissão.

c) Instalações Adequadas

Implementar programa de obras de infraestrutura física das escolas, visando a garantir acessibilidade para alunos com deficiência; reforma e melhorias em prédios escolares; melhorias nos espaços para o desenvolvimento dos esportes; instalação de equipamentos para melhorar a segurança nas escolas de Santa Catarina; implantar ou atualizar os laboratórios de informática e de ciência; atualizar e informatizar o acervo de todas as bibliotecas.

d) Municipalização do Ensino Fundamental

Ampliar o regime de colaboração com os municípios, visando a universalização do acesso e permanência dos alunos em todos os níveis da Educação Básica.

e) Desempenho do Aluno

Melhorar o desempenho dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

f) Alimentação de Qualidade

Expandir e aperfeiçoar o programa de alimentação escolar através da descentralização e/ou municipalização.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
250 – Inclusão Digital	Promover o acesso dos alunos e da população em geral a computadores e sistemas de informação, propiciando a inclusão digital e o acesso à comunicação as comunidades rurais e de pescadores.	27.539	82.090	109.629
610 - Educação Básica	Ampliar as oportunidades de aprendizagem na educação básica e promover a melhoria da qualidade da educação básica nas diversas regiões do Estado. Fomentar Educação de Jovens e Adultos que estejam com defasagem em idade-série e ao Ensino Técnico Profissional.	1.561.943	4.685.829	6.247.772
615 - Gestão do Ensino Profissional	Os objetivos principais deste Programa estão na coordenação, organização e fundamentação de políticas para a gestão das ações junto aos órgãos Federais e Estaduais, aprofundando e orientando as Gerências Regionais de Educação, assim como, as escolas, no que se refere à legislação que está instituída para a modalidade de Educação Profissional.	131.139	393.417	524.556
616 - Valorização do Ensino	Estimular a carreira do magistério e melhorar a qualidade dos atuais professores, certificando os profissionais em postos gerenciais. Desenvolver um sistema estadual de avaliação do desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental com base no currículo estabelecido pelo governo estadual. O sistema servirá de balizamento para outorga de incentivos e prêmios.	70.000	210.000	280.000
618 - Ensino Médio Pedagógico	Desenvolver e implementar novo currículo e novas estratégias no curso médio pedagógico, com oferta em tempo integral, visando a preparação adequada de profissionais para lidar com crianças de zero a 6 anos, com ênfase nos anos iniciais.	15.000	45.000	60.000
622 - Municipalização do Ensino Fundamental	Promover assistência aos municípios para viabilizar a implementação do programa de municipalização do ensino fundamental, visando assegurar a melhoria permanente da qualidade.	70.250	210.750	281.000
630 - Gestão do Ensino Superior	Possibilitar a gestão e o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa, Extensão, Ciência e Tecnologia e Administração do Ensino Superior no Estado de Santa Catarina.	255.730	782.153	1.037.883
520 - Cidadania e Diversidade - Educação Especial	Ampliar e humanizar o atendimento aos portadores de necessidades especiais, buscando a sua inclusão na sociedade catarinense, bem como executar ações voltadas à cidadania.	39.157	125.398	164.555

Esporte

Diretriz Setorial

Ampliar as oportunidades de acesso ao esporte, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida das pessoas

A atuação do Governo do Estado nessa área inclui desde a promoção da iniciação esportiva até o apoio de atividades de alto rendimento nas mais diversas modalidades esportivas, destinadas à população em geral, bem como ações voltadas à população idosa e portadora de necessidades especiais.

As dimensões esportivas: esporte de rendimento, de participação e esporte educacional, todos eles envolvidos pela proposta do esporte social, que se baseia no princípio do acesso como direito constitucional.

a) Esporte de Rendimento

Aquele que tem por objetivo primordial a busca do desempenho, visando resultados. É uma prática esportiva que exige treinamento sistemático, orientado por conhecimentos técnicos e científicos que contribuam para o desempenho do atleta. Ele é regido por normas das instituições esportivas nacionais e internacionais.

b) Esporte de Participação

Aquele que se abre para a vivência de experiências lúdicas, caracterizadas pela livre escolha, diversificação cultural e interações compartilhadas, dissociado da busca do rendimento. Em sua dimensão de lazer, compre-

ende as atividades físicas e as modalidades esportivas praticadas com o propósito da descontração, diversão e desenvolvimento pessoal, contribuindo para a integração dos praticantes na vida social, a promoção da saúde e qualidade de vida da população, e a educação pelo e para o lazer. Essas manifestações podem ocorrer nos mais diferentes espaços sociais, dentre os quais: ruas, praças, clubes, associações de bairros, etc..

O esporte de participação é uma responsabilidade direta dos estados e municípios, pois atinge a população como um todo e está ligado à acessibilidade de instalações, equipamentos e materiais esportivos e à formulação de programas e campanhas para práticas esportivas. Somente a oferta de instalações e equipamentos é insuficiente para a adesão das populações à prática esportiva. São necessários programas e campanhas consistentes, que possam orientar, acompanhar e avaliar de forma quantitativa e qualitativa, haja vista que a participação é o objetivo principal.

c) Esporte Educacional

O esporte educacional, muitas vezes, é entendido equivocadamente como uma reprodução do esporte de rendimento no ambiente escolar. Recordando-se que o esporte educacional deve estar referenciado em princípios socioeducativos e deve constituir-se como componente do processo educativo para a formação da cidadania, observa-se que nos municípios catarinenses existem poucos exemplos de prática de esporte educacional. O que existe, na verdade, são várias ações ligadas ao esporte escolar (competições estudantis de rendimento), extremamente importante, mas que não podem delimitar as únicas ações voltadas ao esporte educacional, pois aqueles que não possuem talento são excluídos. Esta realidade diminui a cultura da prática de atividades físicas e esportivas.

Desse modo, se ampliará o acesso da população à prática e aos eventos esportivos, o que pode ser reforçado por meio de campanhas de sensibilização da população a essas práticas, bem como proporcionar maior interação com os municípios e com a sociedade civil, na organização desses eventos.

Para melhorar a capacidade gerencial do governo pretende-se constituir um banco de dados de atletas e árbitros, bem como desenvolver sistemas gerenciais informatizados que facilitem e tornem mais transparentes suas ações.

Para aumentar as possibilidades da prática esportiva o Estado irá apoiar a ampliação ou implementar melhorias na infraestrutura instalada no intuito de otimizar o atendimento da população de diferentes faixas etárias nos municípios catarinenses. Tal iniciativa deve se dar por meio da aquisição e modernização de equipamentos e pela criação e aproveitamento de espaços e instalações para a promoção de práticas esportivas.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
650 - Desenvolvimento e Fortalecimento do Esporte e do Lazer	Formular políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte e lazer, coordenar e implementar ações Governamentais, apoiar iniciativas, bem como, propiciar intercâmbio entre organizações, entidades governamentais e esportivas de nível municipal, estadual, nacional e internacional.	99.346	298.038	397.384

Habitação

Diretriz Setorial

O equacionamento da questão habitacional é um grande desafio às políticas públicas por envolver, simultaneamente, as dimensões de desenvolvimento urbano, ambiental, econômico e social. Superar esses desafios implica estabelecer uma política habitacional que reconheça a questão da habitação de interesse social como componente intrínseco das políticas de desenvolvimento urbano, social, econômico e ambiental do Estado de Santa Catarina e não a considerar apenas a construção de moradias desvinculada de uma política ampla de desenvolvimento sustentável.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Desenvolvimento Institucional e Social

Trata-se de articular ações e capacitação de agentes do setor habitacional de interesse social do Estado, mediante a descentralização, integração e participação social nos programas de desenvolvimento habitacional. Incluem-se nesta linha:

- Estruturação do Sistema Estadual de Habitação como mecanismo de articulação de ações e capacitação de agentes do setor habitacional de interesse social, com vistas a maximizar os resultados da política habitacional;
- Assistência aos municípios, com o intuito de ampliar a capacidade dos agentes locais de diagnosticar, propor e executar ações integradas para a solução de problemas habitacionais.

a) Habitação Rural

Mais do que simplesmente financiar a construção ou melhorias ou aquisição de casas, as ações têm como objetivo atender ao homem do campo em suas diversas necessidades, principalmente a melhoria da qualidade de vida.

b) Habitação Urbana

Atendimento às pessoas da cidade e suas famílias através de: lotes com infraestrutura; conjuntos habitacionais; autoconstrução e mutirão comunitário; reurbanização de áreas degradadas; e cesta básica de materiais de construção.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
540 - Nova Casa	Criar condições para ampliar o acesso à terra urbanizada e à moradia digna para as famílias de baixa renda, tanto em área urbana quanto rural, visando a melhoria da qualidade de vida da população.	22.222	273.880	296.102

Saúde

Diretriz Setorial

Assegurar o atendimento básico e especializado de saúde à população através da oferta de serviços e equipamentos de qualidade, articulados territorialmente de forma participativa e intersetorial

O Sistema Único de Saúde - SUS - foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8.080/90 e nº 8.142/90, Leis Orgânicas da Saúde, com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público e gratuito a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto.

Da Constituição Federal ressaltam-se os artigos de número 196 que preconiza que “a saúde é um direito de todos e dever do Estado” e o artigo 198 que indica que “as ações e serviços públicos de saúde integram uma

rede regionalizada e hierarquizada e constituem um Sistema Único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- Participação da comunidade.

O SUS é financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos Estados e dos Municípios, além de outras fontes e, tem como principal objetivo, promover a equidade na alocação de recursos e no acesso da população às ações de saúde em todos os níveis de atenção.

Seguindo as legislações, foram compostas as Comissões de Intergestores com o papel importante de negociar, pactuar, articular e integrar junto aos gestores, a operacionalização do processo de descentralização. Na gestão federal está a Comissão de Intergestores Tripartite (CIT) composta de modo igualitário por representantes do Ministério da Saúde, o CONASS (entidade de representação dos secretários estaduais de saúde) e o CONASEMS (entidade de representação dos secretários municipais de saúde). Na esfera estadual está a Comissão de Intergestores Bipartite (CIB) formada paritariamente por representantes da Secretaria de Estado da Saúde e da entidade de representação do conjunto dos secretários municipais de saúde do Estado.

O conjunto de ações e serviços de saúde constitui o Sistema Único de Saúde, cujos campos de atuação estão assim divididos:

- Promoção e Atenção à Saúde: que se refere à proteção e atenção à saúde dos diversos grupos etários e aos serviços de saúde correspondentes às ações de atenção. Inclui os subtemas: Atenção Básica, Programas Estratégicos, Assistência de Média e Alta Complexidade e Assistência Farmacêutica;
- Vigilância em Saúde que está historicamente relacionada aos conceitos de saúde e doença presentes em cada época e lugar, às práticas de atenção aos doentes e aos mecanismos adotados para tentar impedir a disseminação das doenças. Inclui os subtemas: Epidemiologia e controle de doenças e Vigilância Sanitária;
- Ciência e Tecnologia em Saúde que se refere a investimentos públicos em ciência e tecnologia; desenvolvimento institucional e de formação de pessoal voltados à ciência e tecnologia em saúde; políticas públicas e de gestão em Ciência e Tecnologia;
- Regulação da Saúde que está atrelada à função do Estado em ordenar as relações de produção e distribuição de recursos, bens e serviços de saúde.

Nesse processo são identificados 4 papéis básicos para o Estado, os quais não são, necessariamente, exclusivos e sequenciais.

O primeiro desses papéis é exercer a gestão do SUS, no âmbito estadual.

O segundo papel é promover as condições e incentivar o poder municipal para que assuma a gestão da atenção à saúde de seus municípios, sempre na perspectiva da atenção integral.

O terceiro, é assumir, em caráter transitório (o que não significa caráter complementar ou concorrente), a gestão da atenção à saúde daquelas populações pertencentes a municípios que ainda não tomaram para si esta responsabilidade.

As necessidades reais não atendidas são sempre a força motriz para exercer esse papel, no entanto, é necessário um esforço do gestor estadual para superar tendências históricas de complementar a responsabilidade do município ou concorrer com esta função, o que exige o pleno exercício do segundo papel.

Finalmente, o quarto, o mais importante e permanente papel do Estado é ser o promotor da harmonização, da integração e da modernização dos sistemas municipais, compondo, assim, o SUS - Estadual.

O desenvolvimento desses sistemas, no âmbito estadual, depende do pleno funcionamento do CES e da CIB, nos quais se viabilizam a negociação e o pacto com os diversos atores envolvidos.

Os Programas e Ações do Governo de Santa Catarina para o período 2012-2015 contemplam a ampliação do acesso da população, com aperfeiçoamento da qualidade das ações e dos serviços de saúde.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Fortalecimento e Aperfeiçoamento da Capacidade de Gestão Estadual e Municipal

Um dos principais desafios é o Fortalecimento e Aperfeiçoamento da Capacidade de Gestão Estadual. Nesse sentido é fundamental fortalecer e aperfeiçoar a capacidade de gestão estadual por meio da criação de instrumentos de avaliação, monitoramento, aperfeiçoamento, regulação e da integração das ações de saúde desenvolvidas pelo SUS, na atenção primária e de maior complexidade – hospitalar e de referência regional – verificando se tais ações atingem os objetivos maiores do sistema e garantem melhor perfil de saúde para a população do Estado. Deste modo, a SES deve aprimorar seus mecanismos de gestão, regulação e forma de contratação dos serviços de saúde do SUS/SC.

b) Formação e Valorização dos Profissionais de Saúde

Promover a formação e a valorização dos profissionais da saúde. O processo de formação deverá garantir aos profissionais da saúde o pleno domínio da sua área de atuação.

No que diz respeito à gestão da formação e profissionalização dos servidores, esta deverá englobar ações dirigidas a gestores, gerentes, profissionais vinculados às áreas fins, e profissionais das áreas meio, vinculados à esfera estadual ou municipal do SUS. Os projetos e ações se orientarão pela ampliação da oferta e da facilidade de acesso aos processos de aprendizagem, por meio do incentivo ao uso de diferentes estratégias educacionais e de comunicação.

c) Controle Social na Gestão do SUS

A ampliação do processo de formulação e controle da política pública de saúde, envolvendo governo e sociedade foi um dos avanços da Constituição. Essa inovação cria a possibilidade e, simultaneamente, institui os mecanismos para a gestão participativa, cujo objetivo é agregar legitimidade às ações de governo, criando sustentabilidade às políticas e programas propostos.

Os Conselhos e as Conferências de Saúde são espaços institucionais de gestão compartilhada da saúde que, nos últimos anos, têm provocado grande transformação no processo político-institucional.

O Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina é constituído por 32 (trinta e dois) membros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, conforme regimento interno aprovado em 15 de julho de 2005. O Conselho Estadual de Saúde tem a seguinte organização: Plenário; Colegiado Diretor; Comissões e Grupos de Trabalho e Secretaria Executiva.

d) Vigilância

Este programa cumpre o papel importante para o controle de riscos, doenças e agravos prioritários, ações desenvolvidas para o diagnóstico, capacitação, informação e Prevenção e Controle de Endemias.

As ações visam ampliar a participação do setor saúde para a garantia do acesso ao saneamento básico ambiental (drenagem pluvial urbana, abastecimento de água potável, coleta e tratamento de resíduos sólidos e efluentes); ampliar o monitoramento da população exposta a substâncias químicas com risco potencial à saúde humana; fortalecer as ações de vigilância e controle de vetores, reservatórios e hospedeiros de importância para a saúde pública; melhorar a vigilância sanitária sobre os alimentos para consumo humano; prevenir e controlar doenças, outros agravos e riscos à saúde da população decorrentes da produção e do consumo de bens e servi-

ços; fortalecer as políticas públicas de saúde; reduzir a morbimortalidade decorrente das doenças e agravos prevalentes, considerando o perfil epidemiológico de cada região e os grupos populacionais mais expostos; vigiar, prevenir e controlar doenças transmissíveis, não transmissíveis e inusitadas; e, estruturar e ampliar a Saúde do Trabalhador.

e) Atenção Básica

Na Atenção Básica, a proposta é investir na ampliação das ações de apoio junto ao gestor municipal, na avaliação, monitoramento e capacitação, de forma a orientar o fluxo de encaminhamento de pacientes para os níveis de maior complexidade da assistência; aperfeiçoar e ampliar a atenção a seguimentos populacionais vulneráveis; aperfeiçoar e ampliar a atenção das intervenções específicas; estruturar os serviços para conformação de redes de atenção à saúde; assegurar e qualificar o acesso aos serviços de atenção primária; garantir a atenção integral à saúde para a população prisional.

f) Alta e Média Complexidade

Assegurar e qualificar o acesso aos serviços de média e alta complexidade; ampliar o acesso e aperfeiçoar a assistência ambulatorial e hospitalar especializada; ampliar o acesso à rede laboratorial; implantar e/ou implementar o atendimento pré-hospitalar móvel e fixo, bem como qualificar as portas de entrada das unidades de urgência e emergência; ampliar o acesso a leitos em unidades intensivas e semi-intensivas aos pacientes críticos.

g) Assistência Farmacêutica

Na área de Assistência Farmacêutica e de outros insumos para a saúde o governo estadual deve atuar no estímulo ao uso racional, na redução do desperdício e na priorização do atendimento aos principais problemas de saúde do Estado, ampliando o acesso aos medicamentos, com custos factíveis para o SUS.

Sangue e hemoderivados também são insumos fundamentais para os serviços de saúde. Por meio do Hemosc, serão viabilizadas a coleta, o processamento e o fornecimento de sangue e hemocomponentes com qualidade, além da realização de exames hematológicos e sorológicos, de acordo com as normas e padrões internacionais.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
400 - Gestão do Sistema Único de Saúde - SUS	Fortalecer a gestão do SUS nas esferas de governo estadual e municipal e atuar de forma intersetorial para identificar e reduzir desigualdades e vulnerabilidades sociais.	504.996	1.504.944	2.009.940
410 - Vigilância em Saúde	Reduzir os riscos decorrentes de fatores ambientais e antropogênicos (sociais, econômicos, culturais e étnico-raciais), que contribuem para a ocorrência de problemas de saúde na população.	33.004	99.014	132.018
420 - Atenção Básica	Ampliar o acesso da população aos serviços básicos e promover a qualidade, integralidade, equidade e a humanização na atenção à saúde.	86.433	259.300	345.733
430 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	Ampliar o acesso da população aos serviços de Média e Alta Complexidade e promover a qualidade, integralidade, equidade e a humanização na atenção à saúde.	619.779	1.858.937	2.478.716
440 - Assistência Farmacêutica	Promover o acesso da população a medicamentos, mediante a adoção de medidas que contribuam para a melhoria da saúde das pessoas.	219.984	659.952	879.936

Segurança Pública

Diretriz Setorial

Garantir segurança e integridade ao cidadão, centrando ações na informação, na inteligência, na prevenção e no respeito aos direitos humanos

Prover a segurança pessoal e patrimonial dos cidadãos, das empresas e das comunidades, tanto em relação a atos delituosos como sinistros e calamidades. Na área de segurança pública, as prioridades são a expansão e a melhoria dos equipamentos, o fortalecimento da inteligência policial, a expansão do policiamento comunitário, a formação e capacitação de pessoal e a integração das atividades de polícia nos 3 níveis de governo.

O governo do Estado tem envidado esforços para reduzir os índices criminais e quer dar respostas efetivas à escalada do crime organizado, combater o narcotráfico e melhorar a segurança do cidadão. Continuará a perseguir a redução das mortes violentas, os crimes sexuais de qualquer natureza, bem como os delitos contra o patrimônio.

Esta política tem como postulado básico a firmeza da atuação policial, com observância do ponto de equilíbrio entre a liberdade individual e a segurança coletiva, respeitando os direitos básicos da cidadania.

A meta principal nessa área, no período 2012-2015, é a melhoria da gestão e modernização da infraestrutura da polícia catarinense, incluindo a rede física e o aprimoramento dos sistemas de inteligência, com base na integração operacional e compartilhamento de informações. Além disso, será feito um investimento na capacitação dos servidores com o objetivo de oferecer serviços de melhor qualidade.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Integração Operacional das Polícias

Integrar as estruturas de segurança pública, com vistas a medidas de eficiência, eficácia, racionalização, e transparência em todas as áreas de competência da polícia catarinense. Terá por base a integração de sistemas inteligentes, dos bancos de dados e dos sistemas de comunicações, intensificando reuniões conjuntas dos órgãos operacionais e dotando os órgãos com tecnologia de ponta, capazes de auxiliar na tomada de decisões.

b) Combate ao Crime Organizado

Priorizar o uso de tecnologias no combate ao crime organizado, com ações de investigação e de apuração das infrações penais, objetivando o esclarecimento dos crimes e desbaratamento de quadrilhas. Desenvolver ações para a apreensão de entorpecentes, combate ao crime organizado, com ênfase nos delitos de roubo a bancos, a cargas e falsificações (“pirataria”).

c) Policiamento Ostensivo e Preservação da Ordem Pública

Aprimorar os serviços de policiamento preventivo à população, melhorando o emprego dos recursos humanos e materiais da polícia militar, visando a reduzir os índices de criminalidade e aumentar a sensação de segurança do cidadão.

d) Promoção da Segurança

Promover ações de segurança na área escolar, visando garantir integridade de alunos e professores no entorno das escolas, com foco na prevenção às drogas e à violência.

e) Policiamento Comunitário

Expandir a filosofia de policiamento comunitário em parceria com a comunidade por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança – Conseg.

f) Educação, Segurança e Gestão da Política de Trânsito

Desenvolver ações e campanhas educativas de trânsito visando a redução dos índices de acidentes no sistema viário do Estado e empreender ações voltadas para a gestão da política de trânsito de veículos e para segurança dos proprietários.

g) Readequação dos Recursos Humanos

Adequar as necessidades dos quadros da segurança pública e realizar estudos para readequação dos efetivos civil e militar.

h) Capacitação e Valorização dos Policiais

Promover a educação continuada dos policiais por meio das Academias de Polícia Civil, Militar e Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Bombeiros; promover cursos, inclusive integrados, entre as instituições policiais e treinamentos, estágios, seminários, palestras, visitas de estudos, tanto internamente como em outras organizações nacionais e internacionais, e dinamizar a educação profissional a distância.

i) Remodelagem das Unidades Policiais

Readequar as instalações físicas às necessidades das unidades policiais, reformando ou construindo instalações, em parceria ou convênios com municípios ou iniciativa privada. Desativar completamente as carceragens ainda existentes nos Distritos Policiais, promovendo parcerias para que nos próximos anos sejam providenciadas as vagas necessárias para os atuais presos sob custódia da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

j) Inteligência Policial

Substituir a força pela inteligência, utilizando-se da informática e de outros meios tecnológicos, com a criação ou aprimoramento dos sistemas integrados existentes e a serem organizados no período de vigência do PPA.

l) Defesa Civil

Realizar ações de planejamento, de prevenção, de recuperação e de atendimento imediato às situações resultantes de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem. Visa evitar a ocorrência de desastres ou minimizar seus efeitos, melhorando a qualidade dos serviços de defesa civil e da preservação do meio ambiente.

m) Gestão da Política de Segurança Pública

Integrar as ações das polícias civil, militar e técnica, bem como as outras ações relacionadas a sua modernização e funcionamento, como o aparelhamento de unidades e a informatização e comunicação em rede.

n) Valorização da Cidadania e Promoção dos Direitos Humanos

Implantação de novas unidades de delegacias, recuperação e preservação das unidades existentes, dotando-as de infraestrutura e equipamentos necessários ao seu bom funcionamento.

o) Modernização e Ampliação dos Equipamentos de Segurança Pública

Dotar as unidades do sistema de segurança pública e os policiais de novos e melhores equipamentos.

p) Monitoramento de Áreas de Risco

Fazer policiamento preventivo em áreas consideradas de risco e monitorar as ações de intervenção policial.

Relação de Programas**(Em mil R\$)**

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
700 - Integração, Inteligência e Gestão do Conhecimento em Segurança Pública	Identificar com clareza as áreas críticas, georeferenciando as ocorrências. Proporcionar a integração das redes de inteligência através da doutrina de segurança pública, capaz de proporcionar padrões de procedimento e evitar duplicidade de informações.	6.360.000	15.090.000	21.450.000
712 - Formação e Qualificação dos Profissionais da Segurança Pública	Proporcionar aos órgãos pertencentes à pasta da Segurança Pública uma formação e qualificação continuada, voltada para a busca do conhecimento técnico necessário a uma prestação de serviço qualificado.	7.030.000	18.991.000	26.021.000
715 - Reequipamento e Apoio Operacional da Segurança Pública	Proporcionar aos órgãos de segurança pública os meios para atender a demanda da sociedade, através de ações estruturantes e coordenadas.	258.601.286	820.995.671	1.079.596.957
720 - Prevenção e Combate a Incêndio, Salvamento e Resgate	Proporcionar a comunidade catarinense a prevenção e o atendimento em situações de risco às pessoas, ao patrimônio e ao meio ambiente, decorrentes de ações humanas e ou de desastres naturais.	47.397.000	146.823.000	194.220.000

ÁREAS DE RESULTADO DO EIXO 2 – EMPREENDEDORISMO**Agricultura e Pesca****Diretriz Setorial****Fortalecer a agricultura familiar e o agronegócio articulados com a economia estadual**

O fortalecimento da agricultura, da pesca e da agroindústria do Estado envolve ações em diversas frentes. A obtenção de produtos de qualidade envolve a adoção de práticas modernas de produção, de armazenagem e

de logística de comercialização e distribuição, tanto pelos grandes produtores como pelos agricultores familiares, sempre considerando a sustentabilidade ambiental.

Os programas e ações governamentais, articulados à execução do Plano Plurianual 2012-2015, contemplam a ampla diversidade dos produtores rurais por meio da aplicação de políticas articuladas, que promovam tanto a integração vertical como a horizontal da produção, aproximando os elos das cadeias produtivas.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Agricultura Familiar

Apoiar a agricultura familiar na sua inserção no mercado, através da ampliação das ações de assistência técnica, estimulando o uso do crédito rural (Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF) voltado à melhoria da produtividade, da gestão das unidades produtivas, do estímulo às associações e cooperativas e da agregação de valor aos produtos.

As ações para a agricultura familiar devem refletir o reconhecimento da importância do setor para o desenvolvimento catarinense, baseadas na segurança alimentar, na inclusão social, geração de emprego e renda, desenvolvimento local, preservação ambiental, entre outras.

Os projetos direcionados ao segmento estão voltados às áreas de fomento à produção, pesquisa, assistência técnica, apoio à comercialização, formação dos produtores rurais e incentivos técnicos e financeiros para agregação de valor aos produtos agropecuários. Deverão atender as principais cadeias produtivas existentes e potenciais, apoiando e acompanhando as ações para garantir e ampliar a renda dos agricultores.

b) Agronegócio

Apoiar as atividades agrícolas e pecuárias através da difusão de tecnologias produtivas, da promoção de eventos agropecuários e de ações que promovam ganhos de produtividade, do aumento da competitividade e da agregação de valor aos produtos.

c) Arranjos Produtivos Agropecuários

Estimular o fortalecimento dos arranjos produtivos locais através da implementação de sistemas que viabilizem a interação de atores que tenham objetivos comuns e complementares.

d) Atração de Investimentos Agropecuários

Promover eventos nacionais e internacionais, objetivando divulgar as potencialidades do setor agropecuário catarinense.

e) Aquicultura e Pesca

Apoiar pesquisas e projetos para o setor pesqueiro que resultem em novos produtos e processos buscando a certificação de origem, a garantia de sanidade, a produtividade e a sustentabilidade dos recursos naturais (hídricos e pesqueiros).

f) Cooperativismo e Associativismo

Apoiar o fortalecimento e ampliação das cooperativas e associações de produtores familiares, promovendo a sustentabilidade das atividades desenvolvidas.

g) Crédito Rural

Dar eficiência ao crédito rural, através de efetivas ações de sustentabilidade, objetivando racionalizar o empreendedor rural na obtenção de ganhos de produtividade nas áreas de agricultura, pecuária e turismo rural.

h) Defesa Sanitária

Intensificar ações da defesa sanitária vegetal e animal no controle das pragas e doenças, e da inspeção dos produtos de origem vegetal e animal com vistas a oferecer alimentos de qualidade à população.

i) Estudos e Pesquisas para Tecnologia Agropecuária

Ampliar as ações de pesquisa nas áreas agronômicas, agroindustriais e de mercado, objetivando incremento de produtividade e de qualidade, de agregação de valor e de inserção no mercado.

j) Irrigação

Estimular a utilização de tecnologias de irrigação, em especial a irrigação localizada de baixo custo, através de assistência técnica e buscando incremento da produtividade.

As ações do Estado se realizarão através de estratégias e serviços a seguir elencados:

a) Assistência Técnica e Extensão Rural

As ações de universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural – têm como objetivo dinamizar a produção e a rentabilidade das propriedades rurais, a partir do acesso sistemático às informações tecnológicas, aos processos de planejamento e gestão dos empreendimentos e à elaboração de projetos de crédito rural .

b) Pesquisa Agropecuária

Promover o desenvolvimento tecnológico da agropecuária catarinense através do desenvolvimento de produtos, processos e sistemas de produção adequados à realidade catarinense de pesquisas sistêmicas sobre os recursos naturais renováveis, sua preservação e utilização sustentada e da produção e difusão de germoplasma genético e básico de sementes, mudas, reprodutores e matrizes para melhoria dos padrões, da produtividade e da qualidade. Deverá também difundir resultados científicos, técnicos e práticos de pesquisa para a rápida incorporação ao processo produtivo; contribuir na formulação para a política científica e tecnológica no âmbito do Estado; assessorar a formulação e implementação de políticas públicas da agropecuária catarinense e ampliar e consolidar trabalhos conjuntos e de parcerias com os setores público e privado.

c) Informações Agrícolas

Ampliar o acesso e a qualidade das bases de informações socioeconômicas da agricultura familiar e do agronegócio catarinense, estimulando a rentabilidade e aproveitando oportunidades de negócios, além de identificar tendências de mercado e de ameaças potenciais à agricultura catarinense.

d) Monitoramento do Clima

Gerar, disponibilizar e difundir informações e tecnologias ambientais para o desenvolvimento sustentável da agricultura, ambientes marinhos e aquáticos e dos agroecossistemas catarinenses, proporcionando qualidade de vida aos cidadãos.

e) Defesa Sanitária

Ampliar e modernizar a capacidade de vigilância sanitária e epidemiológica no Estado, através da Defesa Sanitária Agropecuária, que engloba ações como avaliação de produtos e processos monitorados de novos insumos estratégicos para diagnóstico do controle de pragas e doenças e da educação sanitária aos produtores rurais.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
300 - Qualidade de Vida no Campo e na Cidade	Melhorar a atratividade e a qualidade de vida no interior para reduzir o êxodo rural e a litoralização.	59.516	170.565	230.081
310 - Agronegócio Competitivo	Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio catarinense, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos.	52.139	176.643	228.782
315 - Defesa Sanitária Agropecuária	Promover a sanidade e bem-estar das populações animais e vegetais, seus produtos e subprodutos; a idoneidade dos insumos agropecuários; garantir aspectos higiênico-sanitários de segurança alimentar e preservar o meio ambiente.	13.807	27.549	41.356
320 - Agricultura Familiar	Apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar por meio de fomento/financiamento para aquisição de equipamentos, insumos, capacitação e transferência de tecnologias de agregação de valor aos produtos.	24.920	75.094	100.014
335 - Santa Catarina Rural - Microbacias 3	Promover o desenvolvimento rural por meio da melhoria da competitividade da agricultura familiar e da gestão socioambiental das micro bacias hidrográficas.	11.646	18.009	29.655

Indústria

Diretriz Setorial

Construir um ambiente de negócios favorável à inovação e atrativo aos investimentos produtivos

É prioridade do Governo, contribuir substancialmente para a expansão da capacidade catarinense de transformar conhecimentos em novos produtos, processos ou serviços que possam ser colocados no mercado em níveis competitivos, tendo a empresa como motor do processo de inovação em estreita articulação com universidades e institutos de pesquisas.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Ambiente de Negócio

Simplificar as relações entre o Estado e as pequenas e médias empresas, tendo em vista a construção de um ambiente institucional adequado ao desenvolvimento dos negócios.

b) Agregação de Valor ao Produto Industrial

Fortalecer e apoiar a formação de empresas, núcleos associados e cooperativos e outros segmentos de produção industrial, incentivando a produção de bens finais em base para uma especialização equilibrada.

c) Apoio aos Micro e Pequenos Empreendimentos

Favorecer o micro e pequeno empreendedor, combatendo a informalidade com a implementação de políticas de geração de emprego e renda para os setores tradicionais e de maior vulnerabilidade, aumentando a oferta de microcrédito.

d) Desenvolvimento de Políticas de Atração Industrial

Ampliar e apoiar a modernização das atividades industriais através de políticas de fortalecimento e de melhoria da infraestrutura, do sistema de logísticos e da oferta da mão de obra qualificada.

e) Dinamização dos Setores Econômicos

Construir estratégias que promovam o crescimento dos setores econômicos através de melhorias da gestão, da qualificação da mão de obra e da captação de recursos.

f) Fortalecimento dos Mercados Local, Nacional e Internacional

Fomentar e favorecer a constituição de rede de integração de pequenos negócios, aumentando a base exportadora e promovendo Santa Catarina no MERCOSUL e demais blocos internacionais.

g) Estudos e Pesquisas para Tecnologia Industrial

Gerenciar os protocolos de intenções; definir a matriz industrial; avaliar potenciais regionais e promover estudos e pesquisas para atração de novos empreendimentos.

Relação de Programas		(Em mil R\$)		
Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
200 - Competitividade e Excelência Econômica	Fomentar a atividade produtiva no Estado e promover a diversificação do padrão tecnológico da produção de bens e serviços catarinenses com base na inovação, de modo a melhorar a competitividade nacional e internacional.	289.362	868.087	1.157.449
212 - Estratégias de Comércio Exterior e Relações Internacionais	Fomentar atividades estratégicas relacionadas ao comércio exterior e ampliar a visibilidade dos potenciais socioeconômicos catarinenses como diferencial competitivo na atração de investimentos internacionais.	1.860	5.580	7.440
342 - Revitalização da Economia Catarinense - PREC	Promover o desenvolvimento econômico sustentável através de ações para o fortalecimento de polos produtivos já existentes, criação de polos econômicos em regiões de baixo IDH, novos negócios ligados à economia verde e apoio financeiro e técnico às micro empresas e empreendedores individuais (MEIs), criando assim as condições necessárias para o aumento da competitividade da economia catarinense.	2.000	6.000	8.000

Emprego e Renda

Diretriz Setorial

Propiciar aos trabalhadores alternativas de ocupação e renda

A geração de emprego e renda é um dos focos de ação do governo catarinense que elaborou um conjunto de políticas públicas voltadas para o atendimento do trabalhador. Em parceria com os governos federal e municipal, o governo mantém Postos de Atendimento ao Trabalhador, disseminados por todo o Estado, os quais oferecem serviços gratuitos de intermediação de mão de obra, de captação de vagas junto às empresas, de encaminhamento do seguro-desemprego e de emissão de carteira de trabalho. Além disso, fornecer informações e inscrições para os programas de qualificação profissional e de atendimento à pessoa portadora de deficiência.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Qualificação Profissional

Oferecer oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, re-elaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se re-posicionem quanto a sua inserção social e profissional.

b) Concessão de Microcrédito

Ofertar microcrédito para proprietários de pequenos negócios formais e informais que necessitem de recursos financeiros para promover o crescimento de seu microempreendimento.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
530 - Pró-Emprego e Renda	Ampliar a geração de empregos, de oportunidades de trabalho e de renda.	282.864.442	915.924.826	1.198.789.268

Turismo

Diretriz Setorial

Promover o produto turístico catarinense com ênfase na promoção e no turismo sustentável

O segmento do turismo é para Santa Catarina uma importante atividade na geração de emprego e renda, especialmente para a faixa litorânea, Vale do Itajaí e do Planalto Sul e para diversos outros municípios da faixa litorânea e de outras regiões do Estado, como Blumenau, Joinville, São Joaquim, Lages, Piratuba, Fraiburgo e Chapecó.

A estratégia de governo está em elevar a participação do turismo no PIB estadual, transformando Santa Catarina no destino preferencial dos brasileiros e estrangeiros, com práticas sustentáveis, aproveitando e valorizando a diversidade cultural, as belezas naturais, as festas tradicionais e a infraestrutura de eventos de negócio.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Dinamização do Setor Turístico

Ampliar e promover políticas de relacionamento e orientação para formatação e qualificação do produto turístico catarinense.

b) Promoção do Produto Turístico Catarinense

Desenvolver o produto turístico catarinense com qualidade, considerando as diversidades regionais, culturais e naturais; promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e fomentar a competitividade do produto turístico nos mercados nacional e internacional.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
640 - Promoção do Turismo Catarinense	Promover o desenvolvimento das atividades turísticas em todas as regiões do Estado, incentivando projetos que visem a expansão ou melhoria da capacidade turística catarinense, tanto na promoção de eventos como na ampliação ou melhoria da infraestrutura do setor.	83.735	250.965	334.700

ÁREAS DE RESULTADO DO EIXO 3 - INFRAESTRUTURA

Energia Elétrica

Diretriz Setorial

Distribuir energia elétrica de forma rentável e segura, satisfazendo clientes, colaboradores e acionistas

A política estadual de energia tem como objetivos ampliar a oferta agregada de energia a partir de uma matriz energética diversificada que valorize as fontes alternativas; melhorar as condições de acesso à energia nas diferentes localidades do Estado e assegurar o suprimento energético compatível com as metas de crescimento econômico.

A Celesc Distribuição S.A., por meio de suas Agências Regionais está divulgando seu Plano de Obras e Investimentos para o período de 2011 a 2015, com a programação das principais obras de alta, média e baixa tensão. São investimentos que atenderão grandes e pequenos consumidores.

O plano de obras foi constituído com base em um detalhado estudo técnico, baseado em critérios de planejamento que levaram em consideração os aspectos econômicos de cada região.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Investimentos em Média e Baixa Tensão

As obras de média e baixa tensão são as referentes aos subprogramas de investimentos (Ampliação, Melhoria e Alimentadores), que consistem em extensão, complementação ou acréscimo de rede, fase ou potência. O objetivo destas obras é atender novas cargas, inclusive para iluminação pública, clientes sazonais, fornecimento provisório ou de transição na sua região. Também estão contempladas obras e reformas na rede com o objetivo de melhorar as condições de operação, corrigir situações inseguras, padronizar os circuitos ou deslocar redes por motivos operacionais. Cita-se também a construção de novas linhas tronco, interligação de linhas existentes, recondutoramento e reforma nos níveis de tensão de 13,8kV, 23kV e 34,5kV, que tem por objetivo criar condições para o atendimento do crescimento da carga, adequando os alimentadores aos limites de tensão e carregamento definidos pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e pela Celesc Distribuição S.A.. Adicionalmente, as obras destes subprogramas tem como meta a melhoria significativa nos índices DEC e FEC, que medem a duração e a frequência das interrupções de energia nas localidades atendidas pelos alimentadores contemplados no programa.

b) Investimentos em Alta Tensão

Entre os investimentos em alta tensão destaca-se a construção de novas linhas de transmissão em 138 kV e 69kV, de novas subestações de 138kV, 69 kV e 34,5kV, ampliações das capacidades transformadoras e melhorias em subestações existentes.

c) Investimentos em Geração

Com a desverticalização da Celesc em 2006 foi criada a Celesc Geração S.A.. Atualmente a Celesc Geração S.A. possui 12 usinas, com cerca de 82 MW instalados. A perspectiva é incrementar o parque gerador através da repotenciação de usinas e novos investimentos em projetos de geração hidráulica, térmica e eólica.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
160 - Geração de Energia Elétrica	Propiciar condições para que o processo de concessão e autorização de novos empreendimentos de geração de energia elétrica possibilite o desenvolvimento sustentável da economia catarinense e o atendimento da demanda de energia com qualidade.	165.480	788.180	953.660
180 - Expansão do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	Propiciar condições de oferta de energia de forma sustentada para alavancar o desenvolvimento sustentável da economia e sociedade catarinense.	441.512	974.782	1.416.294
186 - Comercialização, Eficientização e Medição de Energia Elétrica	Oferecer condições às solicitações de energia elétrica decorrentes de unidades consumidoras de baixa renda, suprimindo com as instalações elétricas necessárias. Favorecer às instituições públicas ou privadas de meios para melhoria no uso da energia elétrica, reduzindo gastos operacionais, bem como, promover a educação para o uso seguro, eficiente e racional da energia disponibilizadas às unidades.	109.700	342.800	452.500
0187 - Adequação e Melhoria da Estrutura Empresarial - CELESC Total	Modernizar e adequar estrutura empresarial, melhorando e reformando edificações, mobiliário e construção, equipamentos de segurança no trabalho e renovação da frota de veículos.	53.965	144.522	198.487

Gás Natural

Diretriz Setorial

Ampliar a rede de distribuição e fomentar a utilização de gás

O governo do Estado considera o uso do gás natural como fonte de energia como estratégico para o desenvolvimento socioeconômico das regiões, pois é o mais limpo dos combustíveis fósseis e possui características que favorecem uma maior durabilidade aos equipamentos que o utilizam, reduzindo os impactos ambientais.

Santa Catarina dispõe de gás natural como fonte de energia desde o ano 2000, beneficiando cerca de 2.000 unidades residenciais em 29 municípios e a rede transporta mais de 1 milhão de m³/dia do insumo. A rede tem mais de 500 km de extensão – a 3ª maior do Brasil – e abrange as regiões Norte do Estado, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul do Estado, atendendo indústrias e postos de combustíveis.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Gás Natural Residencial

Ampliar o fornecimento de gás natural para residências, diminuindo assim o risco de acidentes domésticos, pois o gás natural é mais leve que o ar, ou seja, ele se dissipa mais rapidamente em caso de vazamento.

b) Gás Natural Comercial e Industrial

Disponibilizar gás natural para o comércio e a indústria, contribuindo para uma maior produtividade e para a melhoria dos padrões ambientais, aumentando a competitividade das empresas.

c) Gás Natural Veicular

Ampliar o fornecimento de gás natural para uso veicular, visando reduzir a emissão de dióxido de enxofre e de resíduos do processo de combustão presentes na fumaça.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
190 - Expansão do Gás Natural	Ampliar a oferta de gás natural no Estado através da expansão da rede de distribuição, buscando atender novas regiões e segmentos.	4.601	26.947	31.548

Transportes

Diretriz Setorial

Aumentar a segurança nas estradas catarinenses, eliminar os pontos críticos, melhorar a sinalização, a conservação e o monitoramento

A ampliação dos investimentos em infraestrutura de transportes deverá priorizar as soluções multimodais mais eficientes para a superação dos principais gargalos de transporte do Estado (rodoviário, ferroviário, portuário, hidroviário e aéreo).

O governo de Santa Catarina orientará seus investimentos no setor de Transportes segundo as estratégias de: melhorar a malha rodoviária existente; reabilitar as rodovias eliminando gargalos rodoviários; ampliar e modernizar a malha portuária com a viabilização da delegação do Porto de São Francisco do Sul; ampliar e melhorar os aeroportos e buscar viabilizar a implantação das ferrovias Leste-Oeste e Norte e a ferrovia litorânea.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Pavimentação de Rodovias

Obras de implantação e pavimentação de rodovias envolvem a execução de dezenas de itens de serviços que se distribuem basicamente nas seguintes etapas: terraplenagem, pavimentação, drenagem, aquisição e transporte de ligantes betuminosos, obras de arte correntes, obras de arte especiais, proteção do corpo estradal, sinalização e obras complementares.

b) Manutenção de Rodovias Pavimentadas

Processo sistemático e contínuo de correção, devido a condicionamentos cronológicos ou decorrentes de eventos supervenientes, a que deve ser submetida uma rodovia, no sentido de oferecer permanentemente ao usuário um tráfego econômico, confortável e seguro, por meio das ações de conservação, recuperação e restauração, realizadas na sua faixa de domínio.

c) Conservação de Rodovias Pavimentadas

Conjunto de operações rotineiras, periódicas e de emergência, que tem por objetivo preservar as características técnicas e operacionais do sistema rodoviário e suas instalações físicas, proporcionando conforto e segurança aos usuários.

d) Revitalização de Rodovias Pavimentadas

Conjunto de operações aplicado às rodovias com pavimento desgastado ou danificado, com o objetivo de recuperar sua funcionalidade e promover boas condições da superfície de rolamento e de trafegabilidade, por meio de intervenções de reforço, reciclagem ou reconstrução do pavimento, bem como de recuperação.

e) Ampliação da Capacidade de Rodovias Pavimentadas

Conjunto de operações que resultam no aumento da capacidade do fluxo de tráfego da rodovia pavimentada existente, duplicação rodoviária integral ou parcial e implantação ou substituição de obras de arte especiais para duplicação.

Relação de Programas**(Em mil R\$)**

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
110 - Construção de Rodovias	Construir, implantar e pavimentar obras rodoviárias de forma a propiciar melhores condições de conforto e trafegabilidade aos seus usuários, sob quaisquer condições climáticas, reduzindo os custos do transporte e ao mesmo tempo integrando os municípios catarinenses à malha rodoviária pavimentada estadual, nacional e internacional.	318.785	1.308.030	1.626.815
120 - Integração Logística	Consolidar o Estado como centro integrador da plataforma logística do Sul do país para os mercados nacional e internacional, potencializando os sistemas logísticos de Santa Catarina e buscando o aumento da capacidade de movimentação de cargas.	80.175	252.526	332.701
130 - Conservação e Segurança Rodoviária	Conservar, operar, monitorar e melhorar a segurança de todas as rodovias a cargo do Estado, permitindo o tráfego de veículos sob quaisquer condições climáticas, reduzindo o custo de transporte.	149.734	482.721	632.455
140 - Reabilitação e Aumento de Capacidade de Rodovias	Melhorar as condições de segurança e de trafegabilidade nas rodovias do Estado por meio da execução de obras de reabilitação e aumento de capacidade de rodovias, reduzindo os custos de transporte.	99.800	770.110	869.910
145 - Elaboração de Projetos e Estudos de Infraestrutura	Planejar a atividade rodoviária do Estado, buscando a modernização do sistema e a recuperação do passivo ambiental rodoviário.	39.015	93.397	132.412
150 - Modernização Portuária	Modernizar, ampliar e melhorar a infraestrutura portuária por meio de obras terrestres e de acesso marítimo, promovendo o perfeito escoamento de cargas.	9.370	38.560	47.930
188 - Participações e Parcerias Público-Privadas	Coordenar, implementar e apoiar o desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas no Estado de Santa Catarina; prover a geração de investimentos no território catarinense; comprar e vender participações.	79.979	183.513	263.492

Sociedade da Informação**Diretriz Setorial****Prover os municípios com infraestrutura de banda larga**

Criar ambientes adequados para implantação de novos modelos de gestão e serviços de tecnologia, informação e comunicação (TIC), transformando Santa Catarina em um Estado conectado com o resto do mundo.

Infraestrutura de Mobilidade**Diretriz Setorial****Promover a integração dos diversos modais de transporte, levando-se em consideração as características regionais**

A política estadual de mobilidade urbana está pautada na integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito municipal, priorizando a implantação de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Obras para Melhoria da Mobilidade Urbana

Executar obras rodoviárias para facilitar o tráfego urbano.

b) Transporte Intermunicipal

Melhorar e qualificar o sistema de transporte intermunicipal de passageiros no Estado de Santa Catarina, especialmente nas regiões metropolitanas através de investimentos em infraestrutura e no gerenciamento, controle e fiscalização do sistema.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
105 – Mobilidade Urbana	Promover a integração dos diversos modos de transporte, considerando a demanda, as características da cidade e a redução das externalidades negativas do sistema de mobilidade.	195.511	1.053.865	1.249.376
115 - Gestão do Sistema de Transporte Intermunicipal de Pessoas	Melhorar e qualificar o sistema de transporte intermunicipal de passageiros no Estado de Santa Catarina através de investimentos em infraestrutura e no gerenciamento, controle e fiscalização do sistema.	10.432	31.236	41.668

Saneamento Básico

Diretriz Setorial

Estimular a conexão de novos domicílios à rede de esgotamento sanitário e ampliar as estações de tratamento

A política estadual de saneamento tem como objetivos garantir a universalidade do abastecimento de água a toda a população do Estado: coletar e tratar os esgotos de maneira a eliminar os focos de degradação ambiental e sanitária nas aglomerações urbanas, especialmente nas áreas de proteção ambiental; controlar as inundações urbanas e eliminar os depósitos precários de lixo, com ênfase nas áreas de maior vulnerabilidade social. As ações serão articuladas com os municípios para promover a modernização tecnológica e gerencial dos serviços, seu planejamento e regulação independente da prestação.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Abastecimento de Água

No que diz respeito ao abastecimento de água, cuja situação encontra-se muito próxima da universalização dos serviços nas áreas urbanas, as ações para ampliação, implantação e execução de melhorias diversas nos sistemas operacionais serão prioridades.

b) Esgotamento Sanitário

Ampliar o serviço de coleta e tratamento de esgotos sanitários para o controle da poluição das águas; recuperar a qualidade das águas servidas e diminuir o comprometimento do meio ambiente.

c) Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas

Desenvolver um conjunto de atividades de infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Relação de Programas**(Em mil R\$)**

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
360 - Abastecimento de Água	Ampliar e melhorar os sistemas de abastecimento de água visando a segurança e qualidade nos serviços.	271.718	589.357	861.075
365 - Esgoto Sanitário	Ampliar os serviços de coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos.	271.718	589.357	861.075

ÁREAS DE RESULTADO DO EIXO 4 - CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Ciência, Tecnologia e Inovação

Diretriz Setorial**Articular a base científica e tecnológica aplicada ao desenvolvimento**

A institucionalização de um ambiente propício à difusão de inovações científicas e tecnológicas requer a promoção do fortalecimento da base científica, ou seja, das instituições de ensino e pesquisa. Isto representa o primeiro passo para a constituição de um sistema de inovação forte e coeso.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Desenvolvimento da Tecnologia de Informação e Comunicação

Articular, capacitar, integrar e fortalecer a Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, apoiando a pesquisa de novas tecnologias, a certificação digital e a premiação acadêmica; apoiar centros profissionais em novas tecnologias e a base empresarial local.

b) Difusão da Educação, Ciência e Tecnologia

Democratizar o conhecimento, popularizando o acesso à ciência, disseminando informações em Ciência, Tecnologia e Inovação ampliação da rede de informações.

c) Dinamização da Ciência, Tecnologia e Inovação

Desenvolver tecnologias e capacitação de mão de obra, facilitando a criação e a atração de empresas de base tecnológica, promovendo condições para ampliação dos polos, parques e incubadoras de tecnologia, agregando competências institucionais e popularizando a ciência como geradora de renda.

d) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Industrial

Estimular investimentos, desenvolvendo e incorporando novas tecnologias, articulando a base científica local com a industrial e estabelecer vínculos de cooperação técnica e financeira e de apoio aos arranjos produtivos.

e) Tecnologias e Modernização do Comércio/Serviço

Divulgar a cultura de gestão tecnológica e de articulação empresarial, estimulando investimentos, desenvolvendo e incorporando novas tecnologias, apoiando a modernização tecnológica do setor produtivo com formação e capacitação de mão de obra, criando novas oportunidades de emprego para as populações locais.

f) Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Desenvolver e fortalecer a infraestrutura e a execução de projetos de pesquisa como também os setores produtivos, visando a geração e difusão de novas tecnologias, potencializando o desenvolvimento científico e tecnológico.

Relação de Programas**(Em mil R\$)**

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
230 - Inovar - Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação	Ampliar a rede de centros de inovação, incubadoras e condomínios em todas as regionais.	110.709	334.553	445.262
346 - Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável	Promover e incentivar a inovação em Santa Catarina através de ações para ampliar o acesso de empreendedores a informações e novas tecnologias, de estímulo financeiro a pequenas empresas de inovação tecnológica e criar ambientes de inovação que ofereçam infraestrutura e condições necessárias para a inovação em todos os setores da sociedade catarinense.	16.200	48.600	64.800

ÁREAS DE RESULTADO DO EIXO 5 – SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**Educação Ambiental****Diretriz Setorial****Promover desenvolvimento econômico e social com equilíbrio ambiental, transversalidade e participação social**

Uma política ambiental de Estado deve promover o desenvolvimento econômico e social com equilíbrio ambiental. Não pode, portanto, restringir-se apenas ao fortalecimento dos órgãos ambientais ou de setores como a agricultura e o meio ambiente. Deve integrar políticas de Ciência e Tecnologia, de Infraestrutura, de Educação e a própria gestão pública como estratégia única, transversal e com o envolvimento e compromisso da sociedade.

A educação ambiental junto às escolas, à comunidade e ao setor produtivo deve buscar uma nova consciência e atitude para com os problemas locais. Além dessa integração, faz-se necessário implantar uma política que esteja presente dentro de todo o governo, nas secretarias e empresas estatais, onde toda a ação pública seja pautada por princípios de sustentabilidade.

Gestão Ambiental***Diretriz Setorial*****Aumentar a eficiência dos órgãos reguladores ambientais e fortalecer os instrumentos de planejamento e da gestão ambiental**

Esforços serão feitos para elaborar projetos para prevenir, reduzir ou eliminar a poluição das águas e a deterioração das matas e do solo. Entre os esforços a serem contemplados inclui-se reduzir o impacto ambiental adverso da atividade agrícola; controlar a destruição de florestas via o incentivo ao exercício legítimo de atividades geradoras de renda; combater mudanças climáticas através de um sistema de metas para estabilizar as concentrações de gás que contribuem para o efeito estufa.

A estratégia para alcançar os objetivos envolve:

a) Planejamento Ambiental

Elaboração de políticas públicas de forma articulada que visem uma eficácia no processo de zoneamento ambiental territorial e elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento do Meio Ambiente, como também o incentivo e fortalecimento da gestão municipal nas ações de meio ambiente.

b) Recuperação Ambiental

Adoção de mecanismos e tecnologias adaptadas visando a recuperação dos biomas e manutenção dos ambientes naturais (rios, nascentes, aquíferos e espécies endêmicas, florestas heterogêneas, solos, ar, etc.).

c) Manutenção dos Recursos Hídricos

Desenvolver metodologias e instrumentalização para o gerenciamento dos recursos hídricos e controle da poluição industrial.

Relação de Programas**(Em mil R\$)**

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	Garantir a sustentabilidade dos diversos ecossistemas em sua integração para o desenvolvimento sustentado; Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com ênfase na promoção da educação ambiental.	28.987	93.588	122.575
348 - Gestão Ambiental Estratégica	Realizar a gestão estratégica dos recursos naturais de Santa Catarina unindo a preservação ambiental com as demandas de crescimento econômico do Estado. Elaborar, a partir de dados sobre características ambientais de cada região e da identificação das principais fontes emissoras de poluição, orientações sobre como fomentar a geração de trabalho e renda local, mantendo o equilíbrio dos ecossistemas.	6.473	18.219	24.692
350 - Gestão dos Recursos Hídricos	Administração das águas catarinenses para que todos os usuários possam utilizá-la com qualidade e quantidade satisfatórias para atendimento aos vários usos. Preservação e conservação da água. Gerir de forma efetiva o direito aos recursos hídricos que compatibilize os múltiplos interesses dos usuários de água. Atuar preventiva e efetivamente no controle de cheias e de vazão de águas no Estado.	71.814	184.547	256.361

Controle de Desastres***Diretriz Setorial*****Prevenir e dar resposta aos danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos**

A atuação da defesa civil tem o objetivo de minorar o efeito dos desastres e compreender ações de prevenção, de preparação para emergências e desastres, de resposta aos desastres e de reconstrução, e se dá de forma multisetorial e nos 3 níveis de governo – federal, estadual e municipal - com ampla participação da comunidade.

a) Preparação para Desastres

Ampliar e aperfeiçoar a rede de monitoramento de eventos extremos climáticos. Desenvolver sistemas tecnológicos integrados para a prevenção e controle de enchentes.

b) Resposta aos Desastres

Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública.

Relação de Programas**(Em mil R\$)**

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
730 - Prevenção e Preparação para Desastres	Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos. Prevenir e/ou minimizar os efeitos de desastre, através da análise de risco, de implementação de medidas estruturais e não estruturais, como o sistema de monitoramento alerta e alarme; e otimizar as ações preventivas por meio de capacitação contínua e elaboração de Planos.	59.270	180.750	240.020
735 - Respostas aos Desastres e Reconstrução	Coordenar e apoiar ações de salvamento, assistência e reabilitação de cidades catarinenses, vítimas da ação de eventos adversos, com danos superiores a sua capacidade local de resposta. Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade.	2.337	7.012	9.350

ÁREAS DE RESULTADO DO EIXO 6 - GESTÃO PÚBLICA**Comunicação*****Diretriz Setorial***

Dinamizar a comunicação conferindo seu caráter estratégico e permitindo ao governo a capacidade de intercambiar conhecimento, dialogar com a sociedade e prestar contas ao cidadão.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
810 - Comunicação do Poder Executivo	Fazer prevalecer o direito do cidadão de ser informado e o dever do servidor público de informar.	95.461	286.384	381.845

Descentralização

Diretriz Setorial

Fortalecer a estrutura descentralizada em seu papel de planejamento do desenvolvimento territorial e de aumento da participação social

Fortalecer a estrutura descentralizada em seu papel de planejamento do desenvolvimento territorial e de aumento da participação social.

Ampliar as possibilidades de parceria com os municípios e consórcios de municípios para a implementação das ações.

Governo Eletrônico

Diretriz Setorial

Intensificar o uso dos recursos de tecnologia da informação para a melhoria da qualidade, segurança e rapidez na prestação dos serviços para o cidadão.

Os avanços nos campos da informática e dos sistemas de informação em Santa Catarina são inegáveis. Esta área tem um forte impacto transversal na administração pública e nas ações relacionadas ao fortalecimento da gestão com tecnologia, inovação e informação. Com isso, o governo avançou bastante nos últimos anos no relacionamento com a sociedade, o que pode ser visto pelo número significativo de experiências bem-sucedidas de aumento da transparência e participação dos cidadãos nas políticas governamentais.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
220 - Governança Eletrônica	Identificar processos e estruturas para utilizar as potencialidades das tecnologias de informação e comunicação; Implementar diretrizes, parâmetros, normas e indicadores que possibilitem a gestão de processos para a otimização dos recursos empregados nos ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Governo do Estado.	316.817	837.814	1.154.631

Gestão da Informação

Diretriz Setorial

Coletar, tratar e divulgar informações de natureza social, econômica, ambiental e estatística, visando subsidiar o planejamento governamental e a sociedade. Os principais projetos e ações nesta área de resultado são: ela-

boração de estudos e projetos socioeconômicos; elaboração de cartografia sistemática; produção de informações geoambientais; produção de Estatísticas e Indicadores e elaboração de Pesquisa Socioeconômica e Ambiental.

Gestão de Pessoas

Diretriz Setorial

Em conjunto com a mudança de vários processos da administração pública, das inovações trazidas pela Tecnologia da Informação e Comunicação e da redefinição das tarefas do Estado, deve-se focar as pessoas que trabalham no governo. A política a ser implantada repensará o perfil da força de trabalho, tratará de adequá-la aos novos desafios, à nova configuração da macroestrutura de governo e aos novos processos de trabalho.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
850 - Gestão de Pessoas	Modernizar os instrumentos de gestão na área de Recursos Humanos, bem como valorizar o servidor através de capacitação permanente, dotando os órgãos de quadro efetivo necessário e suficiente para permitir o atendimento à sociedade com profissionais qualificados, comprometidos e motivados, reconhecidos por meio de remuneração adequada, entre outras medidas de valorização.	6.065.801	20.470.493	26.536.294
855 - Saúde Ocupacional	Realizar ações de normatização, coordenação, supervisão, regulação, controle e fiscalização de atividades em saúde ocupacional, entre elas: encontros e fóruns de saúde ocupacional; fornecimento de assessorios em ergonomia; aquisição de equipamentos eletrônicos; ações de marketing; capacitação da gestão e workshop Programa Transforma/Redes Humanas.	18.829	57.055	75.884
600 - Novos Valores	Oferecer oportunidade de trabalho e experiência profissional ao estudante, por meio da aplicação prática dos conhecimentos inerentes à sua área de formação, na administração pública estadual.	34.236	103.111	137.347
870 - Pensões Especiais	Pagamento de pensões especiais em conformidade com a legislação específica para as diversas modalidades.	45.283	136.109	181.392
860 - Gestão Previdenciária	Proporcionar o pagamento de aposentadorias, pensões e demais auxílios previdenciários, com segurança, para os atuais e futuros beneficiários.	3.444.330	13.664.065	17.108.395

Planejamento e Gestão

Diretriz Setorial

Implantar um modelo de gestão apoiado na definição, execução e avaliação de metas e indicadores de resultados

É de grande importância fortalecer o processo de planejamento governamental nesta conjuntura de grandes transformações e expectativas, decorrentes de fatores de diversas dimensões que influenciam acentuadamente as forças motrizes que induzem o desenvolvimento do território estadual.

Por isso, constitui-se prioridade a reestruturação do processo de planejamento governamental e dos instrumentos institucionais capazes de dar respostas rápidas e eficientes aos desafios que se apresentam, tanto para o governo como para as empresas e pessoas, para construir um Estado mais forte e coeso.

O Plano Plurianual é o instrumento legítimo para viabilizar a execução das diretrizes e estratégias propostas pelo Governo. É papel do Governo do Estado criar as condições de sinergia entre os diversos atores sociais, fundamentando-se numa diretriz política de planejamento e formulada a partir de uma aliança que congregue os distintos grupos atuantes nessas diferentes dimensões, cujo objetivo seja instituir um pacto e um projeto articulado para o desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 se constitui como uma oportunidade de formalizar uma estratégia de desenvolvimento sustentável, capaz de enfrentar os grandes desafios impostos e de aproveitar as grandes oportunidades disponíveis.

a) Formação de Gestores Públicos

Desenvolver competências gerenciais, possibilitando uma melhor percepção de seu papel perante seus liderados.

Aperfeiçoamento e desenvolvimento gerencial para servidores da administração pública em como estimular pessoas para obter e potencializar resultados.

b) Qualificação e Integração dos Planos

Qualificar os Planos Plurianuais (PPAs) através de uma maior convergência entre o documento estadual e o federal e estes com os municipais e construir uma agenda para articular as ações das 3 esferas de governo.

c) Articulação de Políticas Públicas

Articular as políticas e os programas públicos das diferentes áreas de atuação e nas diferentes regiões, buscando as complementariedades e potencializando a ação governamental.

d) Monitoramento e Avaliação dos Projetos e do Plano Plurianual

Assegurar que o monitoramento e a avaliação sejam instrumentos utilizados pela administração pública estadual, como ferramentas gerenciais para a melhoria da qualidade das ações, para a tomada de decisão e para a alocação dos recursos no Plano e nos Orçamentos anuais.

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
210 - Estudos, Projetos e Informações Estratégicas	Promover e realizar estudos e projetos de apoio ao planejamento da ação governamental e difundir informações estratégicas.	38.913	109.526	148.439
840 - PNAGE - Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento de Santa Catarina	Modernizar a administração pública do Estado, mediante a integração das funções de planejamento, orçamento e gestão, visando a melhoria, a efetividade e a transparência do serviço público, por meio da profissionalização e modernização contínua da Administração Pública Estadual.	2.468	0	2.468
825 - Formação de Gestores Públicos	Desenvolver Cursos de Ciclo Longo e Curto; capacitar servidores e funcionários públicos dos diversos Órgãos/Entes Públicos nas diversas esferas. Sempre voltadas para o Resultado e Cidadania e o atendimento na prestação de serviços com eficiência à sociedade catarinense.	1.165	3.279	4.444
900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	Gerir administrativa e financeiramente os órgãos do Poder Executivo do Estado.	1.044.409	3.216.482	4.260.891

Gestão Fiscal

Diretriz Setorial

Aprimorar a qualidade da arrecadação, promovendo uma política tributária equitativa

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Relação de Programas**(Em mil R\$)**

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
830 - Modernização da Administração Fazendária	Modernizar a administração pública visando aumentar a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados à sociedade catarinense.	49.128	60.104	109.232

Encargos Especiais**Relação de Programas****(Em mil R\$)**

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
990 – Encargos Especiais	Prover recursos para os pagamentos dos encargos especiais, tais como dívida.	1.864.544	7.016.631	8.881.175

CAPÍTULO IV - OS DEMAIS PODERES

LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
820 - Comunicação do Poder Legislativo	Informar o cidadão a respeito das atividades desenvolvidas pelo Poder Legislativo.	20.300	60.900	81.200
920 - Gestão Administrativa - Poder Legislativo	Gerir administrativa e financeiramente o Poder Legislativo do Estado.	448.721	1.377.697	1.826.418
925 - Modernização do Processo Legislativo	Modernizar, aperfeiçoar e agilizar os serviços do Poder Legislativo.	76.126	228.361	304.487

Tribunal de Contas do Estado

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
935 - Gestão Administrativa - Tribunal de Contas	Gerir administrativa e financeiramente o Tribunal de Contas do Estado.	177.931	497.794	675.725
936 - Modernização do Sistema de Controle Externo	Fortalecer a instituição e modernizar o sistema de controle externo do Estado, garantindo sua integração nacional, aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania, contribuindo para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade catarinense.	1.550.000	0	1.550.000

JUDICIÁRIO

Relação de Programas

(Em mil R\$)

Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
930 - Gestão Administrativa - Poder Judiciário	Gerir administrativa e financeiramente o Poder Judiciário do Estado.	1.221.582	4.471.052	5.692.634
931 - Infraestrutura do Judiciário	Adequar os prédios próprios em todos os fóruns.	61.008	148.514	209.522

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Relação de Programas		(Em mil R\$)		
Programa	Objetivo	2012	2013-2015	Total
910 - Gestão Administrativa - Ministério Público	Gerir administrativa e financeiramente o Ministério Público do Estado.	252.521	757.563	1.010.084
915 - Gestão Estratégica - Ministério Público	Permitir o suporte operacional para a administração superior, de apoio e de execução do Ministério Público de Santa Catarina.	178.749	536.247	714.996

CAPÍTULO V – O FINANCIAMENTO DO PPA

Previsão de Fontes de Financiamento do PPA 2012-2015

Previsão de aplicação de recursos de todas as fontes do PPA para o período dos próximos 4 anos é de 102,4 bilhões de reais.

O PPA 2012-2015 será financiado por recursos do Tesouro do Estado, das empresas estatais, de empréstimos com organismos nacionais e internacionais e por outras fontes.

Dessa forma, pretende-se que o elenco de programas e ações a serem implementadas pelo setor público indique o caminho para o desenvolvimento sustentável, sem perder de vista o envolvimento cada vez maior da sociedade organizada no diagnóstico e na definição de uma agenda estratégica de ações.

O Governo, ao incorporar no seu planejamento os principais pontos que embasaram a construção de estratégias transformadoras da realidade, fruto dos esforços já empreendidos pela sociedade nos diversos fóruns de discussão sobre o futuro do Estado, evidencia a sua disposição de buscar ao máximo a sinergia e a complementariedade das ações públicas e privadas e de incentivar a participação, em parceria, do investimento privado e dos setores da sociedade organizada no financiamento do desenvolvimento.

Recursos do Tesouro do Estado

Fonte	Valor (Em milhões R\$)
0.1.00 - Recursos Ordinários	55.938
0.1.11 - Taxas da Segurança Pública	1.595
0.1.20 - Cota-Parte da Contribuição do Salário-Educação	994
0.1.21 - Cota-Parte Contribuição Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	255
0.1.24 - Convênio - Programas de Educação	1.753
0.1.28 - Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos	298
0.1.31 - Recursos do FUNDEB - Transferências da União	10.484
Outras Fontes do Tesouro do Estado	2.294
Total	73.611

Investimento das Empresas Estatais

Não menos relevante é a projeção de aplicação de recursos para o período por parte das empresas públicas estatais, em apoio às estratégias e programas governamentais, contribuindo para o alcance das metas propostas. Estima-se que esse montante total deva atingir cerca de R\$ 7,4 bilhões de reais.

Previsão de investimentos das empresas públicas estatais para o período 2012-2015.

Empresa	Investimento (Em milhões de R\$)
Celesc – Distribuição S/A	2.063
Badesc	1.987
Casan S/A	1.971
Celesc – Geração S/A	938
SC-PAR S/A	351
Ciasc S/A	38
SC-Gás S/A	31
Codesc S/A	14
Total de Investimentos das Empresas Estatais	7.393

Empréstimos com Organismos Nacionais e Internacionais

Além das fontes orçamentárias de financiamento, a proposta de Plano Plurianual contempla também os recursos a serem mobilizados mediante empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

Especificação	Valor (em milhões de R\$)
Organismos Nacionais	580
Organismos internacionais	1.040

Outras Fontes de Financiamento

Além das fontes orçamentárias de financiamento, a proposta do Plano Plurianual contempla os recursos a serem aplicados pelas empresas estatais e adicionalmente identifica os recursos a serem mobilizados mediante empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

Fonte	Valor (Em milhões de R\$)
0.2.23 - Convênio - Sistema Único Saúde	2.531
0.2.28 - Outros Convênios, Ajustes e Acordos Administrativos	1.444
0.2.40 - Recursos de Serviços	1.007
0.2.50 - Contribuição Previdenciária	8.223
0.2.59 - Outras Contribuições	1.148
0.2.61 - Receitas Diversas-FUNDOSOCIAL	1.478
0.2.62 - Receitas Diversas-SEITEC	1.014
0.2.69 - Outros Recursos Primários	1.398
Outros de Outras Fontes	1.509
Total	19.752

CAPÍTULO VI – O SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PPA

A obrigatoriedade da avaliação do PPA assenta-se na observância das disposições legais e na necessidade de verificação dos princípios norteadores da gestão e do planejamento. Em síntese, a premissa encerra-se na gestão por programas, orientada para resultados com foco no cidadão, transparência e responsabilização.

Base Legal

No artigo 74, Inciso I, da Constituição Federal:

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

Neste sentido, a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, em consonância com a Constituição Federal de 1988, também traz em seu art. 62 a obrigatoriedade de avaliar o Plano Plurianual – PPA, conforme segue abaixo:

Art. 62 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Além desses instrumentos, destaca-se que a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, art. 4º, determina que a avaliação dos resultados dos programas governamentais contidos no Plano Plurianual - PPA, financiados com recursos orçamentários, deve levar em conta os dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Amplitude da Avaliação

A Avaliação Anual do Plano Plurianual - PPA constitui-se em um importante instrumento gerencial para o aperfeiçoamento da elaboração e gestão dos programas integrantes do Plano e dos Orçamentos Anuais.

Neste sentido, o processo de avaliação visa:

- Fortalecer o planejamento e a aprendizagem nos órgãos de Governo, por meio da geração de informações qualitativas sobre as metas alcançadas, contribuindo para a melhoria do gasto público; e, principalmente, para o atendimento das demandas da sociedade.
- Guiar os tomadores de decisão, orientando quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa.

- Promover o aperfeiçoamento da estratégia para tornar a realidade mais próxima da visão de futuro definida no Plano.
- Contribuir para a consolidação dos avanços alcançados.

Sob esse enfoque, o processo avaliativo do plano resume-se no seguinte conceito:

Coleta sistemática de informações sobre as ações, as características e os resultados de um programa, e a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios, passíveis de serem defendidos publicamente, para determinar o valor (mérito e relevância), a qualidade, utilidade, efetividade ou importância do programa, sendo avaliado em relação aos critérios estabelecidos, gerando recomendações para melhorar o programa e informações para prestar contas ao público interno e externo ao programa do trabalho desenvolvido.

Atributo Essencial da Avaliação

O sucesso da avaliação depende de um processo estruturado e da participação interessada e consciente dos envolvidos, tanto na produção das informações, como na construção coletiva das soluções.

Sistemática de Avaliação

A Sistemática de Avaliação do PPA, na dimensão e proposta do Governo do Estado, é atribuída à Diretoria de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Estado da Fazenda. A Sistemática de Avaliação dos programas governamentais é seguida pelos seguintes passos:

- Planejamento do Processo de Avaliação
- Execução da Avaliação
- Análise de Resultados
- Divulgação dos Resultados

Essas fases são avaliadas em etapas sucessivas e, embora possuam características específicas e sejam desenvolvidas por instâncias distintas (gerentes, órgãos setoriais e órgão central), são complementares e interdependentes. Neste sentido, segue abaixo a proposta de avaliação do Plano Plurianual – PPA.

Sistemática de Avaliação do PPA

Especificação	Avaliação do programa	Avaliação setorial	Avaliação do plano
Objetivo	Avaliar o desempenho de cada programa do PPA	Avaliar se os programas do PPA têm contribuído para os objetivos setoriais estratégicos	Avaliar o desempenho do PPA, do ponto de vista dos eixos de desenvolvimento, da gestão e dos objetivos estratégicos
Principal responsável	Gerente do Programa	Setorial (órgão setorial e órgãos vinculados, dentro de um sistema, sendo responsável pela coordenação das ações na sua esfera de atuação).	SEF/DIOR
Forma de coleta das informações	Questionário com perguntas de múltipla escolha e descritivas	Questionário com perguntas de múltipla escolha e descritivas	Informações de fontes secundárias e dados do módulo de avaliação
Principais variáveis analisadas	Resultado, concepção e implementação	Resultado, concepção e gestão	Indicadores de resultados sociais, econômicos e ambientais, dados agregados das avaliações dos programas e da avaliação setorial
Utilização dos resultados	Relatório de Avaliação do Programa e insumo para as avaliações setoriais e do Plano	Relatório de Avaliação do Setor e insumo para a avaliação do Plano	Relatório Final de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015

Fonte: Adaptação da Experiência de Avaliação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal no Brasil

Avaliação do Programa

A responsabilidade pela fase de avaliação do programa recai, fundamentalmente, sobre os gerentes responsáveis pela gestão e pela implementação de cada um dos programas do PPA. Trata-se de avaliação qualitativa e quantitativa, baseada em um modelo padronizado, de caráter abrangente, desenvolvido para ser aplicado a todo tipo de programa.

Os Indicadores são o Termômetro dos Programas

Os programas dispõem de indicadores que evidenciam os resultados.

Os resultados dos programas são aferidos a partir do uso de indicadores e servem para medir a evolução do problema enfrentado em cada programa.

a) Avaliação Setorial

A avaliação setorial tem como objetivo verificar se o conjunto de programas sob a responsabilidade de cada órgão do Estado tem avançado no sentido de obter resultados coerentes com os objetivos, as prioridades e as políticas setoriais. Procura-se, também, identificar se a concepção desses programas é adequada para enfrentar os problemas que os órgãos se propõem atacar, bem como se a sua forma de gestão encontra-se adequadamente adaptada ao modelo gerencial a que se propõe adotar no PPA.

b) Avaliação do plano

A última sistemática de avaliação, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda tem como foco o desempenho do Plano Plurianual como um todo, medido sob o ponto de vista dos eixos de desenvolvimento, dos objetivos estratégicos e do processo de gestão.